

Ministério da Justiça

Segurança Pública



Conselho Nacional de Segurança Pública - Conasp

**20ª REUNIÃO ORDINÁRIA
CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA**

CONASP

6 e 7 de dezembro de 2012

Local:

**Sala de Treinamento Ana Paula Galdino
Shopping ID
SCN Qd. 6, Conjunto A, Torre A, 2º andar, Sala 209
Brasília, DF**

*Transcrição feita por meio da
Estenotipia Computadorizada Presencial*

ipsis verbis

INDICE

06/12/2012 – manhãPag. 3

06/12/2012 – tarde: Pag. 28

07/12/2012 – manhã:Pag. 52

07/12/2012 – tarde:Pag. 77

6/12/2012
MANHÃ

1
2 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública –**
3 **Presidente do CONASP)** – Bom-dia a todos. Vamos ficar de pé para um minuto de silêncio em
4 homenagem ao grande brasileiro Oscar Niemayer, e aproveitando também a todas as vítimas de São
5 Paulo e do País. Acho que poderíamos começar pelos informes porque não poderemos votar. Ontem
6 foi a votação em plenário da Lei de Organizações Criminosas. Os policiais aqui presentes sabem o
7 que isso significa de benefício para nós porque nós tínhamos que buscar sempre um
8 enquadramento, uma tipificação emprestada para que pudéssemos incriminar essas organizações e
9 agora essa lei tem essa tipificação e nós podemos trabalhar com mais tranquilidade. A lei traz
10 benefícios às polícias estaduais, mas para as federais é um pouco maior dada à característica da
11 investigação que é feita pela Polícia Federal e dado à característica da ostensividade feita pela
12 Polícia Rodoviária Federal. São crimes normalmente de grande porte, que estão sempre ligados a
13 organizações criminosas e que não tínhamos como tipificar isso dentro da nossa lei. E agora temos.
14 Foi um avanço. Nós estaremos votando o Auto de Resistência. Não que neguemos o Auto de
15 Resistência, mas o que queremos é que de qualquer forma terá que ter a apreciação do Judiciário
16 para dizer que aquilo foi uma ação legítima, porque o que acontece hoje é que não chega à
17 apreciação do Judiciário, normalmente, a autoridade policial judiciária toma por si que já é uma
18 extinção de punibilidade. E isso não é a autoridade competente. A autoridade competente para dizer
19 isso é o Judiciário. Então, é isso que queremos, que chegue à apreciação dele. Matéria de processo
20 tem que chegar ao Judiciário. E o Auto de Resistência é uma defesa do policial. E essa defesa vai
21 ser negada em juízo. A única coisa que queremos é que isso não seja furtado ao Judiciário de
22 apreciar esse ato. Então, deve ser votado agora. *(intervenção fora do microfone)*. Vira processo de
23 qualquer forma. Têm estados que estão registrando o seguinte: eles extinguem o processo. Não é
24 normal isso, mas eles registram a resistência e arquivam o processo, uma vez que o autor da
25 resistência morreu. Não é o usual, o usual é que chegue pelo menos para a autoridade policial
26 apreciar, mas assim mesmo poucos chegam ao Judiciário. O que queremos é que isso tenha o
27 trâmite normal. Vá para o Judiciário e que matéria processual seja alegada em processo. O registro é
28 uma coisa e matéria processual é outra. Queremos o registro correto e depois a defesa. Isso deve ser
29 votado na semana que vem. Eu falei ontem com o deputado João Campos e ele me disse que,
30 possivelmente, eles irão votar essa matéria na semana que vem já. Sem dúvida, são alguns avanços
31 que temos de segurança pública. *(intervenção fora do microfone)*. Tem sim. Inclusive porque os
32 delegados estavam alegando que nós estaríamos tirando a oportunidade de eles acompanharem a
33 perícia já que eles podem requisitar. O que nós pedimos é que o perito tenha autonomia e que ele
34 tenha condição de fazer o exame sozinho. O delegado não é médico; ele não está apto a necropsiar.
35 Por que ele precisa acompanhar isso? Ele vai ter o laudo no final. Entendemos que uma autoridade
36 policial do lado de um perito e aí nunca um caso desse pode inibir o perito, então o que queremos é
37 a apuração desse crime, de qualquer forma. E não estou dizendo em nenhum momento que não
38 existe a resistência e que o policial às vezes tem que, gente, somos humanos e sabemos disso, mas
39 queremos que o abuso seja coibido porque aí entra tudo em nome de resistência e não é assim.
40 Outra coisa que eu acho importante dizer a este colegiado é que nós tivemos a reunião dos CNCG,
41 que é o conselho dos Comandantes-Gerais, do Conselho dos Dirigentes de Polícia e do Conselho de
42 Secretários de Segurança Pública. Essa reunião foi realizada na semana passada em Santa Catarina.
43 E nós, pela primeira vez, conseguimos fazer uma reunião conjunta entre os comandantes da Polícia
44 Militar e os chefes de Polícia Civil. Nós marcamos para março do ano que vem a primeira reunião,
45 de dia inteiro, e serão elencados 3 temas, e eu pedi que um deles a Senasp pudesse determinar e os

outros dois cada um dos colegiados escolhessem. Eu pedi que eles se debrucem sobre o financiamento da segurança pública. Eu acho que cada vez mais estamos discutindo segurança pública de uma forma errada. Estamos discutindo segurança pública por aquilo que transborda do copo quando ele está cheio. Temos que discutir a raiz da segurança pública. Enquanto nós não tivermos um financiamento próprio para a segurança pública vamos ficar aqui discutindo porque tal coisa não foi para aquele lugar, porque foi para outro e tal, nós não temos financiamento próprio dessa política e aí ficamos discutindo política superficial. Ficamos discutindo aquilo deu errado, mas deu errado por quê? Porque falta estrutura da política de Estado e esta se faz com financiamento próprio sim. A continuidade da política vai ser garantida através do financiamento próprio. Então, eu pedi a eles que discutam. Eu considero que estamos chegando num ponto que lá atrás não visualizávamos, mas hoje estamos conseguindo, é um amadurecimento tamanho que nós vamos conseguir discutir com as polícias e com um colegiado como este qual o desenho de polícia que queremos para este País. E nós não podemos esperar que outros decidam por nós. Nós mesmos temos que decidir isso por dentro das nossas polícias, por dentro das nossas instituições o que nós queremos daqui para frente, porque ficamos sempre na crítica, criticamos aquilo que não deu certo, mas não estamos debruçando na raiz, razão pela qual eu acho de suma importância votar a Lei Geral da Polícia Civil. Pediram-me para que agora, eu, enquanto Senasp, encampe a Lei Orgânica da Polícia Militar. Não tem problema, vamos fazer a discussão; a perícia, nós vamos discutir isso. Isso são formas estruturantes da política, o financiamento é importantíssimo: como vamos garantir a continuidade da política se nós não temos orçamento garantido. E qualquer corte de financiamento vem sobre segurança porque saúde e educado são tidos como “imexíveis”, não podemos tocar porque são orçamentos vinculados, a segurança pública que é o tripé importante das políticas sociais não tem isso garantido. Eu tenho dito isso aqui reiteradamente, é só vocês pegarem as nossas discussões. E se possível fosse a Senasp, sozinha, fazer essa mudança, eu não teria problema de ter encampado isso, como já encampeí outras lutas por outras coisas que eu achei que eram estruturantes e necessárias. Vamos ter que fazer um movimento total. E considero que seria a grande pauta da próxima conferência, o financiamento dessa política de segurança pública, isso vai impactar em tudo. Nós estamos aí discutindo royalties de petróleo e tal e não se pensa em segurança, pensa-se em educação, na saúde. Não estou dizendo que uma coisa é mais importante do que outra, mas quantas pessoas não ficam doentes pela insegurança? Quantas pessoas chegam às mãos da polícia por conta da insegurança?

O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio) – Bom-dia a todos e todas. Eu queria fazer duas propostas a partir dessa fala inicial da doutora Regina: a primeira é que se há possibilidade de o Conselho receber semanalmente a pauta do Congresso Nacional sobre segurança pública; o que vai ser votado, o que está em pauta, quais são os projetos, porque para nós é importante saber o que está sendo discutido e o que será aprovado no Congresso.

A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública – Presidente do CONASP) – Exceto o que entra de emergência que nem nós sabemos também.

O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio) – Tudo bem, mas só para acompanharmos *pari passu*. A outra proposta, normalmente, nós somos pautados pelos acontecimentos e tal. Eu queria propor que pensássemos quais são as grandes agendas que queremos ver implementadas no próximo ano, uma espécie de planejamento nosso a partir do que achamos importante para colocar em discussão neste Conselho, fazer um planejamento estratégico nosso para o próximo ano.

A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública – Presidente do CONASP) – Olha, eu desafio o Conselho. Realmente o nosso tempo é muito curto. E não só deveríamos elencar um grande tema, mas o Conselho se debruçar sobre ele. Em minha

opinião, nós poderíamos inclusive começar a dividir o tempo do Conselho, é só uma sugestão, se é esse o grande tema que fique uma tarde, todas as reuniões, para discutir o grande tema. E o outro dia e meio para que se faça a pauta com outras coisas, mas que seja uma pauta fixa de meio período na qual traremos gente para falar, na qual o Conselho crie decisões que comecem a pressionar e integrar uma grande pauta. Porque se começarmos a atirar para todos os lados, nós nos dispersamos, inclusive dispersam esforços e também a força do próprio Conselho. Se pegarmos uma grande pauta que seja unânime, enquanto nós não tivermos dinheiro não faremos segurança, segurança é caro, segurança não é barata e nós precisamos ter esse financiamento. Se elegermos isso como a grande pauta, deixar meio período para este Conselho aprofundar sobre essa grande pauta e um dia e meio para as outras discussões do Conselho. É um desafio para gestores, trabalhadores e para a sociedade civil que une as três áreas. Porque na hora que tivermos o financiamento para a segurança pública inclusive para a sociedade civil cobrar é mais fácil. Hoje a sociedade civil não tem como pegar um orçamento da segurança pública cobrar do gestor porque nem o gestor tem condição de dizer se aquilo que está ali é o real. Eu recebo um orçamento nominal, eu recebo um limite inicial e vou tendo limites abertos ao longo do tempo. O orçamento público é hipercomplexo e às vezes o próprio gestor se perde por conta dessa liberação porque o que é orçamentário não é limite, o que é limite não é o real, como a sociedade civil vai acompanhar isso? No dia a dia, eu não posso licitar sem prévio empenho. Se eu não tenho a garantia do limite, eu não posso correr do processo licitatório porque não pode ser em nota, aí quando chega no fim do ano eles liberam o limite. O que eu fiz este ano? Eu avisei meu pessoal e avisei a PRF para deixarem os processos internos prontos porque no fim do ano vai sobrar limite. Então, o que aconteceu? A Senasp executou cem por cento dela e eu estou executando mais os limites que sobraram do MJ porque o ministro fechou até o dia dois o primeiro fechamento de limite e deixou do dia dois ao dia sete a recolha de todo o limite, o que me facilitou. E ontem eu ainda chamei a PRF para dividir com ela porque vamos conseguir ainda executar a rádio comunicação da PRF. Quer dizer, se eu tenho o meu orçamento no começo do ano certinho, isso acontece comigo, acontece no âmbito municipal e no âmbito estadual, é a mesma coisa. Então, se temos um orçamento real e sabemos que aquela fonte de financiamento não pode ser tocada facilita tudo, a fiscalização, o orçamento tudo.

O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio) – Regina, não fechando a pauta, mas abrindo para que possamos, quem sabe, ter isso como ponto de discussão, não sei se hoje ou amanhã ou na próxima reunião, ouvir quais são as perspectivas do Conselho, das entidades, dos segmentos, mas, de antemão, eu acho que a questão de financiamento é um ponto tático, e aliado a esse ponto tático, uma questão estratégica do Conselho é a concentração do SUSPE. Então, se caminharmos nessas duas direções.

A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública – Presidente do CONASP) – Uma coisa intimamente ligada à outra, não dá para fazer o SUSPE sem ter o financiamento.

O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio) – Exatamente. Então, caminhar na direção na luta pelo financiamento próprio e tal, mas, estrategicamente pensando na concentração do SUSPE, alguma coisa assim.

A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública – Presidente do CONASP) – Então, resumindo para os que chegaram agora, **o Tião propôs: 1 – Que o Conselho receba a pauta do Congresso semanalmente sobre segurança pública. Isso não tem problema, já vamos pedir à Secretaria de Assuntos Legislativos - SAL para ser encaminhado aos e-mails dos senhores.** Depois o Tião disse que este Conselho deveria elencar alguns temas, um planejamento estratégico para o ano. E eu fiz a seguinte provocação. Eu acho que

146 não podemos dispensar esforços, temos que concentrar esforços. E acho que o financiamento da
 147 segurança pública é um ponto crucial para o desenvolvimento da política de Estado. Nós não temos
 148 como garantir política de Estado se não temos financiamento próprio.

149

150 **O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Civis –**
 151 **COBRAPOL)** – Eu concordo plenamente com essas colocações. Eu considero fundamental que
 152 foquemos, enquanto Conselho, para um ponto que poderá ser crucial para a sociedade brasileira
 153 como esse da criação de fundo. Nós tínhamos aqui um fundo de segurança pública, mas é uma coisa
 154 tão pequena que não vai atender os problemas nossos.

155

156 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública –**
 157 **Presidente do CONASP)** – O problema não é o fundo. É de onde sai o dinheiro do fundo porque
 158 sai só do Tesouro.

159

160 **O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Civis –**
 161 **COBRAPOL)** – Mas, temos ideia para isso. Sem pensar nos royalties do petróleo, mas precisamos
 162 entender que o Estado brasileiro gasta mais com álcool, com a droga lícita do que mesmo com a
 163 droga ilícita e com o crack. A Ambev, conforme publicações, tivemos acesso a elas, faturou mais do
 164 que a Petrobrás. Será que não seria o momento oportuno de a Ambev corrigir como uma espécie de
 165 indenização para as vítimas que o álcool produz porque nos meus 25 anos de Polícia, eu trabalhei na
 166 Delegacia das Mulheres 2, 3 anos, foi um aprendizado fenomenal, e vimos que 80% ou mais dos
 167 espancamentos de mulheres eram por conta do álcool e isso vai para BO. Os acidentes de trânsito
 168 que matam, quer dizer, o que se gasta com o SUS em atropelamentos, embriaguês na direção é uma
 169 coisa fenomenal e não temos sequer uma política para captar. Eu considero que chegou a hora de o
 170 governo, através do nosso Conselho, passarmos a discutir isso para aconselhá-lo a chamar essa
 171 indústria da droga lícita, não só a Ambev, como outras também, para dizer-lhes se não querem
 172 contribuir com a Nação, com a segurança pública e, também, indiretamente, com o Ministério da
 173 Saúde porque vai reduzir os acidentes, as mortes violentas no trânsito e tal. Para vocês terem uma
 174 ideia, nós fizemos uma pesquisa quando estávamos tratando de piso salarial da Polícia, porque
 175 entendemos que as distorções têm que ser corrigidas. As instituições policiais hoje não funcionam
 176 como deveria. Todas as instituições: Polícia Civil, PM, Polícia Federal, todas, nós capengamos.
 177 Então, se vai destinar dinheiro a essas entidades, que ainda precisam se reestruturar, eu acho que é
 178 necessário, sim, que comecemos nesse ponto. É brilhante a ideia. Não sei se seremos eleitos, se
 179 nossa entidade será eleita, mas se continuarmos aqui no Conasp esse é um tema que devemos
 180 discutir. Concordamos com a secretária da Senasp e se focarmos somente nesse tema, claro, vamos
 181 discutir os outros, mas poderemos atingir a causa da grande problemática da segurança pública e
 182 não só fazendo programas. E a Lei Geral passa sim por isso, é fundamental. Começa a se estruturar
 183 um organismo na segurança pública que é fundamental, é o organismo de investigação policial. E
 184 acho também que deve ser imediatamente a parte da PM. Ela deve ter também uma Lei Geral para
 185 que possa tratar da reestruturação dela. Por isso, gostaríamos de discutir um pouco essa Lei Geral.
 186 Acho que tem interesse, colega Regina, desde o ano passado, eu fui contra quando queriam discutir
 187 a Lei Geral da Polícia Civil porque não havia tempo e acabamos deixando para discutir noutra
 188 oportunidade. Mas, agora, se pudéssemos tirar pelo menos uma hora para discutir, não agora com o
 189 Ministério da Justiça, mas com o relator, uma vez que este Fórum é o adequado porque têm os
 190 trabalhadores, tem a sociedade civil, ficaríamos mais confortáveis enquanto trabalhadores, enquanto
 191 beneficiados dessa Lei Geral, porque a sociedade civil está aqui. Obrigado.

192

193 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública –**
 194 **Presidente do CONASP)** – Já estamos com quórum. Eu gostaria de saber se concluímos essa
 195 discussão e depois passaremos à votação da pauta. Podemos continuar? Sim, Célia, por favor.

196

197 **A SR^a. CÉLIA DANTAS GENTILE RIQUE (Gabinete de Assessoria Jurídica às**
 198 **Organizações Populares)** – Bom-dia a todos e todas. Hoje é um dia especial porque é o último dia
 199 do nosso mandato. E eu não sei se nesta ocasião eu me sinto animada ou mais desanimada. Chegar
 200 aqui e ouvir uma provocação feita pela nossa presidente de que é importante que discutamos o
 201 caráter público da segurança me chama muito a atenção e me toca muito, inclusive quando ela diz
 202 tratar com anterioridade o universo de discussões técnicas que ocuparam a agenda desse Conselho,
 203 eu acho que ela tem toda razão porque isso é o caminho da despolitização da nossa função. Então,
 204 quando ela diz que o importante é botar na pauta o financiamento, eu ouço de outro jeito: a gestão
 205 do dinheiro é onde passa geralmente a gestão do poder. Discutir financiamento não é discutir
 206 rubrica não, é lutar pelos rumos da segurança. Ali estão os paradigmas, os grandes princípios ou não
 207 contemplados. Um exercício que fizemos disso foi analisar o material da proposta do Brasil Mais
 208 Seguro para Alagoas. Quer dizer, ali dentro já tinha confronto de paradigmas que anunciamos na
 209 primeira Conseg. De forma que me parece que nós temos pelo menos para 2013 um desafio enorme
 210 que é fazer um plano de trabalho, onde tenha um eixo, onde possamos situar e priorizar as
 211 demandas que nos chegam aqui, sem perder o rumo de que estamos ocupando este lugar é da gestão
 212 democrática e participativa de segurança pública. É esse o nosso lugar, o foco, a diretriz, quer
 213 discutamos qualquer temática, técnica de qualquer coisa, o foco central é esse. Obrigada.

214

215 **O Sr. Rildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos)** – Bom-dia a
 216 todos. Eu me sinto contemplado bastante na fala da companheira Célia, mas queria agregar que
 217 quando a secretária, e eu concordo que devamos nos debruçar, de forma prioritária, para discutir a
 218 gestão da política de segurança pública e que nós devemos também olhar, secretária, que um dos
 219 debates que este País precisa fazer e esse tema está, tanto no setor dos trabalhadores, da sociedade
 220 civil e também dos gestores de **segurança pública é a questão do Artigo 144 da Constituição**
 221 que, infelizmente, ninguém se debruça sobre ele com a força política necessária para fazer com que
 222 a partir dali, de fato, se estruture neste País outro modelo de segurança pública. O Brasil hoje no seu
 223 modelo de segurança pública por esse Artigo 144 só produz um processo de segurança a partir de
 224 repressão. Não há um item que fala sobre a prevenção e a violência e as políticas preventivas contra
 225 a violência. E hoje mais do nunca precisamos avançar na questão da participação dos municípios
 226 também dentro do sistema de segurança pública em que Artigo de 144 deixa extremamente
 227 complicado. Eu acho que todos nós já sabemos das agruras que esse Artigo 144 produz e como
 228 poderemos avançar, melhorar e criar, de fato, um sistema de segurança pública se nós tivermos
 229 coragem política de tocar exatamente na modificação desse Artigo a partir do processo de debate.
 230 Mas, é também fundamental, secretária, que a segurança pública é transversal porque é parte
 231 estruturante da sociedade. E se ela é transversal não pode só a segurança pública ficar resolvendo
 232 todos os problemas das desigualdades, das exclusões sociais que estão pautados hoje na sociedade.
 233 Então, é fundamental também que a segurança pública possa fazer links, possa fazer debates com
 234 outros níveis também de políticas públicas porque a segurança pública sempre paga o preço mais
 235 alto de um Estado, mais ainda que permite uma grande desigualdade. E eu entreguei para a
 236 secretária agora o livro “Direitos Humanos no Brasil III”, que é um diagnóstico dos direitos
 237 humanos no Brasil, feito pelas quatro redes de direitos humanos hoje da sociedade civil no Brasil,
 238 que é a Plataforma Dehesca, o Movimento Nacional de Direitos Humanos no qual que pertencemos, o
 239 PAD em que nós produzimos um diagnóstico de direitos humanos no Brasil e com certeza aí nós
 240 tocamos também na questão da segurança pública. Então, eu queria parabenizar inicialmente essa
 241 ideia da secretária que nos provocou a um desafio muito positivo para o ano de 2013.

242

243 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública –**
 244 **Presidente do CONASP)** – Acho que poderíamos posicionar os conselheiros sobre o que estamos
 245 conversando. Aos conselheiros que chegaram agora como não tínhamos quorum, nós começamos a

fazer alguns informes. E um dos informes ou até mesmo um requerimento feito pelo conselheiro Tião é que nós tivéssemos a pauta do Congresso na semana para que os senhores possam acompanhar. E o segundo pleito é que este Conselho concentrasse para o ano vindouro num planejamento estratégico alguns pontos para discussão. E aí nós avançamos no seguinte de que poderíamos instituir um tema central para que este Conselho discutisse o ano todo com um período da pauta reservado para isso, sem prejuízo dos demais temas que os senhores trarão para cá. Mas um deles seria aprofundar no financiamento da segurança pública. Que fizéssemos um debate incessante, até mesmo eu provoco com audiências públicas, trazendo especialistas, se preciso for, com antecedência nós podemos trazer até países vizinhos que passaram por isso, mas que têm as mesmas peculiaridades. Não vamos trazer gente que não tem nada a ver com o nosso dia a dia, a Colômbia, países que têm muita semelhança conosco e que superaram isso. E que pudéssemos ter uma pauta e que essa pauta seria do Conselho. E também já aproveitando, para iniciar tudo isso, poderíamos trazer o nosso pessoal de órgãos de controle e que dessem a este Conselho uma noção do orçamento público para que víssemos onde estão os gargalos que estamos apontando aqui. Ou seja, nivelar os conhecimentos de todos sobre orçamento público, dá uma geral sobre aquilo que for mais importante para que pudéssemos então daí passar para a questão do financiamento.

O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais – FENAPRF) – Quero cumprimentar a Regina Miki, conselheiros e as pessoas que estão sempre aqui assessorando nossas reuniões. Eu acho muito pertinente privilegiar alguns tópicos que vamos trabalhar no ano de 2013. Financiamento de segurança pública sem dúvida é o mais importante. **Temos o mais urgente que vimos ontem na audiência pública que é o novo Código Penal**, que nós precisamos nos inserir nesse processo. Ainda bem que nós teremos tempo para audiências públicas agora mais para discutir o mérito do conteúdo do Código e **também outro tema que devemos nos debruçar no ano que vem que é o Sistema de Informação da Segurança Pública**. Não dá para você ficar apenas acessando dados de três anos atrás com relação a homicídios por exemplo.

A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública – Presidente do CONASP) – Eu posso dar um informe sobre o Sinesp posteriormente à sua fala.

O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais – FENAPRF) – Outra coisa também na fala da doutora Regina que nos tranquiliza, é essa articulação da Senasp com a Polícia Rodoviária Federal. Eu acho que toda sociedade ganha com isso, os trabalhadores também que trabalham na área de segurança pública. Recentemente, eu estive em Foz do Iguaçu e lá tive oportunidade de participar do Fórum Nacional de Combate à Falsificação e à Pirataria. Esse fórum é composto de várias empresas, também do Conselho Nacional de Combate à Pirataria, e um dos representantes de uma grande empresa multinacional disse? “Olha, é música aos nossos ouvidos como vemos que os órgãos de segurança do governo estão conversando, estão articulando” e nós, os policiais rodoviários federais temos a capacidade de conversar, de articular com a Receita Federal, com as agências reguladoras, com a Senasp, ainda temos dificuldade de articular, não da nossa parte, com as outras polícias, precisamos vencer isso aí, não de forma esporádica quando você tem amizade com determinada pessoa de outro órgão, mas ao nível institucional, a partir do diálogo, respeitando os limites, e principalmente, procurando preencher as lacunas, vemos muitas guerras por causa de sobreposição de atribuições e sempre vai existir. Mas, enquanto isso, nós não vemos as lacunas da segurança pública que não é território de ninguém e fica a sociedade à mercê dessas disputas que não ajudam. Criam mais insegurança e injustiça social.

295 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio)** – Eu gostaria de fazer um encaminhamento à
 296 Mesa, se me permite. O encaminhamento é que nós ouçamos as pessoas que estão inscritas sobre
 297 esse tema e depois entramos na pauta específica do encontro e que **a Mesa Diretora, hoje ou**
 298 **amanhã, possa pensar num calendário de um programa de discussão desse tema que estamos**
 299 **aqui falando e no final do dia apresentemos uma proposta para aprovarmos.**

300

301 **O SR. GERALDO SOARES WANDERLEY (Pastoral Carcerária Nacional)** – Bem, essa
 302 proposta da presidente é uma proposta muito interessante. É claro que Célia me contemplou na fala
 303 dela dizendo que, na verdade, nós precisamos da saúde, a educação, que tem orçamento e tem
 304 financiamento próprio. Está difícil, apesar de alguns avanços na educação, o Brasil precisa de
 305 alguma coisa, parece que é mesmo pegar pela raiz. A questão da participação da sociedade,
 306 efetivamente, que esse é um grande gargalo que o Brasil tem, a sociedade não se empodera do
 307 conhecimento das coisas, como na segurança pública e isso é muito pior porque é um setor
 308 extremamente inchado, e nós estamos para fazer a 2ª Conferência com grandes dificuldades. Acho
 309 que a ideia é muito interessante, mas nós precisamos também que os governos queiram isso, que
 310 tenham vontade política de fazer as reformas e que essa vontade seja verdadeira porque em sendo
 311 verdadeira vão tentar fazer com que a sociedade se empodeire, participe, colabore e faça também o
 312 monitoramento do durante e do pós. Mas, eu acho muito interessante que pautemos e levemos isso
 313 muito a sério.

314

315 **O SR. PEDRO GASTALHO DE BICALHO (Conselho Federal de Psicologia)** – Bom-dia. Eu
 316 gostaria de reforçar o que os conselheiros disseram acerca da importância da discussão dessa
 317 temática, principalmente a partir da fala da Célia, que nos lembra muito bem que a gestão do
 318 financiamento é na verdade a gestão do poder, portanto, a nossa discussão não é uma discussão de
 319 onde estão as rubricas, mas o modo pelo qual elas são construídas e executadas. Desse modo,
 320 acredito ser extremamente importante nessa discussão lembrarmos o que atravessam nas gestões de
 321 poder que estão presentes no campo da segurança pública e entre esses atravessamentos dessa
 322 gestão do poder está o clamor midiático ao qual todos nós, não só a segurança pública, mas todo
 323 país está sempre refém. Eu gostaria de lembrar que na segurança pública o efeito desse clamor
 324 midiático é sempre muito perverso, principalmente, porque ele toma como analisador a questão da
 325 produção histórica do medo. O medo que não é simplesmente um sentimento, mas ele é
 326 principalmente um operador político e enquanto operador político o medo que é produzido
 327 historicamente, em especial por esse clamor midiático, ele serve principalmente para pautar o modo
 328 pelo qual nós estamos fazendo a gestão do poder. Acredito que fazer uma ampliação da discussão
 329 de orçamento ou de financiamento para uma discussão daquilo que atravessa, o modo pelo qual a
 330 gestão do poder é de fundamental importância neste Conselho.

331

332 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública –**
 333 **Presidente do CONASP)** – Bom, voltamos à pauta então? Então, vamos lá. Temos aqui a
 334 aprovação da Ata da 12ª Segunda Reunião Ordinária, a aprovação da pauta para hoje de manhã,
 335 aprovação do processo eleitoral; às 14 horas, devolutiva do decreto da conferência; amanhã, às 9
 336 horas, abertura da reunião para que os senhores possam discutir o relatório final e ao retorno do
 337 almoço, situação de São Paulo, sistema prisional, normatização do uso das drogas, informes gerais e
 338 encaminhamento e encerramento. Está aí a pauta. A minha primeira proposta aos senhores é que
 339 aprovemos então a Ata da 12ª Reunião. Todos receberam a Ata? Teve apontamento? Estão aptos a
 340 votar? Pedro, por favor.

341

342 **O SR. PEDRO GASTALHO DE BICALHO (Conselho Federal de Psicologia)** – É muito em
 343 função da nossa audiência pública de ontem onde foi citada a questão da PEC 33 e da **Proposta de**
 344 **Emenda Constitucional para redução da maioria penal é porque no dia 19 de dezembro**

345 nós teremos nova reunião de votação aqui em Brasília, acredito que seja fundamentalmente
346 importante que nos posicionemos em relação a essa temática em função da urgência, é só uma
347 proposta.

348

349 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública –**
350 **Presidente do CONASP)** – Certo. Vamos aprova a Ata e depois discutiremos a pauta. Em regime
351 de votação. Os conselheiros que estão de acordo com a minuta de Ata que foi enviada permaneçam
352 como estão. **APROVADA POR UNANIMIDADE.** Aprovação da pauta. Há uma sugestão do
353 conselheiro Pedro que incluamos uma discussão sobre a PEC 33 e sobre a maioria penal. Eu
354 consulto os conselheiros. Então, teremos que redesenhar a pauta. Antes de informes gerais inclua
355 maioria penal e PEC 33. Depois os senhores façam um desenho de como ficará o dia para
356 dividirmos os temas.

357

358 **O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Civis –**
359 **COBRAPOL)** – Exatamente para demonstrar à sociedade civil e demais órgãos o substitutivo da
360 Lei Geral.

361

362 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública –**
363 **Presidente do CONASP)** – Então, mais um item Lei Geral da Polícia Civil, nós sabemos o que é.

364

365 **O Sr. Marcos Fábio Rezende Correia (Coletivo de Entidades Negras)** – Poderíamos falar
366 também sobre os “autos de resistência”?

367

368 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública –**
369 **Presidente do CONASP)** – Já dei um enfoque. Mas eu posso reprisar. **Vai ser votado segunda ou**
370 **terça-feira. Se vocês quiserem o texto que vai ser votado eu posso pedir para trazer para cá.**
371 **Então, vou providenciar para trazer o texto do “auto de resistência”, da maioria penal e**
372 **da situação de São Paulo.** Bom, acho que poderíamos aprovar a pauta e depois faremos a
373 redistribuição de todos esses temas. Se não der tempo os senhores priorizem e fica depois o que não
374 der porque acrescentou bastante. Aí entra a prioridade dos senhores. Eu acho que, inclusive, a
375 devolutiva do decreto e a própria conferência não vai utilizar a tarde inteira hoje. Eu, de antemão,
376 digo que não poderei permanecer o dia inteiro aqui hoje. Amanhã eu tenho um evento que o vice-
377 presidente e que formatar esse evento com o ministro hoje sobre as fronteiras. Então, o Almir já
378 redesenha essa pauta. É a primeira coisa esse redesenho e as prioridades. Mas, eu acho que dá para
379 encaixar tudo, se economizar tempo.

380

381 **A SRª. CÉLIA DANTAS GENTILE RIQUE (Gabinete de Assessoria Jurídica às**
382 **Organizações Populares)** – Para sexta-feira está destinada à discussão do relatório final. E se
383 eu não estou ouvindo mal, eu acho que não se deve diminuir esse espaço até porque muito
384 mais do que uma questão de um esquema de relatório, o que ele contempla ou não, nós
385 teríamos a incumbência de ter uma visão geral a respeito do que foi porque os entendimentos
386 do nosso papel são bastantes diferenciados, então o relatório deve refletir as diversas posições.

387

388 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**
389 **Estaduais - ANASPRA)** - Com respeito ao relatório, só deixar claro para a plenária que da última
390 reunião havia tirado um grupo que construiria esse relatório. Como isso não foi feito, a proposta
391 nossa era de que trouxéssemos preliminarmente à plenária para que essa apontasse os pontos que
392 deveriam ser abordados nesse relatório. E como não deu o prazo e o tempo, a proposta é que a
393 plenária discute de que forma o que deverá estar contemplado e a partir daí a comissão trabalha em

394 cima disso, evidentemente, submetendo à plenária depois. Então, não tem relatório nenhum a ser
395 apresentado.

396

397 **O SR. MARCOS ANTÔNIO DA SILVA COSTA (CONSELHO NACIONAL DO**
398 **MINISTÉRIO PÚBLICO)** – Esse relatório é desta composição, não tem tempo não, teremos que
399 aprovar a nossa avaliação, não tem como passar isso para depois.

400

401 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**
402 **Estaduais - ANASPRA)** – Não é isso que estou dizendo. O que estou dizendo é o seguinte: foi feita
403 uma composição de um grupo para elaborar esse relatório e apresentar à plenário. Essa parte não foi
404 cumprida. E aí a proposta para que não ficasse sem o relatório, aqueles que estavam na incumbência
405 de elaborar o relatório trouxe à plenária para que se faça o relatório à plenária. Então, se o tempo
406 vai ser curto, eu só quero deixar claro que não tem documento nenhum a ser apresentado, é isso.

407

408 **O Sr. Marcos Fábio Rezende Correia (Coletivo de Entidades Negras)** – O que nós estamos
409 colocando aqui, Marcos, é que apesar de termos encaminhado à Secretaria Executiva do Conasp e
410 para a lista vários e-mails falando da nossa necessidade de nos reunirmos um dia antes para
411 fecharmos o relatório, porque não dava para fazer tudo a distância, nós não obtivemos nem uma
412 resposta acerca disso. Então, por conta de não termos nenhuma resposta para nos encontrarmos
413 ontem ficou difícil nós sentarmos juntos porque foi uma tirada de decisão de uma reunião anterior.
414 Quem estava aqui, ouviu isso: que foi feita uma comissão que se sentaria um dia antes da reunião
415 para justamente finalizar esse relatório, foi isso que foi decidido aqui. Depois, apesar dos e-mails,
416 como de praxe, nós não obtivemos nenhuma resposta e chegamos aqui hoje desse jeito, precisando
417 de nos encontrarmos para poder fazer o relatório, é o comum do nosso cotidiano do Conasp, para
418 deixar bem nítidas as coisas.

419

420 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública –**
421 **Presidente do CONASP)** – Bom, mediante isso, acho que poderíamos até no final da manhã de
422 hoje os conselheiros que estão com essa incumbência do relatório poderiam mostrar os temas que
423 foram elencados, pelo que entendi é isso, e aí poderiam dar um tempo aos conselheiros e, se fosse o
424 caso, eu não sei quais são os conselheiros que estão para apresentar o relatório, mas daria um tempo
425 para fazer um ensaio ainda para esta tarde, para depois então passar para o plenário. Mas, não
426 poderíamos perder muito tempo nisso porque estamos com uma pauta agora bem extensa.

427

428 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio)** – Eu queria propor duas coisas: a primeira é
429 que os dois temas que foram aqui colocados possam ocupar a parte da tarde hoje depois da
430 devolutiva da conferência. Acho que dá tempo suficiente para colocar os 2 pontos aqui, aí já
431 fecha a pauta.

432

433 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública –**
434 **Presidente do CONASP)** – Então, vamos puxar maioria penal, PEC e a Lei Geral para
435 hoje à tarde. Está bom.

436

437 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio)** – E a outra questão, é que se houver possibilidade,
438 Marcos, dialogar um pouco com o Marcos, de hoje no final da tarde, nós nos reunirmos para
439 preparar pelo menos um roteiro de discussão e amanhã de manhã apresenta-se o roteiro e faremos a
440 discussão do balanço.

441

442 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública –**
443 **Presidente do CONASP)** – Então, Tião, a minha sugestão é que incluamos essa apresentação

do roteiro no final da manhã de hoje porque aí dá tempo de os conselheiros até pensarem em alguma coisa, é um roteiro, não é tão extenso. Os conselheiros fazem a apresentação no final da manhã de hoje e aí vocês permanecem e deixam essa discussão, como a Célia pediu, de uma manhã toda no relatório, aprofundando o roteiro. É consenso? Então, a pauta está aprovada. Vamos ao primeiro ponto: Informe sobre processo eleitoral.

O SR. VICENTE ANTONIO MARIANO FERRAZ (Conselho Nacional de Comandantes Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares) – Bom-dia a todos e todas. Bom, nós tivemos no processo eleitoral do novo Conasp 47 entidades inscritas, redes, sociedade civil e trabalhadores que são os eleitos. Em razão da decisão de o plenário de que o voto nessa eleição seria cruzado entre trabalhadores e entidades, nós aprovamos uma alteração no edital das eleições, garantindo que cada trabalhador poderia votar em até 6 redes e em até 6 entidades e as entidades poderiam votar em até 9 entidades de trabalhadores. E assim foi feito. Nós tivemos só uma situação de uma entidade que não foi aceita a sua inscrição em razão de ela não ter comprovado 2 anos de existência. Pois bem. Nós tivemos algumas dificuldades nesse processo. Uma delas foi que, talvez em razão do tempo, nós não tivemos o treinamento para usar o sistema do Infoseg. Apesar de um dia ou dois dias antes ter sido analisado, visto e não deu problema, no dia das eleições tivemos algumas dificuldades, algumas específicas e outras estruturais porque no meu entendimento tem a ver com o próprio processo eleitoral. **A pontual é que o horário de início da votação no sistema estava às 10 horas, quem estava aqui às 10 horas não conseguiu votar porque o sistema estava trabalho com o horário não de verão. Na verdade, o computador estava correto porque na Bahia e em outros lugares não têm horário de verão e são eleitores, então, perderia uma hora. Resolvido isso, e eleição começou efetivamente às 11h15 minutos. Nós tivemos uma situação de um equívoco na colocação de uma entidade do Rio de Janeiro que no seu processo era eleitora e candidata e quando foi para o sistema saiu só como eleitora.** Isso foi um problema administrativo nosso porque no processo ela estava inscrita nas duas coisas. **Mas, o problema mais complicado que houve no processo eleitoral é que pelo menos 7 entidades não tiveram seus votos computados.** Algumas delas presentes inclusive no Plenário Tancredo Neves onde se deu o processo, citar o Héder Oliveira, presidente da Anaspra, que votou e não viu seu voto, o José Neves também votou e o voto não apareceu, o Bride votou e o voto não apareceu e Tião do Viva Rio, que eu me lembro foram essas as entidades, das 4, 3 estavam no plenário. Bom, mas aí quando nós recebemos a lista que saiu no computador da votação final teve essa situação de quem veio a Brasília para participar do processo e votou em Brasília e não teve o voto computado. Independentemente dos problemas do sistema, o fato concreto é que essa não formalização de 7 votos implicou num resultado que a comissão tinha que tomar a decisão de homologar ou não. Ontem nós fizemos uma reunião da qual participou eu, o Sílvio e o João, que são os três membros da comissão, e entendemos que faltaram algumas coisas que teriam amenizado muito os problemas estruturais que tivemos. Uma delas é que recebeu no email cadastrado a confirmação do voto. Isso é fundamental. Uma eleição de 47 entidades nós tivemos problema com 20% delas. Então, recebeu a confirmação do voto está definido. Um vídeo pequeno do Infoseg com treinamento explicando minimamente como é o sistema para evitar os problemas que ocorreram. E aqueles que quiserem vir para Brasília na votação no dia 30 foi disponibilizado um único computador da rede Infoseg para votar e nós precisamos ter pelo menos 3 ou 4 computadores. Desse modo, **a decisão da comissão eleitoral por unanimidade foi de não homologar a eleição realizada no dia 30.** Porque garantir 100% de lisura, de transparência por mais que tenha uma justificativa formal, legal, técnica do Infoseg, um fato concreto é que 20% dos eleitores tiveram dificuldade de votar. **Então, a nossa deliberação é que nós mantenhamos o colégio eleitoral, evidentemente, o processo todo, as 47 entidades serão exatamente as mesmas aprovadas** e que no dia 11 de janeiro de 2013 façamos nova eleição, garantindo listagem on-line para os gestores da votação; que cada entidade possa receber pelo email a confirmação do seu voto; e o vídeo mínimo de treinamento a ser encaminhado

às 47 entidades. Essas situações todas, de acordo com a coordenação do Infoseg, é possível fazer essas alterações e nós minimizaremos os problemas estruturais que tivemos. O Márcio estava lembrando que há dois anos, eram 127 entidades eleitoras e nós não tivemos nem metade dos problemas que nós tivemos agora. Eu participei da comissão eleitoral também naquela ocasião e uma das questões que eu já tinha, não só como presidente da Comissão, mas como membro do Conselho levado para a secretária Regina **que na próxima gestão do novo Conseg nós temos que discutir com o Ministério da Justiça, com a secretária a estrutura da Secretaria-Executiva porque parte dos problemas, não houve nenhum dolo dos problemas específicos e dos estruturais aqui no processo eleitoral.** Mas, nós entendemos que a estrutura hoje da Secretária-Executiva com todo o esforço que possa ter feito a Suelen e a Cíntia, é muita pouca gente para ter um acompanhamento deste Conselho, então termos uma Secretária-Executiva maior, eu acho que talvez uma das possibilidades de não ter tido problema nenhum ou um problema maior há dois anos foi que dispúnhamos de uma estrutura também maior na própria Secretária-Executiva. Nós não tivemos o tempo hábil de treinamento dos órgãos. Então, foi surpresa para alguns não verem seu voto quanto foi aberto em plenário e também era difícil encaminhar recursos não sabendo se seu voto fora aceito ou não. Então, o processo ficou difícil e eu quero pedir em especial àquelas entidades que foram eleitas pedir desculpas por essa situação, mas eu acredito que essa decisão é melhor para mantermos transparência e garantir 100% de lisura e de espírito público democrático na nossa eleição e a expectativa é que daqui a um mês todos esses problemas ou grande parte deles nós teremos uma solução para não se repetir. Então, as entidades que participaram vão ter que se estruturar de novo. Eu creio que não teremos grandes alterações do que foi essa primeira votação até pela expressiva votação de determinado setor, mas não tem jeito, ir com dúvida para um novo Conasp eu acho que mais perde do que ganha por mais desgastante que seja fazer um novo processo eleitoral o entendimento da Comissão é que é o mais legítima a ser feito.

A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública – presidente do CONASP) – O conselheiro Marcos Rezende está inscrito e eu também. Antes de passar a palavra eu consulto aos demais membros da comissão, Sílvio e João Francisco, se tem alguma coisa a acrescentar. Como eles não têm nada a acrescentar, eu peço permissão aos senhores, enquanto secretária Nacional de Segurança Pública, por conta do processo eleitoral dentro do Ministério. Nós tivemos em reestruturação, e aí Mariano eu não estou justificando nada, por favor, concordo com o andamento, acho que é a melhor coisa e acho que temos alguns encaminhamentos em cima do que foi decidido, mas eu vou explicar algumas coisas que não se justificam. Como nós estamos com o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública – Sinesp, nós vamos ter que absolver não só o Infoseg como outros sistemas para fazer a leitura do Sinesp. Nós tínhamos até então uma empresa dentro do Ministério que fazia todo o processo de TI. E como o Sinesp é um sistema, que eu já falei aos senhores, que ficará maior do que o sistema da Receita Federal nós tivemos que contratar o Serpro. E o Serpro por sua vez contratou a IBM para fazer o sistema do Sinesp, razão pela qual nós não temos outra empresa trabalhando no Ministério. Então, naquela ocasião, há dois anos, na eleição, embora nós tivéssemos mais entidades inscritas, nós tínhamos uma empresa de fora trabalhando no Ministério deu maior suporte. Eu não estou justificando, estou só explicando o que está acontecendo. Nós estamos num processos de transição. **Com relação à Secretaria-Executiva eu fiz uma proposta ao ministro da Justiça e estou aguardando uma resposta dele de um estudo de que nós tenhamos dentro do Ministério uma Secretaria-Executiva única para os conselhos existentes do Ministério. Nós temos que ter uma Secretaria-Executiva com um suporte grande para todos os conselhos do Ministério porque isso facilitaria inclusive que as reuniões não se coincidissem, facilitaria que as publicações saíssem mais concentradas, se tivéssemos um informe de conselhos no Ministério e cada de nós, por exemplo, eu tenho um DAS 4, que é o da Suelen e cada uma dessas secretarias que têm um conselho consigo daria esse DAS para essa Secretaria-Executiva, então ela ficaria uma**

Secretaria-Executiva robusta com o secretário, o conselho teria o secretário, mas teria o administrativo conjunto que facilitaria uma estrutura. Eu fiz essa proposta ao Ministro, ele acha que viável, inclusive a proposta de todas essas secretarias estarem centradas no Gabinete do ministro e não a nenhuma secretaria mais. Então, a Secretaria-Executiva de todos os conselhos estaria dentro do Gabinete do ministro como órgão consultor e estaria lá dentro e as secretarias teriam uma presidência como é, eu tenho a presidência, a Secretaria da Pirataria estaria com a Secretaria-Executiva, cada um dentro de sua presidência sem problema nenhum. A Senasp não ficará afastada de processo algum, mas acho que fica de uma forma mais bem estruturada dentro do Ministério para facilitar aos conselheiros. Nós estamos tratando disso para facilitar mais. Eu, de antemão, peço mil desculpas aos senhores pelo que aconteceu. E para além disso também enquanto Secretaria Nacional eu peço desculpas pela emissão das passagens, não foram nós que emitidos foi o Gabinete, daí a razão que eu acho que tem que estar tudo concentrado porque a Secretaria está na Senasp e aí é o Gabinete que emite as passagens, está errado isso. Tem que ter um órgão dentro da Secretaria-Executiva e é essa Secretaria única que emite todas essas passagens dos conselheiros, que terá o controle, é o administrativo. Então, a proposta é essa, estamos estudando isso nessa nova reestruturação dentro do Ministério. Só peço aos senhores que tenham um pouco de paciência porque nós mesmos, enquanto servidores do Ministério, temos passado por alguns problemas. Nós temos que passar por uma estrutura agora inclusive porque teremos que desocupar dois (?) dentro do Ministério da Justiça. Então, estamos ainda numa estruturação total. Estamos buscando construir o Anexo III onde há o estacionamento ali atrás e aí nessa planta do Anexo III tem uma área só para conselhos, mas tudo isso é planejamento. Peço desculpas. Como encaminhamento, eu sugiro que tiremos uma nota oficial para colocar no site do Ministério da Justiça na página da Senasp e na página do Conasp sobre a explicação da resolução e os passos a serem dados. Inclusive que as entidades inscritas permanecerão as mesmas, que não será aberto mais nada, o processo é o mesmo, só terá o dia de votação alterado. Essa nota oficial será assinada em conjunto por mim, Secretária Nacional de Segurança Pública e pela comissão eleitoral. Vamos produzir essa nota, publica, para que traga lisura; **E peço ao João Francisco que isso seja publicado na página do Governo Federal já que é uma eleição de conselhos e nós temos a página dos conselhos no Governo Federal. Daqui até lá, eu vou pedir para a assessoria do Gabinete da Senasp acompanhar o processo junto à Infoseg que dá suporte à Secretaria-Executiva para que não tenhamos essa falha. Peço também à Suelen que nós façamos entre este período de agora até o dia 11 um teste de votação junto com a Comissão Eleitoral. Nós estaremos ainda em período de horário de verão, que seja publicado que o horário é o horário de Brasília, portanto não é o horário dos outros estados.** Mas aí temos que observar que o final também posterga uma hora, é como na eleição normal. E eu enquanto conselheira eu acolho todos os argumentos e decisões dos senhores como a correta porque eu também quero um processo transparente nisso.

O Sr. André – Bom-dia. Primeiro eu queria dizer que eu também estou de acordo com a decisão da Comissão Eleitoral. A minha fala vai ser um pouco melancólica, acho que é um pouco o momento de fazermos nossas lamentações justamente para podermos pensar diretrizes e redirecionamentos para o próximo mandato. Acho que o que aconteceu durante o processo eleitoral e os esclarecimentos que a Regina prestou aqui também corroboram, é uma espécie de ponta de um iceberg, produto de uma série de desorganizações, de uma série de fragilidades em termos de estrutura e aí eu queria manifestar duas lamentações. Primeiro me solidarizar com os colegas conselheiros que foram à Plenária e não conseguiram votar. Acho que isso é uma frustração imensa, tão grande quanto a dos outros colegas que foram votar e vão ter que votar novamente. E outra é dizer que ainda que a decisão da Comissão Eleitoral tenha o horizonte da lisura, de fazer o processo de maneira organizada possível, eu acho que não vai superar o desgaste já dado de ter que chamar um novo processo inteiro, mas uma nova votação, isso vai pegar muitas entidades que participaram dessa primeira votação num contrapé em termos dos seus cronogramas organizacionais, o mês de

janeiro para as entidades da sociedade civil complicado, muitas entidades ainda estarão no seu recesso e vamos ter que acabar refazendo todas as articulações de novo que foi para todos que participaram no processo em geral inverso grana articulação de novo, dizer que foi para todos que participaram desse processo em geral foi um esforço grande de articulação, de conversas, de construção; o que teremos que voltar a fazer. Isso já entra um pouco nas nossas reflexões para discussão do relatório final. Acho que o desgaste está dado mesmo. Eu só queria manifestar o meu apoio pela decisão da Comissão Eleitoral, seria leviano, eu como entidade porque teoricamente fui eleito defender que não e manter esse processo, acho que não é justo com as outras entidades que não votaram, mas queria registrar esse lamento e dizer que isso é um desgaste que vamos ter que arcar porque isso seria uma espécie de fechamento de mandato e estamos fechando um pouco mal.

A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública – presidente do Conselho) – Com a fala do conselheiro tenho mais uma ideia que tem que ter ponderada, eu acho que poderíamos pegar essa nota oficial e encaminhar pela Secretaria-Executiva para todos que estão aptos a votar e a todos que concorrem à eleição também. Acho que temos que ajudar as entidades a propagar o dia 11 de alguma forma. Nós não podemos minimizar isso. Eu concordo com a Comissão Eleitoral que teremos que mudar para o dia da votação para dezembro, mas temos que nos ater a data, isso não é só prejudicial para a sociedade civil, volto a dizer, as entidades de trabalhadores também têm problemas nas férias. Eu consulto à Comissão Eleitoral se teríamos condições ainda de fazer este ano. Temos até 30 de dezembro.

O Sr. João Francisco – Eu consulto como membro se o ministério tiver condições com o Infoseg depois dessas melhorias no sistema que eles já sinalizaram que é viável, eu não vejo problema nenhum ser realizada este ano mesmo.

A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública – presidente do Conselho) – Eu vou voltar para o Ministério no período da tarde, vou chamar o pessoal do Infoseg, eles já sabem o que vocês pactuaram. O Alexandre estava presente. Mas para fazermos isso, precisamos fazer um teste, temos que colocar uma página simulada para as entidades testarem. Um dia aberto para simulação. Eu peço que este Conselho escolha a data. Eu volto para lá e marco o teste. Eu concordo com o Marcos Rezende que temos que fazer ainda este ano.

O Sr. Vicente Antonio Mariano Ferraz (Conselho Nacional de Comandantes Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares – CNCG-PM/CBM) – A decisão pelas razões colocadas é não homologar e ter nova eleição. Nós tivemos dificuldade de estabelecer dezembro e uma delas que é necessário pelo menos 3 encaminhamentos novos para a Rede Infoseg para garantir que não repitamos os mesmos problemas. Se a Rede Infoseg garantir que vai ter no sistema as entidades vão receber emails para confirmar o seu voto, uma listagem vai estar disponível etc, podemos fazer entre o Natal e o Ano-Novo, ainda este ano.

A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública – presidente do Conselho) – E o dia 20 de dezembro? Até antes do Natal, já resolveria isso. Eu vou lá instar o pessoal do Infoseg. Vocês poderiam tirar umas três datas aqui para mim, por favor, eu vou pedir à Suelen para ligar para o Quadros e acelerar esse processo. Eu consulto à sociedade civil o dia 20, por favor. Dia 20 pelo Infoseg tem condições.

O Sr. Nilson Edemar Pfeifer (Federação dos Profissionais em Papiloscopia e Identificação – FENAPPI) – Eu gostaria de pedir um esclarecimento à Comissão Eleitoral se já foi publicado o

643 cancelamento dessas eleições e se haveria a possibilidade, por exemplo, de somente essas entidades
644 que tiveram essa dificuldade de fazerem o voto *a posteriori*.

645

646 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública –**
647 **presidente do Conselho)** – Não, isso já foi esclarecido. É o seguinte, a eleição só altera o dia. E a
648 nota oficial sairá deste Conselho hoje após a publicação, não poderia nada ser publicado sem passar
649 pelo Plenário. Eu pergunto se está resolvido este ponto e calculo que podemos votar pelo voto da
650 Comissão.

651

652 **O Sr. Abelardo Camilo Bride (Associação dos Policiais Militares Estaduais do Brasil –**
653 **AMEBRASIL)** - Bom-dia, senhores. Eu faço só uma solicitação à Comissão Eleitoral é que não
654 pressione a equipe do Infoseg, só pergunte a eles qual a data mais viável, a mais próxima.

655

656 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública –**
657 **presidente do Conselho)** – É dia 20, já consultei. E quem vai pressionar a Infoseg sou eu e não
658 vocês.

659

660 **O Sr. Abelardo Camilo Bride (Associação dos Policiais Militares Estaduais do Brasil –**
661 **AMEBRASIL)** - É porque se pressionar esse pessoal de TI acaba dando erro novamente.

662

663 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública –**
664 **presidente do Conselho)** – Eu não só vou pressionar como eu me mantive, e todos sabem disso,
665 enquanto Secretária Nacional, a par desse processo como um todo porque achei que era o meu
666 papel. Eu não vou interferir em voto, em nada, mas, administrativamente eu vou pegar o processo
667 na minha mão. Eu vou pegar o funcionamento, no meu gabinete junto com a Suelen para que eu
668 acompanhe o funcionamento do Infoseg. O conselheiro Bride tem toda razão, o Conselho não pode
669 pressionar o Infoseg, eu, enquanto secretária Nacional, posso sim cobrar do Infoseg. Eu, de forma
670 alguma, Marcos, não quero interferir em composição de conselho ou quero interferir em qualquer
671 conduta enquanto conselheiros. Eu não faço isso, até mesmo quando vocês quiserem fazer qualquer
672 coisa contra esta presidência ou contra a Secretaria Nacional eu encaminharei, porque esse é o meu
673 papel.

674

675 **O Sr. Abelardo Camilo Bride (Associação dos Policiais Militares Estaduais do Brasil –**
676 **AMEBRASIL)** - Eu faço uma solicitação: a confirmação do voto não seja por email. O sistema no
677 momento que eu concluir o voto tem que confirmá-lo. Analisando o meu caso: eu fiz a votação,
678 acompanhei até o final, confirmei o meu voto, para mim eu teria votado. Pode ter sido um problema
679 de conexão no momento que eu apertei e que eu perdi, mas para mim já tinha votado. Então, o
680 sistema tem que nos garantir, na hora que eu confirmei meu voto, o sistema tem que dizer que o
681 voto foi computado. Com isso já vai resolver o problema.

682

683 **Sr. Elder Costa Santos (Fórum Nacional de Juventude Negra – FONAJUNE)** – Eu queria
684 concordar com a manutenção da eleição para este ano ainda, mas antes eu gostaria de pedir
685 desculpas pelo vacilo que dei não consegui votar porque 30 de novembro estava em atividade no
686 estado da Bahia e coloquei na agenda para o final da tarde, só que era horário de verão, e,
687 infelizmente, não pude votar. Então, eu queria pedir desculpas às entidades que prometemos votos e
688 ao mesmo tempo agradecer às entidades que votaram em nós e prometer que da próxima vamos
689 conseguir votar.

690

691 **O Sr. Marcos Fábio Rezende Correia (Coletivo de Entidades Negras)** – Primeiro eu gostaria de
692 parabenizar a decisão, não só à Comissão Eleitoral, como nossa, conjunta, que não teve nenhuma

693 manifestação contrária que mostra o nosso respeito ao que foi colocado aqui e a seriedade do que se
 694 trata. A nossa preocupação com o sistema é que, Regina, mesmo administrativamente querendo
 695 tocar o sistema, eu não confio em sistemas assim como esse, só o sistema. Hoje tem muita
 696 modernidade, mas não tem muita segurança com modernidade. Então, eu acho que além desse
 697 sistema, deveríamos pensar numa forma mais simples que seria votar no dia e mandar por sedex.
 698 Não ficar só nesse sistema e depois acontecer de novo. Eu estou falando isso porque se acontecer de
 699 novo vai ser um fiasco. Terá um dia de testes. A gente vê muitos dias de testes de urna eletrônica e
 700 no dia dá algum tipo de problema. Estou dizendo isso para pensarmos num outro plano, no plano b
 701 para que caso a urna não confirme o voto, será possível mandar também por email.

702

703 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública –**
 704 **presidente do Conselho)** – Eu vou além, uma coisa não exclui a outra.

705

706 **O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Civis –**
 707 **COBRAPOL)** – Eu estou completamente concordando com ele, eu levantei até antes de você que
 708 dada a essa problemática que temos do prazo, a proposta para nós seria cinco dias úteis, nós
 709 deveríamos comunicar que todos mandam por sedex. No correio, existe a possibilidade de enviar a
 710 carta já selada, o Ministério manda a todos os candidatos e ele só vai lá e deposita no correio.

711

712 **O Sr. João Francisco** – A possibilidade de termos uma ou duas alternativas também terá que ficar
 713 aqui pactuado que será mantido e garantido o sigilo do voto. Marcos, estou dizendo isso porque já
 714 tivemos sinalizações de pedidos de votação. Agora este Plenário tem que deliberar que, embora
 715 tenha essa possibilidade de alternativas para o voto que isso seja já pactuado, ficar restrito à
 716 Comissão eleitoral, talvez fiscais, para manter o sigilo do voto.

717

718 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública –**
 719 **presidente do Conselho)** – O Plenário é soberano, não é problema nenhum, pode ser feito isso,
 720 mas, inclusive, com a republicação porque foi publicado com as normas de votação, como seria o
 721 processo. Então, nós vamos ter que ao emitir a nota oficial colocar os esclarecimentos e aí tem outra
 722 ponderação a ser feita: uma coisa não exclui a outra, mas só vale um voto. Então, tem que observar
 723 isso, quem votou por meio eletrônico prejudica o voto porque a pessoa pode ter voto divergente. É
 724 nulo, eu sei, mas é pior. Então, a minha proposta é que a Comissão Eleitoral vá para uma sala, se
 725 reúne, traz para o Plenário, votamos e soltamos a nota oficial. Eu concordo com o Marcos
 726 plenamente, não temos que correr um segundo risco. Eu não posso dizer que foi só a Infoseg a
 727 culpada porque o que o Bide disse está certo. Eu estava em Santa Catarina e não conseguíamos
 728 acessar nada lá. Então, a Comissão se reúne, traz para cá, vejam a data.

729

730 **O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Civis –**
 731 **COBRAPOL)** – Eu queria concluir minha fala. A minha proposta seria fazer exatamente a eleição
 732 unicamente da forma que iremos propor: A Comissão tem condições de saber o endereço de cada
 733 eleitor e candidato? Certo. Então, esse é um problema já sanado. A Comissão tem condição de fazer
 734 as cédulas e encaminhar para esses respectivos eleitores e candidatos? Tem, então ótimo. Terceiro
 735 ponto: a carta-resposta a comissão vai encaminhar e ele vai encaminhar sem nome, então não vai ter
 736 como identificar quem votou em quem. Aí acaba com Infoseg. Até nos Estados Unidos a votação é
 737 simples, no papel. Nós somos poucos eleitores, só fôssemos milhares. Essa é a proposta para o
 738 pleno, nada de internet.

739

740 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública –**
 741 **presidente do Conselho)** – Eu creio que é unânime, temos que encontrar a fórmula. Mas todos os
 742 conselheiros acatam que nós temos um segundo modo ou mudar o modo de votação. A proposta do

743 conselheiro Marcos é unânime, é isso. Então, vamos começar a discutir o como. Tem a proposta do
744 Gandra, já conhecemos.

745

746 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais -**
747 **FENAPRF)** – Já discutindo então os encaminhamentos, eu sou contra essa proposta de apenas o
748 voto no papel, de abandonar o meio eletrônico. Temos dificuldades com o meio eletrônico, mas ele
749 veio, está lá, me ajudou muito, na sala de embarque eu consegui registrar o meu voto. Então, a
750 despeito de tudo, nesse caso me ajudou. O sistema eletrônico veio para ficar, o Brasil é exemplo
751 nisso. Nós precisamos priorizar isso, nos exercitarmos, corrigir os problemas que tivemos, mas
752 manter o meio eletrônico, fazendo concomitantemente com o papel porque nos casos que der
753 problemas esse voto vai ser computado, se não deu problema não vai nem aberta aquela carta. Essa
754 é a proposta do conselheiro Marcos Dias e é a proposta que Fenaprf apoia.

755

756 **João Francisoc** – O fato é que a Comissão precisa sentar antes até mesmo para trazer propostas
757 para vocês para saber as possibilidades, por exemplo, se mantivermos a rede eletrônica
758 informatizada e a confirmação também por meio sedex ou qualquer outro meio, a rede
759 informatizada nesse formato atual você não consegue identificar quem votou, enquanto que no
760 sedex sim, o que pode acontecer é, por exemplo, hoje, no formato atual, eu posso votar em uma
761 entidade e encaminhar outra lista diferente porque o formato atual, é por isso que precisamos
762 conversar com o pessoal do Infoseg as possibilidades até mesmo para trazer sugestões para vocês.
763 Precisamos saber o que é viável, o que já está certo é que teremos alternativas. Agora, as propostas
764 alternativas precisamos conversar com a Infoseg para saber a viabilidade, mantendo sempre a
765 isonomia e o sigilo do voto.

766

767 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública –**
768 **presidente do Conselho)** – Eu consulto à Comissão Eleitoral se o responsável pela Infoseg
769 estiver aqui por volta de duas horas se os senhores estarão aptos a uma reunião com ele
770 porque aí fecha isso. Ele acabou de ligar dizendo que no dia 17 tem condições de entregar pronto o
771 sistema. Eu acho que temos que ter o plano a e o plano b. E para o Infoseg, como tem o recesso de
772 final de ano, eles preferem que seja este ano mesmo.

773

774 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio)** – Só para reforçar aqui a proposta do Marcos, é
775 bem razoável trabalharmos com as duas possibilidades. O que vale é a votação eletrônica, dando
776 problemas, consulta a votação no papel, confirmado o voto, nem abre lá o papel e pronto.

777

778 **O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Civis –**
779 **COBRAPOL)** – A minha dúvida, Tião, é como nós vamos proceder caso haja problema, vamos
780 supor que teremos problemas com 10% dos votos no meio eletrônico. Então, vai proceder a abertura
781 das cartas. Como conseguirmos aferir se aquele voto é o mesmo, ou ele duplicou, ou ele votou? Nós
782 vamos votar em 9, por exemplo, nós vamos votar em 6, eu voto no Infoseg em 6 e depois eu alterno
783 meu voto porque as candidaturas são maiores a concorrência, eu posso votar na Viva Rio e em outra
784 entidade, alternativamente. Eu acho complicado. É preciso que o Infoseg diga, temos que esperar
785 mesmo que ele venha até aqui para não ficarmos conjecturando. Eu não estou entendendo. É
786 possível identificar quem votou e não em quem votou, se eles disserem isso eu retiro a nossa
787 proposta, caso contrário está mantido para votar, por mais que sejamos derrotados.

788

789 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública –**
790 **presidente do Conselho)** – Se teve uma falha sequer no meio eletrônico já abandona e já passa para
791 a computação manual. Por exemplo, faríamos as cédulas e encaminháramos, faz o voto eletrônico,

792 se der problema, não confirmou ou teve qualquer problema, a Comissão eleitoral já de pronto já tem
793 autorização para abandonar o meio eletrônico e passar para a contagem manual.

794

795 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais -**
796 **FENAPRF)** – A proposta como foi falada não foi bem essa que eu estava apoiando para
797 encaminhamento. O nosso encaminhamento é para aquele voto que não foi computado o registro no
798 sistema é que abra então a carta correspondente. E não que se desconsidere toda a votação
799 eletrônica.

800

801 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública –**
802 **presidente do Conselho)** – Como manteremos o anonimato? Se eu sei que a entidade não votou e
803 eu abrir a carta eu saberei o voto da entidade.

804

805 **O Sr. Abelardo Camilo Bride (Associação dos Policiais Militares Estaduais do Brasil –**
806 **AMEBRASIL)** - Eu fazer a seguinte sugestão: mantém-se no dia, apoiando a fala da secretária, a
807 votação eletrônica. Deu problema na votação eletrônica, vamos para a votação manual. Eu faço
808 parte de uma associação lá no meu estado e a votação dá muito certo: A comissão manda para cada
809 entidade uma cédula; um envelope em branco e um envelope já endereçado para a Comissão
810 Eleitoral os dados de quem vota pelo lado de fora. A minha responsabilidade é pegar esses
811 envelopes, lacrar o envelope em branco, colocar dentro do envelope da comissão, colocar isso
812 dentro de um sedex 10 e despacho para a comissão o número rastreador do meu envelope. A
813 comissão vai receber esse voto. E se apura o voto manual. Não mistura a votação eletrônica com
814 votação no papel. O envelope de fora está dizendo que a instituição tal votou e o voto está no
815 envelope branco que vai para a urna. Depois de estarem todos conferidos lá dentro é que vai abrir o
816 envelope branco. Não vai saber de quem é o voto.

817

818 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública –**
819 **presidente do Conselho)** – Por isso eu falei que tem que anular a eletrônica e passar para a manual,
820 se tiver problema porque senão vai saber o voto.

821

822 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de Segurança**
823 **Pública)** – Pessoal, é só uma informação. Eu não sei se ficou claro a todos uma das mudanças que
824 eu achei mais importante no Infoseg. Quem estava lá no dia percebeu que nós deixávamos uma tela
825 projetando que aparecia o número de entidades que tinham votado. Agora vai aparecer quais foram
826 as entidades que votaram, o nome da pessoa que votou e o número de entidade que votou. Então,
827 por exemplo, se o Tião sentar, votar e o nome dele não aparecer lá, ele não votou e vamos avisá-lo
828 que o voto não fora computado. Nós vamos conseguir muito mais rápido, e durante a assembleia
829 eleitoral identificar algum problema na votação de alguma pessoa. Isso já está previsto no sistema
830 que vai facilitar muito o acompanhamento nosso para ver se está funcionando e também o plano B.

831

832 **O Sr. Márcio da Silveira Marins (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais,**
833 **Travestis e Transexuais – ABGLT)** – Só um complemento para não confundir. Escrevendo o
834 novo edital, ficar atento lá para o tempo de postagem. Até porque eu posso ficar até 5 da tarde
835 tentando votar pelo computador e se eu não conseguir eu não terei tempo de ir ao correio.

836

837 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**
838 **Estaduais. ANASPRA)** – Se prevalecer, principalmente, para a Comissão Eleitoral, o voto
839 eletrônico eu gostaria de receber a confirmação por email diferentemente do que o conselheiro
840 Bride disse que não seria necessário porque se eu votei, estava presente, confirmou e não computou
841 o voto. Então, se aparecer lá “parabéns você votou” só vai ajudar, não tinha isso escrito. Então, eu

receber por email é fundamental para eu ter a informação porque eu recebi a senha 3 vezes e ela foi bloqueada. A outra questão que evidentemente fica prejudicada, mas eu deixo aqui para pensar é que a entidade da qual faço parte em Minas Gerais, a Anaspra, nós utilizamos a urna eletrônica do TRE para votar. São cadastrados os diretores, as chapas e isso tem um custo que é a necessidade de, eventualmente, vir a Brasília. Isso prejudica sobremaneira algumas entidades e da sociedade civil principalmente que não dispõe de recursos, mas é algo que nunca tivemos problema. Lá eu cadastro os eleitores e pronto. É uma reflexão utilizar a urna do TRE porque isso não dá problema. E pela Anaspra nós já discutimos todas essas questões de rede, a sugestão para encaminhamento é que a votação se dê por meio de cédulas que serão enviadas, postadas, que dispensem a Infoseg, a Comissão Eleitoral rubrica as cédulas com módulos de segurança e tem um prazo. Eu recebo as cédulas e posto no correio no prazo estipulado. É o que Bride disse, é a votação num envelope branco, dentro do envelope identificado que a entidade votou e dispensa a votação eletrônica. Essa é a minha proposta.

O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público) – Bom-dia a todos. **Do ponto de vista procedimental se houver alteração da forma como será feita a votação vai ter que ser alterado o edital e ser publicado.** Talvez seja importante tirar cópia do edital porque se for realmente para mudar vamos ter que aprovar novamente essas novas regras. E estas terão que ser publicadas. Se não for para alterar o edital o procedimento será mais simplificado. Então, basicamente, procedimentalmente, vamos ter que fazer isso, até porque essas regras, como vai ser feita a votação atinge diretamente o interesse das entidades. Se isso não estiver claramente estabelecido dentro de um processo formal e normativo, as pessoas vão tentar anular na via judicial essa nova eleição. Se é para mudar a regra, então temos que nos debruçar sobre o texto do edital aprovado e dizer o que vamos alterar. A segunda colocação que eu gostaria de fazer, divergindo um pouco da presidência, a responsabilidade administrativa da Senasp por este processo já existia, não vai ser assumida agora, a Senasp como a presidente do Conasp é responsável administrativamente por tudo que ocorre de bom e de ruim aqui do Conasp.

A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública – Presidente do CONASP) – Eu não me eximi de responsabilidade em momento algum.

O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público) – Mas, aparentemente a colocação parecia assim: “Agora eu estou assumindo a responsabilidade pelo processo que vai sair agora”. Não é isso. E aqui o que ocorreu com essa eleição simboliza basicamente um processo de desconstrução deste Conasp. Isso é claro e evidente.

André – Mais algumas ponderações no sentido do como. Mais do que opinar se vai ser digital ou manual, nos dois casos têm que ter metodologias bem definidas para funcionar. O primeiro ponto eu acho que conjugar os dois não é uma boa proposta. Ainda que as coisas tenham que dar certo de primeira tenham que ter redundância, essa ideia de criando redundância cria-se segurança, como processo eleitoral acaba fragilizando porque se tem duas fontes de emissão, são mais duas maneiras de o cara dizer que o voto dele não deu certo e tal. O importante é que os dois métodos sejam claros e detalhados no edital e que fique claro ao eleitor a maneira de votar. Isso é fundamental, independentemente se eletrônico ou não. Entrando na minúcia do que aconteceu, eu estava aqui na Plenária e o problema maior não foi o fato de algumas entidades não terem votado, foi o fato de que as entidades que estavam na Plenária não terem votado, quer dizer, terem achado que tinham votado e não tinham. Também o que acontece lá na ponta tem limites para acompanhar. Não necessariamente vamos garantir que todo colégio vote. Não é disso que está tratando porque senão vamos ter que invalidar o processo toda vez que uma ou duas entidades não votarem. O que aconteceu na Plenária em relação ao Infoseg é que tinha uma funcionalidade básica assim, depois

que apertava para enviar o voto, abria-se um pop up, uma tela em cima da outra que tinha um botão de confirmação embaixo, só que ele não tinha barra de rolagem. Então, não se via o botão de confirmação embaixo, via-se aquela tela lá parada e você achava que tinha votado. Suponho que tenha sido isso que aconteceu com os conselheiros que estavam na Plenária e que não votaram. Então, esse esforço de manter o Infoseg é fundamental que isso seja revisto e corrigido junto com a equipe. Outro problema que também é delicado, a questão de segurança, não sei como isso se resolve em termos técnicos, é que essa questão de validar o computador e nem todo computador conseguia ser validado, isso também foi uma dificuldade. Mas, o principal foi essa bobeira que era um tela que abria para olhar lista de votação e você não viu o botão que tinha que confirmar e aí achava que já tinha votado. Então, tem que ter redundância é no processo de confirmação. Tem que aparecer na tela e vir por email um recibo que foi enviado.

O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Segurança Pública) – Na verdade, essa questão toda aí foi a partir da provocação do Marcos Rezende de ter um plano b. A forma, eu acho que não é uma decisão da comissão, nós podemos aprovar em Plenário aqui, como já decidimos aqui fazer este ano e não ano que vem a nova eleição. **A minha sugestão é que a eleição seja eletrônica, com essas referências que já foram colocadas aqui. Quando eu voto sai no computador a confirmação, se eu quiser imprimir-lo que teria condições. Então, essas questões de certa maneira o Infoseg diz que é possível, até o dia 20, garantir tudo isso.** Garantindo tudo isso e ainda eventualmente ter um problema eletrônico, você tem possibilidade de votar com cédula que já está pronta. Mas a cédula não é a regra. **Eu concordo com o André, ter dois procedimentos não é recomendável**, pode dar mais confusão do que solução. Então, a eleição é eletrônica, vamos facilitar o voto, mandar aquele vídeo dizendo como faz, treinamento, e garantir essa transparência após a votação ser confirmado o voto. Deu problema? Teremos cédulas prontas para mandar para a entidade por email e tal. Mais como exceção e não como regra. Essa é a sugestão. O plano B é só exceção à regra e o voto ser eletrônico. Não sei se conseguimos trabalhar um consenso disso aqui.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil) – Eu tinha pedido a palavra, o voto eletrônico como o Mariano disse, é o voto que mantém o sigilo, mas eu quero dizer a vocês que eu tentei receber a senha e não a recebi. E quando recebi levei quase uma hora com ajuda do coordenador do processo, que tentava um e outro meio. Eu vou dizer uma coisa, se queremos o voto eletrônico, se o Conselho Nacional quer um processo mais limpo possível de articulação como foi feito, eu gastei do meu bolso passagem, hospedagem para estar aqui. Eu acho que quando se quer limpo é que todos os votantes estejam aqui na articulação e que se possa fazer um processo democrático como foi, porque se nós despendêssemos o dinheiro para fazer a construção da nossa cidadania, **eu peço ao Ministério da Justiça que traga todos os votantes e que tenhamos um processo aqui.**

A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública – Presidente do CONASP) – Ministério da Justiça já responde de antemão: eu não tenho recursos próprios para isso.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil) – Pois eu digo que não tenho confiança nesse sistema eletrônico da impossibilidade técnica de ter a qualidade para que eu receba no mesmo momento a confirmação. Vejam bem, estamos aqui e somos devotados à causa, passamos o dia inteiro para poder votar e temos um dia de trabalho lá, quantos dias de trabalho e de articulação para que o voto seja computado, porque a Infoseg lá no meu estado não funciona. Temos que ir para um processo que seja o mais fácil e não o mais complicado.

A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública – Presidente do CONASP) – Eu gostaria de fazer alguns esclarecimentos. Nós não podemos em hipótese alguma dizer que o meio eletrônico não é satisfatório porque não poderíamos nem estarmos sentados todos aqui porque fomos votados por forma eletrônica no voto anterior. Então, temos que buscar uma compatibilização nisso. **Os senhores foram votados de forma legítima, transparente e não deu problema. Temos que partir para o avanço. E este é manter o plano B sim como o Marcos Rezende disse por que tudo mundo pode ter problema, a qualquer momento.** Existe inclusive no processo eleitoral o TRE mantém urna a parte porque até lá pode ter problema. o que não pode acontecer é uma segunda anulação de eleição, porque aí é a desmoralização. Agora o problema constado também não é solução simples. Acho que devemos encerrar essa discussão porque já foi debatido altamente, a Comissão Eleitoral tem sim que se reunir, deve-se ater a tudo que for legal para que seja republicado, já foi falado aqui, eu acho que estamos num horário muito bom, deveríamos encerrar e voltar às duas horas impreterivelmente, **mas me sinto muito à vontade de pedir aos senhores para passar a palavra que não estarei aqui hoje e nem amanhã. Eu agradeço a todos os senhores este ano, agradeço a colaboração dos senhores, peço desculpas por algum posicionamento, acho que é normal num processo democrático, me sinto muito à vontade de dizer que esse conjunto de pessoas tem ajudado por demais, até mesmo com as críticas e isso tem sido satisfatório dentro da Secretaria Nacional de Segurança Pública.** Agora, digo aos senhores o seguinte: eu sempre tive um posicionamento de ouvir a todos, acho que isso vai continuar sendo meu posicionamento, mas de forma alguma eu nunca conscientemente eu quis enfraquecer este colegiado, seria uma insanidade da minha parte, aquele colegiado que eu ajudei a criar desde o primeiro momento, eu não cheguei aqui porque fui indicada, nós viemos para cá juntos, e muitos dos conselheiros que aqui estão ajudaram a construir a história deste Conselho e aqueles que não têm a sua instituição por trás disso que também ajudaram que pode não ser a pessoa física que está aqui, mas a instituição construiu isso por anos e anos, construiu a história da segurança pública deste País porque não estamos aqui de graça, todos nós que aqui estamos e digo uma coisa aos senhores: se há uma coisa que não admito em hipótese alguma é que eu seja taxada de irresponsável. Uma das coisas que eu mais tenho comigo é o meu dever enquanto servidora pública, desde o horário dos meus compromissos porque nunca chego atrasada até a prestação de contas de erário e tudo mais. Então, **eu só peço aos senhores podem fazer a crítica que quiserem dentro da técnica e dentro da segurança pública, mas se essa crítica passar para o âmbito pessoal, eu vou tomar as minhas providências.** O meu muito obrigada.

O Sr. Marcos Fábio Rezende Correia (Coletivo de Entidades Negras) – Então, Regina, já que você não vem à tarde e amanhã, eu acho que não podemos confundir as questões pessoais com as institucionais. Então, o meu respeito à figura ou a pessoa Regina Miki eu vou ter sempre, porque é assim que devem ser as normas e as relações pessoais. Entretanto, eu acho que a condução da Secretária Nacional de Segurança Pública deste Conselho me deixou muito frustrado. Eu esperava muito mais da secretária. No processo de construção do Conasp, nós acreditamos muito que durante aquele processo na conferência na sua primeira gestão, para nós inclusive pudesse ser muito mais interessante o conselho sem estar no Gabinete do Ministro porque você nos convenceu através de suas ações, mesmo quando nós tivemos alguns atritos inclusive do que era possível fazer. **Entretanto, nesta gestão, eu acho que faltou zelo, e não estou falando aqui da coisa pública, zelo pelo Conselho, zelo pelas nossas lutas, zelo pelas nossas pautas, zelo por tentar incorporá-las no cotidiano do Ministério, zelo por entender que o estávamos tentando aqui era justamente de elementos que iriam fazer um Brasil melhor na área de segurança pública.** E é por conta desses elementos e outros diversos, porque também não podemos dizer que aqui existe um super Conselho que resolveria tudo, mas é que nós entendemos, por exemplo, em Salvador temos um aumento na Bahia de 8 anos de 300% de homicídios de jovens negros. De uma pauta que

aprovamos aqui no ano passado, de uma resolução que queríamos fazer um debate sobre isso e nunca tivemos sequer uma reunião sobre isso. Encaminhamos aqui depois da discussão para o Plano Juventude Viva e nós estamos lá aguardando lá uma tomada mais ampla do que vai acontecer, acreditamos no plano, mas falta um ano e meio, dois anos de governo e a próxima reunião presencial do Juventude Viva é daqui a 6 meses. Então, a minha análise é que o conselho precisa sim, e a crise dessa eleição também é prova da crise deste Conselho. **Eu entendo quando o Marcos Costa diz que faltou cuidado porque tínhamos na outra eleição 10, 12 pessoas trabalhado para que ela fosse realizada de forma tranquila, e nessa tivemos duas ou três. Então, o esvaziamento e a sobrecarga causam também desgaste e mal-estar. E aí não estou procurando dizer que a culpada de tudo é a Regina, mas eu acho que a Regina** que conhecemos que fala se vier como questão pessoal vai para cima, essa mesma Regina é a que nós confiamos e que pudesse dizer: “Por este Conselho eu mato e morro porque é meu filho e estou no meio disso”, é isso também que queríamos. Então, boa parte das nossas angústias é cobrando a quem confiamos que tivesse por nós talvez um tempo. Então, essa é a deixa que faço e, ao mesmo tempo, digo que nós conselheiros temos que também, de outro lado, entender que independentemente de concordar ou discordar da forma como o **Ministério tenha conduzido nossas ações há muito tempo eu falava que nós precisávamos ter posicionamento político e nós ainda não conseguimos durante muito tempo entender isso. Por quê? Porque fica aqui uma briga corporativista e não é isso, se não pararmos de colocar as nossas pequenas demandas como as demandas principais e entender que os debates aqui passam ao largo da construção de uma sociedade brasileira que preze por uma segurança pública diferenciada nós vamos continuar na próxima gestão a mesma coisa.** Nós vamos passar um ano discutindo a conferência e depois veremos que não serviu de nada, nenhuma diretriz, nada de nada. Então, vamos ter mais responsabilidade nós mesmos com a nossa luta, porque se a luta não der para ser nas salas que a façamos nas ruas, que façamos documentos porque é assim que a luta política se deflagra. É isso que temos que ter coragem para fazer, independentemente das nossas corporações e entidades e dos cargos que almejamos muitas vezes e que nos silenciam frente às responsabilidades que temos que ter.

O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais – FENAPRF) – Eu quero dizer que o Marcos Rezende traduziu nosso pensamento e da nossa Federação. E às vezes somos mais contundentes nas nossas palavras na ausência da doutora Regina Miki mas, é **por falta dessa ausência mesmo de diálogo, nós sentimos desprestigiados como Conselho no âmbito de todo Ministério da Justiça com essas ausências. Deixamos de fazer reuniões itinerantes justamente para facilitar a presença tanto da secretária quanto do ministro ou alguém do gabinete. E é tão importante essa presença porque hoje mesmo eu seria muito crítico de todo esse processo eleitoral se não houvesse essa explicação, eu me sinto contemplado com que foi apresentado, as justificativas, os problemas operacionais do sistema, mas, Regina, você esteve aqui e explicou, deu essa prestação de contas que é tão importante a todo servidor público. Por isso me sinto contemplado na fala do Marcos Rezende, queremos essa Regina Miki guerreira, defendendo este filho que ela teve muita participação na sua geração, que é o Conasp.**

O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Civis – COBRAPOL) – Só quero dizer ao nosso companheiro Marcos Rezende que, infelizmente, talvez até motivou mudar minha fala porque este Conselho é composto por entidades de trabalhadores e da sociedade civil organizada e também de gestores, com interesses, é claro, na suas respectivas instituições. Eu quero perguntar aqui para alguém da sociedade civil, por exemplo, você está aqui porque você está representando uma entidade. O que a sua entidade tem como princípio básico para estar aqui neste Conselho? Vai ser corporativo, ou vai ser ideológico, político-partidário ou vai ser uma coisa pessoal de cada um? Porque a Cobrapol, enquanto entidade, eu posso colocar aqui um

PhD formado em Harvard e tal, eu tenho possibilidade de fazê-lo. Sabe por que não fazemos isso e colocou uma pessoa que nem pós-graduada eu sou? Porque é necessário sim pela primeira vez a coragem que teve o presidente Lula e o ministro Tasso de abrir essa possibilidade nunca jamais vista no nosso País onde nós estamos sentados, capengando sim, aí eu concordo com você por outras razões que você mesmo disse, eu concordo em parte, mas como poderíamos estar aqui sentados e não estamos aqui para defender a nossa entidade? Muitas vezes eu voto e falo aqui contrariado porque eu enquanto pessoa, Gandra, também penso em algo macro, mas não podemos chegar ao macro se nós estamos aqui representando uma entidade. A secretária, por exemplo, teve um papel fundamental juntamente com o Alberto Kopittke, quer dizer, e você estava presente conosco, começou uma história diferente, começou um marco que nós, é claro, ficamos cheio de ansiedades, ficamos ansiosos sim porque era a primeira vez que nós trabalhadores sentávamos num Conselho de Segurança Pública criado pelo Governo Fernando Henrique que era apenas de uma classe de delegados de polícia que ficavam dizendo quem iria passar recursos para A ou B. Isso não podemos abrir mão, temos que ser sim corporativos no nosso discurso. E cada uma terá que fazer suas defesas. **Se o senhor Marcos Rezende quiser abrir mão de defesa dos princípios da entidade é um direito, mas nós não podemos enquanto nossa entidade abrir mão da defesa da categoria Polícia Civil do Brasil.** Era isso que eu queria dizer.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil) – Eu queria saber quem está com a palavra, o Tião disse que vai esperar a secretária.

O Sr. Pedro Paulo Bicalho (Conselho Federal de Psicologia) – É só uma sugestão, eu acho que está cedo para encerrarmos a reunião, caso tenhamos entendimento que a pauta da manhã foi esgotada, eu queria fazer a proposta de começarmos a discutir a PEC 33 ainda neste horário para aproveitar o fato de que ainda está cedo.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil) – Eu e conselheiro Héder estivemos no Interconselho e lá nós participamos do grupo de trabalho dos outros conselhos. E quando participamos do Conselho de Saúde, nós dizemos como o Conselho Nacional de Segurança Pública está um pouquinho avançado, mas que achemos que precisa melhoria. A dificuldade dos outros conselhos era tamanha que nos sentimos o melhor dos conselhos. A maioria dos conselhos não delibera, só fazem sugestões. Eu queria trazer isso, não estou querendo com isso ganhar votos, mas eu tenho dever de dizer que o que vi no Interconselho, o nosso está em melhores condições.

O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio) - Eu queria dizer que eu também vejo o Conselho a partir dessa importância que o Marcos Rezende colocou e que a gente só se expressa da maneira que temos nos expressado aqui porque há uma intenção verdadeira de que as coisas de fato aconteçam. Não estamos aqui brincando. Quando há cobranças à secretária, ela vem no melhor sentido, pelo menos da nossa parte, porque não é uma cobrança no sentido pessoal, é uma cobrança de quem está jogando junto. Eu tenho certeza que algumas coisas poderiam ser um pouco melhores. Vou dar aqui um exemplo, eu acho que o que temos aqui no Conselho é tão rico, as entidades, os quadros políticos, os articuladores nos estados e nas suas regiões poderiam ser mais bem usados pela segurança pública no País, pelo ministro, pelo governo. Vou pegar aqui o caso de 300% na Bahia. **Seria fundamental a secretária, presidente do Conselho, de braços dados com o pessoal da Bahia, ir conversar com o governador e buscar alternativas, dizer na imprensa que o Conselho está preocupado com essa situação, assim como São Paulo, quer dizer, usar mais essa riqueza que o Conselho tem nas coisas na pauta efetiva de Segurança Pública do País, eu acho que esse desafio temos que avançar, aproximar as entidades a este Conselho com coisas práticas e objetivas talvez fortaleça mais ainda este Conselho que começa a amadurecer, a**

1092 **ganhar um pouco mais que gostaríamos que ganhasse.** A minha fala vem mais no desejo de
 1093 aproveitar essa riqueza que o Conselho tem porque quando não praticamos, abrimos espaços para
 1094 discussões vazias.

1095
 1096 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público –** Estamos
 1097 num momento de avaliação desse biênio. Eu acho que o relatório, mas do que um relatório final ele
 1098 tem que dar uma mensagem muito clara do que este Conselho entende sobre a política nacional de
 1099 segurança pública, sobre o próprio Conasp, sobre o papel da Senasp no Conasp. Eu fico muito à
 1100 vontade porque ali quem está representando o papel da presidente é o governo e o governo está num
 1101 ambiente de controle social. **Este é um ambiente de controle social que o governo chamou a**
 1102 **sociedade civil e segmentos e disse que iria bancar isso, o controle social na área de segurança**
 1103 **pública. E não há controle social sem cobranças e sem críticas.** Não adianta esses arroubos de
 1104 Regina dizendo que vai tomar as providências, podem ser tomadas todas as providências, todo
 1105 mundo aqui é responsável, mas a democracia e essa democracia que nós queremos construir na área
 1106 de segurança pública é feita de cobranças, o governo não se mexe sem cobranças e esse governo foi
 1107 à sociedade civil e aos trabalhadores dizendo: “Eu quero ser controlado socialmente”. Mais de uma
 1108 vez nós já falamos que este Conasp com as pessoas e entidades que aqui estão estavam abertos a
 1109 construir com a Senasp, com o Ministério da Justiça e com a presidência uma realidade melhor para
 1110 a área de segurança pública. Dois anos se passaram, fora um ano da composição provisória, porque
 1111 aquilo aparentemente explicava por que talvez não tivéssemos muitos resultados, mas quando
 1112 viesse a composição definitiva talvez fosse outra circunstância, dois anos, e o que mudou? No meu
 1113 entendimento **é que a presidência perdeu a oportunidade de liderar porque a liderança é um**
 1114 **processo de legitimidade que se constrói não pelo poder, não pela autoridade, mas pelo**
 1115 **reconhecimento de quem está naquela posição governamental está construindo em conjunto**
 1116 **com os segmentos que são atingidos por uma política pública uma melhor realidade para este**
 1117 **País.** Continuamos com 50 mil homicídios por ano, cem mil homicídios neste biênio, um projeto-
 1118 piloto sobre homicídios em Maceió. Há Política Nacional de segurança pública? Então, é
 1119 importante que nesta data nós possamos refletir sobre qual mensagem queremos deixar para a
 1120 próxima composição.

1121
 1122 **O Sr. Vicente Antonio Mariano Ferraz (Conselho Nacional de Comandantes Gerais das**
 1123 **Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares – CNCG-PM/CBM) –** Eu queria fazer
 1124 dois ou três apontamentos. Primeiro que eu acho que o nosso debate, **as nossas críticas que são**
 1125 **inerentes ao processo democrático têm que ser como pressuposto à contribuição para o debate**
 1126 **segurança pública. Muitas vezes a nossa crítica vai mais para a questão interna**
 1127 **administrativa do Conselho por debater qual é o papel deste Conselho na segurança pública.**
 1128 Então, a crítica não é só na participação ou não do governo, mas do papel deste Conselho no debate
 1129 mais amplo de segurança pública. Do ponto de vista interno, **secretária Regina, eu acho que uma**
 1130 **das questões para o próximo biênio, que você já sinalizou que está discutindo isso com o**
 1131 **ministro, é repensar a dimensão da Secretária-Executiva deste Conselho.** Isso é uma coisa
 1132 importante e não é nenhuma crítica à Suelen ou a Cíntia, mas que tem que ter uma estrutura maior
 1133 para o funcionamento. Acho boa ideia o Conselho, esses e outros, estarem vinculados ao Gabinete
 1134 do Ministro, é uma relação orgânica política direta com o Gabinete do Ministro. Eu acho que nós
 1135 não refletimos de maneira adequada ainda porque o governo é do mesmo partido ou coligação, mas
 1136 o governo é outro, Dilma não é Lula, no ponto de vista de segurança pública, o Governo Federal
 1137 aponta por outras linhas. Tem uma visão diferente sobre o papel dos municípios na segurança
 1138 pública e isso nós temos que refletir aqui que é a alteração da 1ª Conferência até essa. Então, se tem
 1139 uma nova linha de que maneira nós, enquanto Conselho, vamos ser ouvidos pelo Governo que tem
 1140 um enfoque diferenciado que tinha o governo Lula na área de segurança pública. Não tem a mesma
 1141 referência de atuação que teve os últimos dois anos de Governo Lula, razão pela qual o Programa

Nacional de Segurança Pública e Cidadania passou por uma revisão e não é hoje o carro-forte do debate nacional do Ministério da Justiça. Eu entendo que isso não é uma questão pessoal da secretária Regina ou do ministro, é o novo enfoque na área de segurança pública e temos que aprofundar nesse debate aqui. Eu não gosto dessas reuniões que dizem que jogamos fora dois anos que estivemos aqui. Quer dizer, **tivemos dificuldades, mas não jogamos fora dois anos de trabalho sentado aqui 4 ou 5 vezes ao ano. Eu acho que o principal legado que esse relatório tem que apontar é que o conteúdo programático da 2ª Conferência é resultado de debates deste Conselho, quem definiu os eixos estratégicos para a 2ª Conferência foi este conselho.** Foi ele que deliberou que vai discutir grupo de extermínio, crime organizado, mudanças estruturais nas polícias. Da forma como foi discutida a Primeira Conferência eu não tenho dúvida que todos ou parte dos textos que nós colocamos para a Segunda Conferência não entrariam. Então, temos que valorizar o já fizemos aqui. Com todo respeito a quem fez o projeto básico, mas o projeto básico da 1ª Conferência era genérico, não tinha participação efetiva da sociedade. Eu fui muito crítico ao projeto básico. Hoje depende deste Conasp fazer projeto básico da Conferência, estabelecer o que nós queremos dialogar com a sociedade na 2ª Conferência. Então, só por isso já valeu a pena estarmos sentados aqui durante dois anos. Nós temos a responsabilidade de indicar para a sociedade que perfil de debate sobre segurança pública nós queremos fazer, quais são os temas que nós entendemos prioritários na segurança pública. E muitas vezes, essa que é a questão estratégica deste Conselho fica para sexta-feira, às 5 horas quando a maioria dos conselheiros já foi embora. E perdemos muito tempo por questões de debates e críticas que ela pode pontuar o meu desejo de criticar, mas não leva a lugar nenhum. Um debate muito subjetivo e que eu não consigo ver um pano de fundo de que nós estamos preocupados com a segurança pública, o debate é contribuir para que o governo avance nesse sentido, abra os olhos para essa direção que não está colocada. Então, eu diria que, neste resumo, secretária, que é fundamental, primeiro, ter um envolvimento, e talvez sair uma comissão, não só daqui, mas também do governo do Ministério da Justiça sobre a Conferência mas estarmos dialogando, não só administrativo, mas também estar dialogando de que forma nós chegar à 2ª Conferência que está marcada para o ano que vem porque do ponto de vista do que está hoje a estrutura do Conselho vamos ter dificuldade de chegar à 2ª Conferência. Então, tem que melhorar a Secretaria-Executiva, ter maior interação com o Ministério da Justiça, com a Senasp, o Gabinete do Ministro porque queremos dar um avanço na 2ª Conferência. Eu acho que na soma do debate, nós avançamos e uma das propostas aqui desta mesa que criamos, a pauta em tese é montada por nós mesmos de não ter uma das nossas reuniões que não saímos com uma moção crítica sobre determinado tema e tornar-se isso público. **Acho que falta para este Conselho uma relação mais direta com os meios de comunicação, com a sociedade, todas as moções ou pareceres que tiramos aqui a sociedade não conhece. Talvez pensar um boletim específico do Conasp para mostrar temas profundos que debatemos aqui. Eu acho que o debate só interno, infraconstitucional não ajuda avançar o nosso conselho e a sociedade brasileira espera mais dele, que ela dialogue os grandes temas, dialogue com a sociedade e não fique só nas questões de dificuldades estruturais que, parte dela tem a ver com a dinâmica nova do novo Governo Federal que tem uma leitura diferente do governo Lula com relação à segurança pública.**

O SR. GERALDO SOARES WANDERLEY (Pastoral Carcerária Nacional) – Bem, na verdade, nós voltamos a discutir essa realidade que durante esses dois anos tem pontuado em fazer um protagonismo mais ativo. Realmente nós não caímos na mesmice dos outros conselhos, ficamos o tempo todo fazendo críticas ao governo, querendo nos mexer, isso é importante. Mas, sabemos que segurança pública neste País é uma coisa complicada e é um assunto que o pessoal não quer tratar muito. Vejam que Lula tratou antes de presidente. Ele já tinha um projeto pronto, o Instituto de Cidadania que eu participei de seminários regionais. Quer dizer, **o governo teve medo de mexer em segurança pública e continua com medo. E não tem como mais não mexer porque não vamos manter esse patamar de 50 mil homicídios por ano e a situação de violência que cada**

vez mais aumenta. Então, quando criticamos um pouco o Ministro, nossa presidência, exige a presença um pouco mais aqui é na intenção mesmo de colocarmos mais protagonismo nisso. Eu me lembro nos levantes de 2006 em São Paulo, a Coordenação Nacional da Pastoral estava hospedada na CNBB. E nós pegamos bispos, secretário Nacional e botamos lá. Mas não estávamos com a consciência, ela nasceu ali. E sugerimos a Campanha da Fraternidade, aí botamos os bispos da CNBB em contato com o Ministério da Justiça e daí surgiu um seminário que o ministério patrocinou, foram dois dias, 120 pessoas do país todo. O ministério deixou-nos convidar essas pessoas. Eu acho que surgiu daí a coragem do governo de fazer a Primeira Conferência porque o governo estava com medo. Então temos medo de tratar dessas questões, especialmente, quando diz respeito a mexermos no sistema justiça criminal. Mas aqui a crítica se faz nesse sentido, no sentido de que quer que esse negocie ande, e vai andar na medida em que se fizer prioridade claramente. Não acho que isso vá atingir a nossa presidente que tem demonstrado compromissos com a segurança pública, mas ela tem os limites também. Mas pode fazer mais.

O Sr. José de Ribamar de Araújo e Silva (Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia – FNOP) Eu estou aqui na linha dos ouvidores. Hoje efetivamente é a última reunião que estou participando porque o Fórum deverá substituir já que meu mandato está encerrando. Até estou convidando todos para um seminário de encerramento dessa gestão, 18 de dezembro, em São Luiz, aqueles que puderem. Eu acho que a avaliação que temos que fazer de fato é uma avaliação prospectiva, na justa medida de que estamos vivendo uma crise que essa fase de implantação nos permite. Não podemos é deixar que isso se instale e nem superar e nem aprender com ela e aprender com os demais conselhos. Eu acho que temos alguns conselhos que precisam nos inspirar, **sobretudo em ganhar capilaridade**, aqui foi falado do plano, foi falado do Pronasci durante um tempo se falou do SUSPE, a modalidade que podemos aprofundar e discutir. Mas, o fato é que a força deste Conselho tem que ganhar em capilaridade. **Quem são efetivamente os nossos interlocutores em todos os estados e nos municípios? Aqueles insites que nós inauguramos à luz do Pronasci e da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública de conselhos comunitários precisam ganhar organicidade em termos de sistema para que ganhem capilaridade e a força que precisamos ter.** E se você olhar para o SUS com todas as dificuldades e o Conselho de Saúde, a força dele ainda reside em grande parte no fato de ter um exército, no melhor sentido, capilarizado em todos os municípios do Brasil. A mesma coisa já estamos indo para a 4ª Conferência do CONSEA que se convenceu disso, que precisa ter mais do que políticas e programas uma concepção sistêmica e intersetorial de uma política que deve dialogar com as diversas políticas. E nisso reside grande parte no nosso empoderamento e da nossa visibilidade. A modalidade, **nós já inauguramos no Conselho Nacional de ter audiências públicas, elas deveriam também ser aprofundadas e por nós replicadas nos estados e nos municípios sobre os grandes temas sobre os quais temos uma pauta a ser discutida. Concordo que as audiências públicas têm que ter um objeto prático, quer dizer, toda discussão que fizemos ontem tem que ter um encaminhamento concreto, seja em termo de resolução** e começar a olhar para andar mais em cima, não só focando na nossa presidente do Conselho, mas na nossa presidente da República, que sobre diversos temas também precisa ser instada. Eu queria insistir, sobretudo olhando para a questão das ouvidorias de segurança pública, agora que chegamos a 20 no país, de que nós precisamos investir numa política que o Pronasci fortemente batia que é das condicionalidades. Se é verdade que para se ter um bolsa-família precisam ter condicionalidades, para ter milhões de recursos de segurança pública algumas condicionalidades têm que ser criadas. E entre estas têm que estar o alinhamento a essa política que inclui instrumentos de controle social e3 entre estes estão o Conasp, os conselhos estaduais, as ouvidorias autônomas e tudo mais que nós já temos bem discutido e precisamos aprofundar sua aplicação prática em todo o Brasil em nome de um efetivo pacto federativo. Muito obrigado.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-presidente. Rede Desarma Brasil) - Então, encerramos essa parte da manhã e às 14 horas estaremos aqui. Até lá.

6/12/2012

TARDE

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-presidente) (Rede Desarma Brasil) - Vamos iniciar a parte de tarde. Vamos colocar a pauta. A pauta será a devolutiva do decreto e conferência. **Nós daqui da Secretaria-Executiva e da presidência não temos nenhuma devolutiva do decreto e nem da conferência por parte do Ministério da Justiça.** É preciso que nos posicionemos. A palavra está aberta para essa discussão para ouvirmos os segmentos, gestores, sociedade civil e trabalhadores.

O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP) – A sugestão que vou fazer é a seguinte: este nosso encontro o que vai sair de relevante e que talvez possa fazer alguma coisa para que o governo movimente, é nós discutirmos a avaliação do biênio. E a avaliação do biênio significa o seguinte: qual é a avaliação do Conasp sobre a política nacional de segurança pública. Há política neste biênio no Governo Federal ou não há? É suficiente ou insuficiente? Foi excelente? Conasp: funcionou ou não? Isso aqui se nós decidirmos fazer essa avaliação política desses dois anos poderá fazer o governo se movimentar. Agora temos que enfrentar isso. Aqueles temas que estão ali nada disso vai ficar. Se este Conasp tiver a seguinte posição: o Conasp entende que a política nacional de segurança pública foi excelente, foi insuficiente, tomar posição. É isso que vamos fechar esses dois anos. **Temos que passar agora para discutir a avaliação política e aí não é o relatório do que fez ou não fez, relacionar os resoluções que foram aprovadas aqui, isso aí é o de menos, agora dizer o seguinte que nesses dois anos o Conasp entende que a política nacional de segurança pública está tudo bem ou não, isso sim é que é uma manifestação política de peso e aí talvez seja escutada no Gabinete do Ministro e na Presidência da República.**

O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais – FENAPRF) – Acho que já superamos bastante isso porque uma vez que já aprovamos a pauta temos que seguir o que foi deliberado hoje pela manhã. E **agora estamos falando sobre a devolutiva do decreto e da conferência.** É óbvio que aguardamos até hoje uma resposta formal do Gabinete do Ministro da Justiça porque estivemos com o chefe de gabinete, a plenária do Conasp foi lá, houve o compromisso de que haveria uma resposta antes dessa reunião. Então, ou nos damos por vencidos e vamos absorver, tanto essa questão do decreto e mais urgente ainda da conferência e deixar que o governo decida da forma como queira decidir ou vamos lá novamente cobrar essa resposta. **A minha proposta seria mais no sentido de ir lá e não nos damos por vencidos. Precisamos de uma resposta, seja sim ou não porque cada instituição que aqui for reeleita tem implicações a essas respostas do governo. E as novas que forem eleitas também terão com relação à conferência porque pode perder um pouco do trabalho que já fizemos e ter mais dificuldade para realizar essa conferência. Mas, nós precisamos dessa resposta, positiva ou negativa.** É o que vai daqui para o final do ano orientar as nossas decisões. Porque caso a minha entidade seja eleita ela vai indicar e vai mandar para cá, diante de uma negativa do governo vamos acatar ou vamos para outra instância de enfrentamento dessa situação por tudo aquilo que já tensionamos aqui ao longo de dois anos de um decreto autocrático. Então, que primeiro respeitemos a pauta e que segundo vamos tensionar até o último momento a devolutiva do decreto e conferência, com novamente nossa presença buscando mais uma reunião com o chefe de gabinete do ministro da Justiça. Para mim isso é mais importante. A questão do relatório, amanhã falaremos sobre ele.

O Sr. Geraldo Soares Wanderley (Pastoral Carcerária Nacional – ASAAC):

– Sobre o que o Marcos Costa disse eu acho que ele tem razão, mas seria uma demanda muito grande. Imagine fazer uma avaliação da política nacional de segurança é muito difícil. Certamente, politicamente seria interessante. Agora sobre a devolutiva do decreto houve mais alguma coisa além da nossa ida lá? Não disseram nada. Então, vamos de novo lá.

O Sr. Marcos Fábio Rezende Correia (Coletivo de Entidades Negras) – Perguntei há um mês na lista do Conasp sobre o processo eleitoral e sobre a devolutiva. E naquele momento, o conselheiro Mariano disse: “Vamos fazer as eleições e encaminharemos essas questões”. Eu fiz questão inclusive de citar o companheiro para instigá-lo a falar sobre esse fato. Temos que ter muita certeza do que queremos. E aí **eu concordo do Marcos Costa. Talvez até não consigamos fazer uma avaliação do tamanho que queremos fazer, mas precisamos deixar um documento dizendo todos os prós e todos os contras.** Porque se o ministro não mudar o decreto, do processo eleitoral, com certeza não vai ter mais ninguém do que estão aqui hoje. **Nós temos já que assumir a nossa condição de desmoralizados, é bom até que conste em ata assim: “O conselheiro Marcos Rezende se coloca na condição de desmoralizado e desrespeitado frente ao Ministério da Justiça porque afinal de contas está nítido que tanto faz dar resposta ou não dar.”.** Nós estamos falando disso há um ano, ou nós tomamos a vergonha na cara e diz que não faz eleição no dia 20 ou toma vergonha e diz que está suspenso até resolver isso, ou continuamos tocando o barco acreditando que alguém vai ajudar resolver. Mas uma parte de fazer política é justamente não esperar que os outros façam concessões, mas lutar para que os nossos objetivos sejam aceitos. Precisamos ter isso bem no nosso cerne para chegar a algum lugar.

A Sra. Raquel Willadino Braga (Observatório de Favelas do Rio de Janeiro) - Eu queria também reforçar a necessidade de se fazer um balanço político. Circulou a proposta de um relatório que eu entendo que é relevante, mas tem um caráter muito mais técnico, mas diante do quadro que estamos aqui é imprescindível que esse mandato seja fechado com uma avaliação de caráter político de posicionamento claro. Eu queria trazer aqui um rebatimento que sentimos dessa falta de respeito e esse sentimento de desmoralização na reunião que fizemos no Rio de Janeiro, tentando articular o processo da Audiência Pública. Nós pedimos uma conversa com a Secretaria de Segurança Pública do estado, foi prontamente atendido, nós temos aqui neste Conselho quatro entidades do Rio de Janeiro que estiveram presentes nessa reunião e chegando lá fomos muito recebidos, porém fortemente questionados como é que iríamos articular uma mobilização para a conferência se não se tem certeza que isso vai ser realizado no ano que vem. Em que medida não nos comprometer, isso já está claro inclusive nos estados, o nível de fragilidade desta instância está posta publicamente. E não reagirmos a isso, os esforços de pautar o Ministério nessa direção foram feitos muitas vezes. A resposta também está clara, acho que aqui boa parte das entidades que integra esse Conselho se dispõe a continuar neste espaço, entrou no processo eleitoral, isso significa que estão apostando na importância de construir um conselho forte, mas, de novo, reiterando conselheiros que me precederam está nas nossas mãos fazer isso. **Ficamos esperando pelo Ministério está claro que a tendência de fragilização progressiva está colocada.**

O Sr. José de sde Araújo e Silva (Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia – FNOP) Primeiro, eu queria considerar que não teve uma devolutiva é uma resposta em função dela nós devemos nos posicionar, na verdade já estamos fazendo o que foi proposto pelo Marcos Costa. Eu acho que temos de fazer de forma sistemática e com um produto final que tenha implicação imediata de reação de hoje para amanhã junto ao Ministério. Nós temos uma série de missões que foram desdobradas de uma série de posições tomadas por este Conselho, eu tive a mesma experiência lá

no Maranhão que a Raquel também teve como membro lá do Conselho Superior de Segurança Pública quando pautei essa reunião mobilizando entidade da sociedade civil ir junto à Secretaria, essa deslegitimação que acaba acontecendo em função de uma 2ª Conferência e a primeira, **então, em função de tudo isso, eu acho que merece mesmo uma avaliação política prospectiva que tivesse uma ação imediata de hoje para amanhã para que pudéssemos efetivamente coroar esse mandato com um gesto político que implicasse no fortalecimento da política que aqui ombreamos para executar.**

O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio) - Bom, separando as duas coisas. Uma coisa é a devolutiva da Conferência e o Artigo 6º, duas coisas diferentes. **Com relação a esse primeiro ponto eu acho que, eu sei que é difícil, mas eu creio que está na nossa mão resolver isso. E aí eu proponho que façamos uma gestão junto à presidência do Conasp para que até amanhã tenhamos essa resposta.** E aí, sim, tomaremos uma posição talvez mais radicalizada. Então, fazer gestão junto à Regina dizendo: **“Não tem como dar continuidade aos trabalhos sem saber duas coisas: uma, o que vai acontecer com este colegiado que vai estar aqui no próximo mandato e se vai ter conferência que me parece é a pauta principal do Conselho para o ano que vem”.** Sem essas 2 coisas todo processo que estamos fazendo não tem sentido. Fazer uma reeleição para quê? Para executar o quê? Com quem? Temos que tomar uma posição de acordo com a resposta que vier de lá. Isso é uma coisa. **A segunda coisa eu concordo plenamente que tenhamos que ter uma avaliação política do Conselho. Amanhã está pautado isso, agora acho que as duas coisas se somam. Tanto o relatório técnico que mostra o que foi feito etc, como a avaliação política do Conselho.** As duas coisas são fundamentais e uma pode embasar a outra.

O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Segurança Pública) – Bom, com relação a uma avaliação política do Conasp se quisermos fazer no pleno teremos que zerar toda essa agenda que está para sexta-feira e só discutir isso. Nós temos seis pautas aqui e vamos discutir questão política em meia hora? Então, zera tudo e a reunião de amanhã é a avaliação política. E não acho que é questão menor nós citarmos na avaliação política quantas resoluções tivemos em dois anos, quantas moções, sob pena de todas aquelas moções e resoluções que aprovamos não valerem nada. Tem que citar como atividade do Conselho, não vou nessa avaliação de chutar o balde porque o resto não serviu para nada, eu não tenho essa leitura. Se teve encaminhamento ou não, isso é outra história, mas que as resoluções aqui que apontavam para determinadas questões que, na época, cada entidade que apresentou era relevante e nós aprovamos ou então não sei porque encaminhou. Ele tem duas partes, uma avaliação do trabalho nosso, outra parte são as dificuldades estruturais que o Conselho passa, e terceiro uma avaliação mais geral política sobre a questão de segurança pública envolvendo este Conselho e o Governo. Não dá para jogar tudo no balde. O Conselho aqui não é governo, é um Conselho que está vinculado ao Ministério, e toda luta política, eu aprendi isso, não tem empate na relação política, ela é sempre conflitante. Então, se avaliarmos que o Conselho em dois anos deu dois passos para trás e nenhum para frente, temos também que nos incluirmos nessa autocrítica, ou nós perdemos tempo, nós todos aqui durante dois anos. Tem que ter alguma coisa que valeu estarmos aqui dois anos. Então, por isso que acho que tem que ser um debate de um dia todo. Temos que aprovar aqui primeiro mudar a pauta. Com relação à devolutiva do decreto, eu acho que isso é diferente da conferência. Não tem um posicionamento que não vai ter conferência, precisa estabelecer qual é a dinâmica que vamos levar a conferência, que está solta. E a conferência solta para nós é mais complicado no ponto de vista do Conselho porque a responsabilidade em tese da conferência é nossa. Temos que estabelecer um *timing* político com o governo para a realização da conferência. Eu acho que não tem que voltar lá e falar com o chefe de gabinete, que é um gestor administrativo e que não vai mudar nada ir lá de novo. Eu fiz e repito isso aqui, todas as entidades aqui, independentemente dessa devolutiva se nós não tivéssemos problemas

que tivemos no processo eleitoral, nós já tínhamos feito a eleição. Todos participaram. O único que colocou a questão eleitoral com relação à devolutiva foi o Marcos. E eu disse a ele que é separado. Isso faz parte da dinâmica política aqui de atraso e de avanços, e as entidades todas participaram. Já tínhamos um novo Conselho com devolutiva ou não no dia 30, só não temos em razão dos problemas estruturais que ocorreram. Eu faço a sugestão porque não sou eleito no Conasp de que as entidades dos trabalhadores e a da sociedade civil eleitas agora no dia 20 de dezembro indique o conselheiro que a entidade entender que deva para vir para o Conasp, mesmo que seja o mesmo, se vai aceitar ou não, isso é muito mais importante do que voltar lá e falar com o chefe de gabinete. Isso vai acelerar muito mais uma decisão sobre o decreto, sobre a recondução, que acho que é legítimo que ela seja das entidades e o governo não defina isso, não sou a favor, **já disse isso de uma recondução permanente para ficar 20 anos aqui, a entidade pode ficar 20 anos, mas as pessoas uma única recondução, eu acho extremamente razoável.** Enquanto não se define isso, as entidades votam. Colocam os mesmos nomes e aí cria uma situação que vai ter que se sentar sob pena de não ter Conasp. **Então, do ponto de vista político isso é mais uma crise bem colocada, dialeticamente colocada do que ir lá de novo, falar com um cara que não sabe nem o que está acontecendo aqui possivelmente. Se eu fosse da sociedade civil e dos trabalhadores eu participaria no dia 20 e discutiria com a minha entidade quem vai representar nos próximos dois anos, é isso.**

A Sra. Célia Dantas Gentile Rique (Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares – GAJOP) – Novamente, nós estamos continuando com os nossos impactos, incertezas que saímos daqui em outubro. Ela está se prolongando. **Agora tem uma coisa inclusive eu gostaria de prestar contas porque em outubro nós saímos daqui com o compromisso assumido de que nós iríamos fazer a consulta pública etc. Eu fiz e trouxe o meu, prestando as minhas contas do que é do nosso compromisso, nossa responsabilidade. Mas, o problema não é simplesmente um relatório.** Nós estávamos já via email discutindo se iríamos colaborar com essa agenda de hoje, com essa montagem, ou se realmente nós deveríamos dar uma parada para fazer esse balanço político. **Bom, o que eu quero dizer é o seguinte: eu acho que conferência não é simplesmente relativa às decisões deste Conselho. Conferência é da população,** é da sociedade que já conquistou isso desde a Constituinte, criar canais políticos institucionais de participação na gestão pública. Eu acho que somos meros facilitadores. E achei uma coisa muito interessante no Recife porque o primeiro item a responsabilidade do governo passar a devolução das decisões da Primeira Conferência ele não tem esse relatório. E ele teve que dizer para aquele público do mesmo jeito é uma situação vexatória porque nós falamos lá em nome de um Conselho Nacional a respeito daquela mobilização, **mas as pessoas já estão se organizando para a próxima conferência.** Eu acho que se essa questão vai chegar até a base eu não me incômodo não, eu acho que é isso mesmo, é o real da luta que vivemos. **E o papel nosso é fazer reverberar se este Conselho vai ficar aqui muito bem sentado neste escritório de Brasília ou quais são as relações orgânicas mais próximas que temos com as nossas bases.** De forma que eu acho que temos uma situação que extrapola os limites desta sala. Eles já aconteceram e já vai haver alguma repercussão no momento em que for informado que não vai ter mais conferência ou que a conferência está em questão.

André – Eu quero ecoar algumas falas que foram feitas aqui concordando com alguns pontos e também trazendo um pouco do meu testemunho dessa reunião que eu tive lá no Rio de Janeiro. Em primeiro lugar, eu acho que Mariano colocou umas questões bem pertinentes. **Eu acho que temos que nos posicionar em relação a essa devolutiva deixando claro que o Conselho não recua o entendimento que ele tem a respeito desse ponto.** Eu acho que existe quase uma chantagem emocional que está afetando os nervos deste Conselho já há alguns meses a respeito desse ponto porque ele produz uma insegurança jurídica para seguirmos com os nossos trabalhos, mas o que é importante é aquilo que já deliberamos aqui, que o entendimento que tivemos a respeito desse

ponto. Eu concordo com o Mariano que temos de deixar claro **manifestar publicamente que vamos continuar com o processo, que vamos encampar o trabalho de construção do Conasp independentemente da devolutiva desse decreto que nós, as entidades aqui que participam desse processo eleitoral vão indicar sim seus representantes em função do entendimento que já temos, é claro que no ponto de vista jurídico tem lá suas consequências**, mas isso é secundário tendo em vista a decisão e a discussão política que já fizemos isso aqui dentro. Acho que estamos nos deixando afetar demais por essa espécie de chantagem jurídica do tipo: quais são seus horizontes que eles têm ou não. **Concordo com a questão que a Célia coloca que conferência e tal não é um processo só que depende da parte do ministro ou daquilo que ele resolve fazer lá na agenda dele, é uma processo de construção mais coletivo, mais público e em relação à avaliação política** eu acho fundamental, não podemos perder a oportunidade nesta última reunião para fazermos, independentemente dos pontos de pauta que temos que discutir porque daqui isso não pode sair. A política passou, eu já fiz uma fala semelhante a essa em outra oportunidade, ao largo do Conselho, a política institucional inclusive, não foi só a política em geral não, porque o que tivemos aqui de programas e projetos foram *prêt-a-porter*, coisas que já chegaram prontas, que não participamos do processo de construção e essa foi a tônica dos 2 anos. Então, se nós não dedicarmos pelo menos nesta última reunião para fazermos esse balanço estaremos perdendo a oportunidade de nos manifestar mais claramente.

O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais – Fenaprf) – Eu estou mais do que convencido de que realmente não seria uma boa estratégia retornarmos lá ao Gabinete do Ministro da Justiça. Agora o Marcos Rezende trouxe uma ideia de paralisarmos os trabalhos até termos uma resposta em definitivo. **O que eu acho que é bastante pertinente, uma resposta à altura, à altura do descaso que estamos tendo período por mais de 2 anos com relação a essa tema.** Isso quando começamos a sinalizar a questão do edital de eleições foi lembrado isso aqui numa reunião que deixamos de discutir o decreto por um período porque estavam ficando praticamente improdutivas as nossas reuniões. Mas, **agora como estamos dentro de um processo eleitoral, existe a questão que implica bastante nisso que é o Artigo 6º do decreto.** Isso foi há duas reuniões. Na última reunião, fomos até a uma instância próxima ao ministro da Justiça, acho que cada tentativa nossa o descaso aumenta. Precisamos de uma resposta à altura. Se vamos inviabilizar o processo eleitoral vamos inviabilizar inclusive a nova composição do Conasp para corrigir essa falta de respeito com o nosso Conselho. Eu acho que encontra eco sim, Marcos Rezende, se você não formalizar eu formalizaria numa proposta de encaminhamento.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil) – Só para esclarecer, essa proposta foi antes dessa outra eleição.

O Sr. Marcos Fábio Rezende Correia (Coletivo de Entidades Negras) – Para mim a colocação do Mariano com relação ao Artigo 6º é bastante pertinente. Nós elegemos e mandamos nossos representantes. **Eu retiro, eu acho que não tem necessidade.**

O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio) – Bom, na direção do que consensuou o Marcos e o Mariano em também retiro a minha proposta de cobrar uma posição da Regina e vamos tocando o barco.

O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público) – Aproveitando, por que não aprovamos uma decisão colegiada nesse sentido, já deixa firmado

isso. “O Conasp entende que os novos conselheiros eleitos serão definidos a partir de suas entidades, não se aplicando as restrições do decreto”.

O Sr. Márcio da Silveira Marins (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais) – Até porque, Marcos, as entidades já têm seus regimentos. A ABLGT, por exemplo, eu posso ser reconduzido aqui no Conasp uma vez, uma terceira eu não posso.

O SR. MARCOS DIAS DOS SANTOS (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais - Fenaprf) – Eu fiz uma pesquisa em cerca de 10 conselhos. A maioria vinculadas ao Ministério da Justiça e nenhum deles tem essa vedação de permanência dos conselheiros. Vários deles permitem recondução. A maioria permite e outros nem trata dessa questão. **Eu acho que podemos construir, isso é uma decisão colegiada, no sentido de que: “A permanência do conselheiro que isso fica restrito apenas a cada mandato”.**

O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil) – Compete às entidades, fica melhor. Vamos fazer o texto agora.

O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público) – Qualquer coisa, Almir, poderíamos imprimir o texto e já pega a assinatura de todos que estão aqui. E aí já manda por fax para o Gabinete do Ministro, para todo mundo dando conhecimento.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil) – Vamos para uma decisão colegiada?

O SR. JOSÉ ROBERTO NEVES (Sindicato dos Agentes Penitenciários Federais) – Bom, já tínhamos feito essa discussão dessa ação do Conselho caso não viesse a devolutiva. A preocupação que eu tenho e talvez seja algo que temos a considerar nessa decisão colegiada é em se mantendo a postura do Ministério não mudando o decreto, qual será o próximo passo? **Eu acredito que nós nos posicionando aqui de que as entidades vão fazer as indicações independentemente do decreto, parece um primeiro passo.** Caso o ministro venha a manter o posicionamento, nós poderíamos já dizer quais seriam os próximos, quer dizer, **fazer uma intervenção jurídica, uma intervenção política, uma denúncia nos meios de comunicação?**

O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil) – Eu acho, José Neves, que cada instituição poderá ter sua iniciativa. Foi afetada na sua autonomia toma a decisão. Eu acho que a decisão colegiada proposta atende aos anseios de todos aqui ou não. Vamos colocar para aprovação.

O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público) – Se vocês preferirem eu vou ali escrevo e depois votam. Qual é o próximo tema? Eu acho que seria a avaliação política.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil) – Nós vamos suspender a reunião por 10 minutos para construção da moção e depois vamos reiniciar. Pessoal, a pauta foi sugerida que fosse a avaliação política em vez das outras pautas. Temos que decidir aqui se vai mudar. Fizemos uma proposta. Olha, não tem devolutiva, não tem indicativo de que a conferência existirá, temos que tomar uma decisão sobre isso também.

O SR. GERALDO SOARES WANDERLEY (Pastoral Carcerária Nacional) – Não, para a conferência nós temos aquele aval do ministro aqui, só que, posteriormente, na verdade, precisaria

de ser confirmado isso. E não foi confirmado pelo Ministério, mas isso foi decidido com o ministro aqui, inclusive adiar, a pedido dele.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil) – Como tem muita gente fora fazendo inclusive articulação sobre esse assunto, vamos dar 10 minutos e voltamos. Pessoal, estamos fazendo uma decisão colegiada, mas acho que, na verdade, já tínhamos tomado. Se por exemplo o Grande Oriente for eleita novamente, independentemente disso, já ia mandar as mesmas pessoas, essa decisão não vai interferir em nada. A maioria das instituições que tínhamos combinado anteriormente já iam mandar as mesmas pessoas. Vamos dar sequência aos dois temas. **Quem tiver suas moções já redigidas podem trazer que poderemos fazer a aprovação durante o dia.**

O Sr. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (Conselho Federal de Psicologia) – **O meu pedido de fazer uma discussão sobre esse tema aqui se faz relação à urgência do tempo político da própria discussão. Ontem na Audiência Pública foi falado em relação à PEC 33, a votação está marcada para o dia 14, portanto, daqui a uma semana praticamente. E tem outra discussão que é o fato de outros conselhos nacionais estão se posicionando oficialmente em relação a isso. Hoje de manhã saiu a nota pública do Conanda, e eu acredito que esse seja um tema que tem uma interface muito direta com a segurança pública e acredito que uma nota pública do Conasp pode inclusive fortalecer essas outras notas públicas desses outros conselhos que estão surgindo, principalmente, porque na nossa Conseg existem diretrizes em relação à maioria penal. Só lembrado que o Brasil é signatário da Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, exatamente por que ele é signatário que foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente que tem como principal questão o rompimento com a chamada Doutrina de Proteção Irregular e assunção da chamada Doutrina de Proteção Integral onde duas questões importantes são colocadas: criança e adolescente são sujeitos de direitos e são prioridades nas políticas públicas. E um dos efeitos da Doutrina Integral é o rompimento da dicotomia legal em relação a toda ideia de criança e a ideia de menor que estavam presentes nos códigos anteriores, que é o Código de Melo Matos de 1927 e o Código de 1979. O que nós percebemos por essa proposta de redução de maioria penal é a ampliação de uma discussão que reforça a lógica penal e a lógica do encarceramento em especial com a juventude negra. A substituição de políticas públicas de saúde, de assistência e de educação por políticas penais responde a um clamor promovido pelo medo, algo que já discutimos hoje de manhã, e inverte a discussão do medo enquanto uma produção histórica. E é preciso que nós nos lembremos que de acordo com vários relatórios que estão circulando, essa juventude se a discussão da maioria penal é uma discussão em relação em especial aos tipos de crimes que esses jovens estão cometendo vamos nos lembrar que ao invés da juventude ser aquela que mais mata, ela é pelo contrario a que mais morre. Eu acredito que a maioria penal inverte o problema que temos, ela escamoteia um problema que é de genocídio de determinada parcela da juventude, em especial a juventude negra de periferia e transforma essa mesma população que é hoje vítima de um genocídio de coletivo para o lugar daquela que perpetua a violência. Então, por conta desses argumentos, eu acredito que seja de fundamental importância que o Conasp se manifeste oficialmente com uma nota pública ou com outra proposta qualquer, mas acredito que a nossa fala não é uma fala qualquer, ela vem de um lugar muito importante, que é o de segurança pública, somos atores extremamente importantes nessa discussão. Por esse motivo, reitero o pedido para que possamos colocar oficialmente.**

O SR. VICENTE ANTONIO MARIANO FERRAZ (Conselho Nacional de Comandantes Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares) – Eu acho que essa questão da maioria penal é muito mais relevante para fazermos uma decisão colegiada e encaminhar

1590 para o Congresso, para o ministro, do que retomarmos um tema que nós já discutimos e que é uma
1591 decisão das entidades.

1592

1593 **O Sr. Marcos Fábio Rezende Correia (Coletivo de Entidades Negras)** – Nós colocamos na
1594 pauta, enquanto o Marcos Costa escrevia o texto sobre a proposta acerca do processo eleitoral e das
1595 nossas decisões do nosso pleno aqui com relação às entidades encaminharem os nomes. Então, o
1596 que o Marcos está sugerindo é que aprovemos isso primeiro e depois abre as discussões acerca
1597 desse ponto de pauta.

1598

1599 **O SR. VICENTE ANTONIO MARIANO FERRAZ (Conselho Nacional de Comandantes**
1600 **Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares)** – Eu acho que a minha
1601 proposta não precisa ser uma decisão colegiada, é uma decisão política das entidades que não
1602 precisa mandar um texto para o Ministério para dizer o que vou fazer depois de ser eleito. Isso é
1603 uma decisão política, não precisa mandar para lá.

1604

1605 Marcos Reznde – Mas queremos mandar como ata, não é mandar para lá.

1606

1607 **O SR. VICENTE ANTONIO MARIANO FERRAZ (Conselho Nacional de Comandantes**
1608 **Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares)** – Então, não é uma decisão
1609 colegiada.

1610

1611 **O Sr. Marcos Fábio Rezende Correia (Coletivo de Entidades Negras)** – Não, é aprovar na ata.

1612

1613 **O SR. VICENTE ANTONIO MARIANO FERRAZ (Conselho Nacional de Comandantes**
1614 **Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares)** – Então, eu sou a favor,
1615 agora mandar para lá eu acho que não tem sentido. É uma resolução nossa.

1616

1617 **O SR. MARCOS ANTÔNIO DA SILVA COSTA (CONSELHO NACIONAL DO**
1618 **MINISTÉRIO PÚBLICO)** – Está discutindo o que Pedro falou, essa questão é outra questão,
1619 então vamos separar. Ou se discute a proposta de Pedro e avança e fecha a proposta dele, ou
1620 suspendemos a proposta dele e abre essa aqui.

1621

1622 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil)** – Vamos suspender
1623 a proposta do Pedro, ele concordou de suspender e vamos abrir para o debate sobre a decisão
1624 colegiada.

1625

1626 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio)** – Enquanto discutimos o ponto que está
1627 colocado aqui, o Pedro poderia fazer um texto para termos uma decisão colegiada.

1628

1629 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil)** – Vamos abrir para
1630 o debate porque para algumas entidades terá alguma interferência. Por exemplo, eu decido aqui,
1631 caso eu seja eleito, eu já indico as pessoas, a minha instituição pode ter um posicionamento
1632 diferente e mandar outra pessoa. **Vamos ouvir o que Marcos Costa escreveu.**

1633

1634 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público)** – Eu vou
1635 passar sem os considerandos, depois voltamos a eles: **“RESOLVEU, por maioria, aprovar a**
1636 **DECISÃO COLEGIADA de que a indicação dos representantes das entidades eleitas para o**
1637 **biênio 2013/2014 insere-se na autonomia de cada uma das eleitas, sem restrições decorrentes**
1638 **do Decreto 7.413/2010, em fase de revisão, conforme proposta já aprovada pelo CONASP”.**
1639 Não estou dizendo que a entidade terá que indicar alguém ou fulano de tal, estou dizendo que está

na autonomia da entidade. E por que isso deve ser registrado numa decisão colegiada? Primeiro, se for para registrar em ata, qual é o receio de registrar em ata e registrar em decisão colegiada? Qual é a diferença? Não há diferença na formalidade. Mas, a decisão colegiada é bom porque: “Olha, nós estamos fazendo isso aqui com base inclusive numa decisão do pleno” e isso vai ter que ser enfrentado por alguém do Ministério eventualmente queira: “Nós não aceitamos isso”. Sim, mas isso não foi feito por qualquer entidade, foi fruto de um consenso estabelecido por este plenário e tem endereço, Decisão Colegiada número 4, está aqui. Então, a formalidade é importante no sentido de ser referência porque é uma formalidade porque você tem um decreto que diz que não. E está enfrentando um decreto.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil) – A Grande Oriente pediu para falar, quem quiser depois. Eu concordo com o Marcos, terá que ler primeiro, iríamos discutir sem ler. Eu vi muita gente dizer que queríamos permanecer no Conasp. Mas não era só na ideia de uma pessoa continuar o que pode ser um anseio de todos, sem nenhum problema. **Agora, o que é importante ser colocado aí na decisão colegiada que o Marcos fez, que é a base da discussão é “insere-se na autonomia de cada instituição eleita”. A Rede Desarma Brasil está em acordo com isso.** Inserindo na autonomia, mesmo que venham as mesmas pessoas, mas não pode inserir na autonomia.

O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Segurança Pública) – Quero reforçar que o melhor caminho para resolver essa questão é depois de eleitas as entidades indicarem, independentes do decreto, quem a entidade entenda que deva vir para o colegiado aqui. Se as entidades eleitas que é o mesmo conselheiro encaminha o mesmo representante. Evidentemente que isso vai criar uma situação de ou aceita os mesmos representantes ou não dá posse. Aí fica uma situação política clara para ser resolvida. Aí eu acho que são culturas diferentes, colega Marcos, eu vim de movimento social e você de movimento mais formal. Eu acho que algumas decisões políticas não precisam ser colocadas no papel: fazem, tomam. Então, do ponto de vista se espera encaminhar essa decisão colegiada e não encaminhar não interfere em nada. Acho que mais prejudica do que ajuda porque já temos a decisão das entidades que vai ser tomada, não precisa avisar. Olha, não teve uma decisão sobre a mudança do decreto até eleição do dia 30 e possivelmente não teremos até a próxima eleição que nós definimos aqui. Ora, eu que não sou eleito, como gestor indico que essa não é a questão menor, o texto é aquele ali mesmo, não tem divergência, é na forma, eu acho que não precisa encaminhar isso ao governo porque cada entidade aqui já tomou sua decisão e tocamos o barco. **Agora, se as entidades da sociedade civil e dos trabalhadores entendem que essa decisão que já foi tomada tem que ser registrada por decisão colegiada eu também não sou contra, eu só acho que ela é desnecessária, então, não é uma divergência de fundo e tal, razão pela qual reforço a decisão, mas encaminhar ou não, porque acho que o registro não é necessário me dou o direito de me abster desse encaminhamento porque acho que encaminhar ou não, não vai ferir em nada a decisão já tomada por cada entidade autonomamente de definir quem vem para o Conasp.**

O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais – Fenaprf) – Eu vou me permitir aqui uma divergência do conselheiro Mariano, concordando com o Marcos Costa, porque temos que formalizar sim, manifestar formalmente essa decisão nossa. E outra coisa não prejudica em nada, então, não vejo o porquê de não aprovarmos essa deliberação.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-presidente - Rede Desarma Brasil) – Bom, são duas propostas. Vocês estão aptos para votação?

O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público – Já que já está indo para votação, deixe-me dar uma lida nos considerandos para ninguém dizer que aprovou uma coisa sem estar lá. Então, vamos lá: “*Considerando* que, em sua 20ª reunião Ordinária, identificada por este CONASP, que o artigo 6º do Decreto Federal 7.413, de 30 de dezembro de 2010, que dispõe sobre a estrutura, composição, competências e funcionamento deste Conselho, está gerando dúvidas e inseguranças quanto à sua interpretação, uma vez que sugere que os atuais Conselheiros em exercício neste Conselho não poderão voltar a ser indicados para uma nova composição do Pleno a ser nomeada a partir de janeiro de 2013, o que fere a autonomia das entidades eleitas em definir os respectivos representantes; *Considerando* as discussões realizadas na 2ª Reunião Extraordinária e a ausência, até o momento, da manifestação do Ministério da Justiça pela modificação do Decreto 7.413, de 30 de dezembro de 2010”, aí eu amarro com a questão da autonomia e deixo claro o seguinte que o decreto já está em processo de revisão, tanto que há uma proposta nossa lá que ainda está pendente. Amarrei dessa forma porque aí resguarda qualquer interpretação.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-presidente - Rede Desarma Brasil) – Então, aqueles que aprovam ficam do jeito que estão. **APROVADO POR MAIORIA, COM ABSTENÇÃO DO CONSELHEIRO BENEDITO MARIANO.** A proposta do conselheiro Marcos Costa é de que essa decisão colegiada seja assinada por todos os presentes, com abstenção do conselheiro Mariano. Não precisa? Então, está bom. Conselheiro Mariano para um informe sobre o processo eleitoral.

O SR. VICENTE ANTONIO MARIANO FERRAZ (Conselho Nacional de Comandantes Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares) – O Alexandre da Rede Infoseg esteve aqui e fez a seguinte sugestão da eleição ser no dia 18 e não no dia 20 porque no dia 18 terá mais apoio de pessoal técnico acompanhando o procedimento. Se não tiver nenhum obstáculo disso, nós formalizamos dia 18, dois dias antes. O encaminhamento que vai ser informado às 47 entidades, que nasceu do debate aqui do pleno, é que a **eleição é prioritariamente eletrônica, eles vão testar o sistema e talvez encaminhar o mais rápido possível um vídeo mínimo por email para as pessoas treinarem, eu disse para ele como é mostrado no sistema, então a eleição é eletrônica, mas as 47 entidades receberão 2 envelopes lacrados, que é a proposta do Bride, que só votarão na cédula se, eventualmente, não conseguirem votar no voto eletrônico. Então, aqui as entidades que tenham disponibilidade de acompanhar a votação in loco aqui em Brasília vai ter para cada entidade também uma cédula, qualquer problema vota na cédula, nós, evidentemente, cancelamos o outro e bota lá na urna para garantir que se deu problema no eletrônico vota imediatamente no papel.** E aí vamos acompanhar, vai sair listagem de quem votou para não ter eventualidade de dois votos no eletrônico e no papel. Eu acredito que nenhuma entidade vai fazer isso, porque ninguém aqui vai ficar fazendo mutretagem entre nós mesmos. **Se todos aprovarem, a reunião será no dia 18 de dezembro.**

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-presidente - Rede Desarma Brasil) – Só um esclarecimento: o envelope branco entendemos para o sigilo e tal. Até quando vai poder postar isso?

O Sr. Héder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares Estaduais. ANASPRA) – Já pensando nesse procedimento nós que estávamos presencialmente findou a eleição emitiu-se um relatório. Então, é sugestão para pensar. A partir do momento que emitiu o relatório, vamos partir de duas hipóteses básicas: nós tivemos lá 3 não votantes. Aqueles três não votantes enviarão os envelopes para cá. A sugestão é que no dia imediatamente posterior ele poste isso porque você tem um resultado às 17 horas. Ele sabe pela relação do Infoseg que ele não votou e ele precisa postar isso no correio. Não dá para ser no mesmo dia. A pergunta que eu

faço é que se for apenas um que tiver que enviar esse voto para cá, isso é quebra de sigilo? É pergunta, vamos admitir isso? Se for que conste isso no relatório porque o envelope veio o remetente em branco para não ter a quebra de sigilo, mas falta apenas um, ele sabe que ele é o último que não votou, ele vai votar, obviamente o voto dele será computado e só tem ele, isso é quebra de sigilo? É uma pergunta. Se for isso tem que constar no edital. Porque isso é quebra, se tiver dois envelopes você não sabe quem votou em quem, ou os dois votaram.

O Sr. Abelardo Camilo Bride (Associação dos Policiais Militares Estaduais do Brasil – AMEBRASIL) - Eu faço a seguinte sugestão. Se chegar 15 horas e deu problemas significativos de não conseguir votar, toda a votação no papel, cancela a eletrônica. Se misturar as duas, teremos problemas. Então, a votação é até às 15 horas, horário de Brasília, é isso? O Infoseg consegue monitorar o log. Ou seja, se eu me loguei no sistema ou não. Se eu me loguei até às 15 horas, tentei uma, duas vezes e não consegui, telefonei à Comissão Eleitoral, coloco o técnico da Infoseg online, não deu, é problema mesmo, cancela a votação eletrônica e passa para o papel para todo mundo. Agora, de um não conseguir, desculpa o perdão da palavra, mas gera possibilidade de falcatura. Eu posso não votar, deixar, vai ter gente aqui acompanhado a eleição e vai dizer o seguinte: “Ficou um voto e aí depende do meu voto decide a eleição”.

O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio) – Eu tinha entendido, salvo engano, que a proposta do Marcos era ter a garantia de que todos os votos seriam apurados. É muito mais simples primeiro: todas as entidades vão receber envelopes lacrados, com sigilo e tal e vou colocar seus votos ali. Então, todas as entidades caminham seus votos, vão ficar sob a guarda da comissão eleitoral, em dando um problema de não aparecer o voto eletrônico daquela entidade se apura. Por exemplo, acabou a apuração, a entidade tal. Como quebrou o sigilo?

O Sr. Héder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares Estaduais. ANASPRA) – Quebrou o sigilo porque apurou de todo mundo, não apurou do Viva Rio, foi lá tirou o envelope é quebra de sigilo. Mas, não vai ter que publicar o resultado? É o que estou dizendo, porque se chegar com o envelope tirou o envelope do Viva Rio porque o que está identificado não é a cédula eleitoral, ela vem num envelope em branco, mas para saber de quem é aquele voto, ou seja, que você encaminhou, você manda aquele envelope branco num sedex escrito lá Viva Rio. Então, se você vai lá e tira ora que computar o voto o Tião votou em A, B e C, quebra de sigilo.

O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio) – Mas é melhor fazer isso e garantir as eleições do que de novo ter um novo processo.

O Sr. Héder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares Estaduais. ANASPRA) – Mas aí há quebra, teríamos votado por email e não precisaria deste processo. A sugestão que pode se pensar, e nesse caso eu vou concordar com você na seguinte sugestão: todos mandam seus votos por sedex. Deu um único problema eletrônico, despreza o eletrônico e abre todos os votos de papel, aí eu vou concordar, porque aí todos estarão no sigilo.

O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio) – Eu problemático mandar depois o voto, manda-se antes, se for precisa apurar, tudo bem. Se não precisar, não apura, porque se for mandar depois é complicado. E a data para chegar é a data da eleição, até às 15 horas. Não chegou não considera. O prazo é o do protocolo.

O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Civis – Cobracol) – A proposta do Bride é mais ou menos parecida com a nossa. Trata-se de uma eleição

manual, **a proposta nossa era desprezar a votação virtual e passar para somente manual. Temos que decidir.** Ou enfrentaremos a possibilidade de ter uma falha mais mínima que seja nesse processo online pela Infoseg ou nós optamos logo para fazer a manual, não vejo nenhum problema nela. No nosso caso, para os estados nós mandamos uma carta-resposta, uma cédula, assinada pela comissão, geralmente composta de 3 mesmos, todos três assinam e estão os candidatos é só marcar. Ele marca, fechou, e coloca na carta-resposta que já é porte pago e a pessoa tem o prazo de postar até o dia x e de chegar até o dia y. Quer dizer, pode-se ter um prazo bem dilatado para isso, pode chegar, mas vai chegar. Essa carta é como se fosse um AR. O correio tem o protocolo de entrega. Esse é o processo mais transparente e seguro no meu entender, haja vista que estamos com um pouco de receio de dar algum problema. **Eu queria até sugerir ao Infoseg trocar o I pelo L minúsculo ou vice-versa, e o O pelo Zero, caso contrário vai ter o mesmo problema, ninguém consegue identificar essa senha, vai dar problema.** Se vai ser a mesma senha, eu, pelo menos não tenha a minha mais. Eu me cadastrei no computador da Infoseg. É esse apelo que faço aos colegas e dizer que esse sistema funciona. Nós não vamos desprezar o sistema, muito pelo contrário, estaremos fazendo isso porque ainda não nos adequamos. O Infoseg não é um sistema de votação, diferentemente do sistema do TSE, que já foi testado anos e anos. Já pensou se der problemas novamente: Onde vai ficar a idoneidade do nosso Conselho? Vai ficar duvidoso perante a opinião pública. Bride, eu acho que é isso, você faz isso também na sua associação, nós também fazemos. Nunca deu problema de alguém votar errado. Às vezes ele anula, ou então ele marca e manda para o correio. Você não identifica o voto dele porque essas cartas-respostas quando chegarem vão estar lacradas e aí cédulas vão estar dispostas dentro de uma urna, todas vão se misturar, então está preservado o sigilo do voto. É essa a minha contribuição.

O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público) – Pessoal, talvez uma possibilidade que poderia ser pensada para este processo eleitoral seria o seguinte: poderia ser **duas alternativas: uma, se identificado que há um problema técnico do sistema e se isso for cancelado pela comissão que está lá presente, você poderia prorrogar a votação daquele que não conseguiu votar, para o mesmo dia ou para o dia seguinte**, esse é um caminho. **Outro caminho é você fazer isso antes, quer dizer, é você votar antes, como as eleições americanas.** Qual é a razão de não poder fazer a votação eletrônica em dois dias? Eu não me lembro do porquê de ser esse sistema de votação tão fechado assim?

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-presidente) (Rede Desarma Brasil) – Podemos pensar nisso.

O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais – Fenaprf) – Eu penso que aumentar esse prazo de votação pelo sistema eletrônico já vai diminuir bastante a possibilidade de erro e claro mantendo a equipe de suporte para corrigir os problemas. Então, tendo essa equipe que pode dar esse suporte, por exemplo, 2 dias de eleição, eu acho que já resolve. E o sistema manual por correspondência é subsidiário. Se durante dois dias se esgote todas possibilidades de fazer o registro do voto eletrônico então recorra para aqueles que não conseguiram registrar o voto eletrônico, registra o voto por correspondência. Vai ficar prejudicado o sigilo apenas se isso acontecer com um votante, com a entidade eleitora, vai ficar prejudicado o sigilo daquela, mas é um risco que temos que correr. Não vicia o processo porque o voto só vai ser revelado ao final da apuração.

O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Cíveis – COBRAPOL) – Eu quero tirar uma dúvida. Vamos supor então que consigamos fazer só pelo Infoseg. **Se der problema pelo menos em duas entidades que não consigam votar por algum motivo, nem no primeiro dia e nem no segundo. O que poderá acontecer? Anular o processo**

de novo. Nós estamos fazendo nova votação porque alguns não conseguiram votar e eu concordo com isso. Vamos supor que duas entidades estejam precisando de um voto. Ele não consegue nela própria? Enquanto que o manual não. Ora, se vamos optar por um que é 100%, as não vamos continuar com um que é 90%. O que eu prefiro? Nenhuma chance de erro.

André – Bom, algumas considerações são de caráter metodológicas, Primeiro para decidir por uma coisa ou por outra é melhor pensarmos em todos os detalhes de cada um. Eu tinha falado aqui de manhã que não é saudável que mesclamos dois métodos que isso poderia abrir mais fragilidades. Tem que haver uma previsão para a dificuldade de votação que pode surgir. As regras têm que estar claras a todos, caso o eleitor encontre alguma dificuldade terá um número de telefone para entrar em contato de tal a tal horário. Isso não quer dizer que todas as entidades vão conseguir votar. Isso também não quer dizer que o processo vai ser impugnado por uma ou duas entidades não conseguiram votar. O problema que deu foi porque 7 entidades que estavam no plenário acharam que teriam votado e não votaram. Esse foi o problema. Então, não podemos pensar aqui numa eleição infalível, sem erros. O que tem que ter é o procedimento claro. Eu acho que tinha problema sim, o procedimento não era claro, não era simples, se o sistema der conta de corrigir esses problemas até o dia 18, com testes e tudo, é legítimo que a comissão opte por isso. O sistema de cartas, por sua vez, tem que ter precauções. Primeiro, se decidirmos fazer a eleição por correio é importante que a comissão eleitoral entre em contato com cada um dos eleitores para confirmação de endereço, para indicar o dia da postagem da cédula e tal porque uma entidade eleitora poderá alegar depois que a cédula foi mandada para outro endereço e tal e por aí vai.

O SR. MARCOS ANTÔNIO DA SILVA COSTA (CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO) – Se você abrir essa correspondência, você está abrindo outro leque de regulamentação. Você tem que regulamentar isso e é mais problema. Se você resolver isso dentro do procedimento eletrônico que já existe não teremos que criar regras novas de maior complexidade e lidar com algumas possibilidades de novas impugnações sobre novas coisas que vão começar agora. Então, **manter a alternativa eletrônica, eu acho que vai ser aquela que vai custar em termos normativos de futuras impugnações, menos ao Conasp do que criar um novo procedimento que pode ter novos problemas.**

O SR. VICENTE ANTONIO MARIANO FERRAZ (Conselho Nacional de Comandantes Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares) – Só retomando o que o André disse, o maior problema que tivemos, com exceção do companheiro Bride, foi no plenário. Pode ser que o voto 100% manual dê menos problemas. Mas não dá para garantirmos que esse voto não vai ter problema nenhum. A sugestão é a seguinte: vieram pelo menos metade nos leitores estavam no Tancredo Neves. Primeiro que possamos incentivar as 47 entidades dentro do possível que venha participar in loco da votação. Aquelas que puderem vir e que estão no plenário votam no papel porque aí não corre o risco que o Hélder disse que é só uma instituição, porque em meia hora votam todos. E deixamos a votação eletrônica só para quem não estiver presente. Porque 100% dos problemas que ocorreram in loco não terão. E nós podemos estabelecer para as entidades que não vierem acompanhar a votação in loco a sugestão do Marcos Costas, do dia 16 até o dia 18, o sistema está aberto, já poderá votar. Então, no dia 18 já vamos ver se alguma entidade teve problema em votar. Nessas eleições, eu acho que 70% a 80% estarão in loco e os que faltam votam eletronicamente. Eu acho temerário aprovarmos aqui que a eleição é só no papel. O pessoal vai melhorar o sistema, isso quer dizer o seguinte, eu votei, vai sair o meu voto, vai receber o recado que votou, vamos acreditar que o sistema vai melhorar. O papel é segunda hipótese. Agora, se tivéssemos votado no papel todos que estavam presentes, 10 horas teríamos terminado a eleição e já feita uma preliminar de quem estava presente. Acho que podemos trabalhar com as duas alternativas e insistir para que venham aqui, para quem vier já tem cédula pronta e urna. E para

1890 quem tiver dificuldades de vir terão dois para votar e nesses dois dias vamos conhecer eventuais
 1891 problemas e tentar sanar para que ele consiga votar. É isso.

1892

1893 **O Sr. Abelardo Camilo Bride (Associação dos Policiais Militares Estaduais do Brasil –**
 1894 **AMEBRASIL) - Encaminhamento: mantém só votação eletrônica. A votação é num único dia,**
 1895 **só poderá votar no dia seguinte quem dentro do prazo da eleição, o prazo do horário previsto,**
 1896 **entre em contato e relate a dificuldade. É claro que sem a divulgação do resultado. Se uma**
 1897 **entidade não votou e não entrou em contato, está encerrada a eleição. Aí faremos num dia só e**
 1898 **quem tiver problema vai ligar naquele período, a interface pelo que eu vi vai estar mais**
 1899 **amigável. O meu problema não teria ocorrido se eu tivesse a confirmação do meu voto na tela e**
 1900 **poderia ter sido resolvido na hora.**

1901

1902 **O Sr. Rildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos) –** Eu queria
 1903 chamar a atenção, primeiro, dizer que a comissão eleitoral foi de um grande valor e proporcionou a
 1904 garantia que todos nós aqui defendemos. Do processo que viemos, das falhas que ocorreram, a
 1905 comissão teve a coragem suficiente de garantir o direito da manifestação através do voto vindo a
 1906 anular o pleito e propor um novo porque um número x de votantes não tiveram seus votos acusados.
 1907 Eu acho que a comissão eleitoral tem consenso. E estamos fazendo uma discussão aqui de um
 1908 processo de que estamos desconfiando de tudo. Nós nunca vamos conseguir prever todas as
 1909 hipóteses que podem ocorrer numa falha de eleição. Eu acho que temos que fazer esforço para que
 1910 nós aproveitemos os 47 votos, mas e se alguém se abster? Pressuponho que o sistema falhou? Eu
 1911 persigo o caminho da última pessoa que me antecedeu. Eu acho que nós devemos manter a votação
 1912 eletrônica e a instituição que se vê prejudicada no sentido de acesso, ela deve de imediato contatar
 1913 ou comissão eleitoral, que tem que criar um canal de comunicação imediato e essa entidade se
 1914 garante outra forma de manifestação de seu voto que não por aquele sistema. Eu queria chamar a
 1915 atenção dos companheiros porque não vamos sair muito disso. Ninguém vai encontrar aqui um
 1916 mecanismo mágico se todos os eleitores não colaborarem para uma regulação que saia daqui hoje
 1917 nesse sentido.

1918

1919 **O Sr. Marcos Fábio Rezende Correia (Coletivo de Entidades Negras) –** Quanto mais discutimos
 1920 mais eu vejo falibilidade no debate. E essa a minha preocupação porque eu começo a conjecturar
 1921 muita coisa. Assim, o mundo tem malandragens, eu não estou aqui para dizer que todos são meus
 1922 amigos. Então, eu posso, por exemplo, pegar um grupo de eleitores, amigos, e todo mundo vai ligar
 1923 dizendo que tiveram para votar. Mas, ninguém vai ter resultado? Eu também não sei por que tem
 1924 uma série de elementos no meio disso tudo. Estou levantando essa lebre porque isso pode acontecer
 1925 sim. Porque pode ser que 15 entidades não votem e 15 entidades decidem depois tudo se quiserem.
 1926 Temos que tomar muito cuidado. É muito perigoso o que estamos predispondo a fazer. **Por conta**
 1927 **disso, talvez seja o ideal o voto eletrônico,** quem não votou no meio do processo liga, tenta
 1928 resolver, votar, vota por email, fala por telefone e vota no viva-voz, mas esse negócio de papel, eu
 1929 tenho medo também. Eu prefiro votar em aberto do que ficar nesses votos secretos. Quando o Bride
 1930 coloca: “a pessoa que não conseguir votar e relatar pode votar no dia seguinte”. A pessoa relata que
 1931 não conseguiu votar e neste mesmo dia ela vai ter que ir lá e colocar o voto dela de papel, é isso? É
 1932 consertar nesse dia mesmo?

1933

1934 **O Sr. Abelardo Camilo Bride (Associação dos Policiais Militares Estaduais do Brasil –**
 1935 **AMEBRASIL) -** É o horário de votação ser um pouquinho menor para que dê tempo até às 4 horas
 1936 da tarde para sanar panes. Então, é nós votarmos até às 13 ou 14 horas, esse é o horário de votação,
 1937 se teve problema tem até às 15, 16 horas para sanar o problema.

1938

- 1939 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Vice-presidente - Rede Desarma Brasil)** – Temos
 1940 essa proposta de a eleição ser das 10 às 14 horas.
 1941
- 1942 **O SR. VICENTE ANTONIO MARIANO FERRAZ (Conselho Nacional de Comandantes**
 1943 **Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares)** – Nós temos que trabalhar
 1944 com a hipótese de ter segundo turno. A ideia de a eleição acabar às 15 é que se quatro
 1945 entidades empataram vai para o segundo turno essas quatro entidades. Está previsto no nosso
 1946 edital. Então, o ideal é começar às 9 horas e vai até o meio dia, é suficiente, estamos falando de 47
 1947 entidades das quais metade estará no plenário. Então, das 9 ao meio dia vota, se deu problema dá
 1948 mais uma hora para resolver os problemas, e às 13 ou 14 reinicia. Às 15 horas começa o segundo
 1949 turno das eleições, se eventualmente for necessário, aí com poucas entidades.
 1950
- 1951 **A Sra. Raquel Willanido Braga (Observatório de Favelas do Rio de Janeiro)** – Eu queria
 1952 ponderar só essa questão do horário pensando um pouco no que foi o tempo que levamos para
 1953 auxiliar algumas pessoas que tiveram dificuldade que estavam no estado. Houve pessoas que
 1954 precisei colocar com o técnico 5 ou 6 vezes. Então, se pudesse ir um pouquinho mais à frente no
 1955 horário daria uma margem de segurança.
 1956
- 1957 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Vice-presidente - Rede Desarma Brasil)** – De 9
 1958 as 14 horas.
 1959
- 1960 **O SR. VICENTE ANTONIO MARIANO FERRAZ (Conselho Nacional de Comandantes**
 1961 **Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares)** – Então, não encaminha
 1962 célula para nenhuma entidade, é eleição eletrônica? Se não conseguiu de forma nenhuma, podemos
 1963 sugerir manda por email como foi feito e nós aprovamos?
 1964
- 1965 **O Sr. Marcos Fábio Rezende Correia (Coletivo de Entidades Negras)** – Gente, se mandar por
 1966 email quebra o sigilo, mas o sigilo é de interesse de quem vota.
 1967
- 1968 André – Os problemas que surgirem a comissão eleitoral resolve caso a caso.
 1969
- 1970 **O Sr. Marcos Fábio Rezende Correia (Coletivo de Entidades Negras)** – A comissão eleitoral
 1971 existe para isso. Resolve na hora os problemas.
 1972
- 1973 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de Segurança**
 1974 **Pública)** – Nós conversamos com o pessoal do Infoseg sobre a possibilidade do que aquilo que a
 1975 doutora Regina falou, cada estado votar no horário daquele horário do estado, terá que ser o horário
 1976 de Brasília, das 9 às 14, horário de Brasília.
 1977
- 1978 **O SR. VICENTE ANTONIO MARIANO FERRAZ (Conselho Nacional de Comandantes**
 1979 **Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares)** – Para não deixar
 1980 dúvidas: o voto é eletrônico. Vai ter um sistema mais amigável, facilitar enxergar, vai ter
 1981 treinamento, vai ser encaminhado um vídeo de como votar, vai sair a identificação de que o
 1982 voto foi confirmado. E os eventuais problemas terão que resolvidos, isso colocaremos no
 1983 edital, no horário das 9 às 14 horas. Então, a pessoa não pode votar faltando um minuto para as
 1984 duas porque poderá ter problema e passa do horário. Até sugerimos que a votação seja na parte da
 1985 manhã, se tiver problema terá tempo.
 1986

- 1987 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Vice-presidente - Rede Desarma Brasil)** – Só tem
 1988 uma coisa que precisamos definir com o Infoseg porque estava com o meu notebook, não consegui
 1989 acessar por ele e o fiz pelo do Osmar.
- 1990
- 1991 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de Segurança**
 1992 **Pública)** – Outra coisa que preciso saber: a senha foi enviada para todos e a senha ainda está
 1993 válidas. Se as pessoas forem votar nos mesmos computadores não vão precisar fazer aquele
 1994 cadastro todo de novo. Se precisar, eu retiro o cadastro de todos e cadastro todos de novo para
 1995 receber novas senhas. Vamos fazer tudo de novo. Nós estamos trabalhando com um sistema de
 1996 segurança.
- 1997
- 1998 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Vice-presidente - Rede Desarma Brasil)** –
 1999 **Pessoal, o mais seguro é cadastrar todo mundo novamente, nós podemos ter problemas de**
 2000 **novo. O sistema vai facilitar muito, só terá uma senha, não mais duas. Pessoal, foi aprovado**
 2001 **como sugerido? APROVADO. (INTERVALO)**
- 2002
- 2003 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Vice-presidente - Rede Desarma Brasil)** Bom,
 2004 Pedro ficou com a construção do documento.
- 2005
- 2006 **O SR. GERALDO SOARES WANDERLEY (Pastoral Carcerária Nacional)** – Eu gostaria de
 2007 **dizer uma pendência da pauta que passou. É sobre a Conseg. Porque por aquele calendário,**
 2008 **ficamos de setembro a novembro de fazer aquelas apresentações.** Não fizemos. Se nós agora
 2009 terminarmos essa reunião, voltarmos para casa, nós vamos estar aqui em fevereiro. Janeiro e
 2010 fevereiro era o tempo de instalar as comissões estaduais e também de escrever os textos. Então,
 2011 como nós já decidimos sobre as eleições e que vamos continuar mais ou menos daquele jeito, isso é
 2012 um assunto que se não houver problema lá fica decidido. Mas, a Conseg fica atrasada. Por exemplo,
 2013 **eu realizei o encontro, que teve mais ou menos 30 instituições, com a presença do secretário de**
 2014 **Segurança, e tem agora nos dias 19 e 20 com duzentas pessoas. E falando sobre essa história,**
 2015 **de aval e tal. Eu acho que a Conseg que estava na pauta não foi discutida. E se nós não**
 2016 **discutirmos vamos inviabilizar a realização ou colocá-la muito para frente.**
- 2017
- 2018 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Vice-presidente do Conasp - Rede Desarma**
 2019 **Brasil)** – Nós voltaremos a esse tema, Geraldo.
- 2020
- 2021 **O SR. MARCOS DIAS DOS SANTOS (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**
 2022 **Federais)** – Eu só queria lembrar que sobre a questão da maioria, existe uma diretriz
 2023 priorizada na 1ª Conseg que por coincidência é a diretriz número 33, onde na conferência que
 2024 rejeita também essa diminuição da maioria penal. Então, é um compromisso nosso, uma
 2025 responsabilidade de refutar essa diminuição da maioria penal, haja vista que os princípios
 2026 e diretrizes da 1ª Conseg existe uma relativa à criança e do adolescente, que é essa. Não tem
 2027 nada mais com relação isso, embora na época tentamos aprovar algum outro princípio ou diretriz
 2028 que fazia referência também. Então, é responsabilidade de Conselho perante o que foi priorizado na
 2029 1ª Conseg.
- 2030
- 2031 **O SR. JOSÉ ROBERTO NEVES (Sindicato dos Agentes Penitenciários Federais)** – Eu queria
 2032 tratar de uma já que temos na iminência de mudar a pauta de amanhã de uma recomendação, eu não
 2033 sei se seria mais oportuno fazer a discussão agora, ou esperar aprovar essa.
- 2034
- 2035 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Vice-presidente do Conasp - Rede Desarma**
 2036 **Brasil)** – Aprovar a PEC 33.

2037

2038

2039

2040

2041

2042

2043

2044

2045

2046

2047

2048

2049

2050

2051

2052

2053

2054

2055

2056

2057

2058

2059

2060

2061

2062

2063

2064

2065

2066

2067

2068

2069

2070

2071

2072

2073

2074

2075

2076

2077

2078

2079

2080

2081

2082

2083

2084

2085

2086

A Sra. Raquel Willadino Braga (Observatório de Favelas do Rio de Janeiro) – Só queria trazer mais um elemento que reforça o posicionamento deste conselho. No Observatório de Favelas nós trabalhamos com muito mais força no campo da juventude e da segurança, mais de 2008 para cá, temos desenvolvido ações com foco mais específico na adolescência. E na interlocução com os atores vem do movimento de infância e adolescência, muitas vezes há uma resistência forte de travar debates relacionados à segurança justamente por conta dessa perspectiva da proteção integral, de dizer: “Bom, temos que pensar muito mais a partir da promoção de direitos e da proteção do que qualquer debate que possa dar margem criminalização desse grupo”. Então, encontramos resistências também do lado de lá para fazer essa interface. **E eu acho que no momento como esse um Conselho de Segurança se posicionar a contra claramente à redução na maioria penal tem um peso simbólico muito significativo.** Essa é uma luta de muitos anos, é uma luta imprescindível para todos os atores que levam a sério a discussão sobre direitos no Brasil.

O Sr. Rildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos) – A minha fala vai no sentido de manifestar já claramente a aprovação da manifestação redigida em razão do tema de suma importância. Primeiro porque quem propõe a PEC 33 e luta já algum tempo para que haja essa redução nunca trouxe indicadores e elementos concretos de que o problema da violência passa por uma quantidade de adolescentes mais milhões de vezes menores do que o conjunto de outros adolescentes que estão na sociedade que justificassem ter uma medida desse porte e que afetasse toda a juventude e adolescência como um todo. Segundo, porque fica claro que o Estado brasileiro não tem um projeto para a juventude, nem para a infância, nem para a sociedade na medida em que ao invés de nos últimos 22 anos fazer implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente cria uma tentativa como solução rasa do problema, e ineficiente, a redução da maioria penal em detrimento da aplicação integral do ECA que é uma luta de anos que vem sido travada pelas entidades de direito humanos, pela sociedade civil e o Estado não consegue efetivamente demarcar claramente para a nação brasileira qual é o projeto que se tem para esse juventude. Depois quem propõe isso mostra claramente que não quer um Estado acolhedor, ao contrário quer ampliar a exclusão e a desigualdade porque uma pequena parte desses adolescentes que se envolve às vezes em atos infracionais quer traduzir que essa pequena pauta signifique um todo. E isso significa que estamos diante de um Estado que não acolhe. Outra questão que acho importante é que o Estado continua não afirmando direitos e nós de vez em quando ouve os debates dizendo que as crianças e os adolescentes têm muitos direitos e poucos deveres. Ora, isso é uma falácia e um tremendo sofisma porque todos nós sabemos que existe para cada direito um ou dois deveres correspondentes. E enquanto eu não tiver uma sociedade que não afirme direitos eu não vou ter uma sociedade que compreenda a necessidade e respeito e faça os seus deveres. Ainda o que vai contra essa PEC 33 é a noção de que nós não construímos espaços de diálogo para compreendê-lo diferente. Ao contrário, nós construímos sistemas para excluir e expulsar o diferente ainda mais, aprofundando ainda mais o grau de desigualdade que existe na sociedade. Com a PEC 33 estamos demonstrando, o Congresso Nacional demonstrará, se aprovada, que não conhece o seu público que precisa de educar. E ao invés de dialogar que precisa passar pelo processo de educação, e não só formal, mostra que não quer dialogar e não tem nenhuma proposta de educação. E, por último, senhores, a PEC 33 vai no sentido de coisificar as pessoas e sujeitos, como se sujeitos e pessoas fossem coisas. Se vão rebaixar para 16 anos a maioria penal, para quanto rebaixarão a identificação do que significa criança e adolescente neste País. **E missão que está sendo colocada aqui no Conasp é uma missão muito importante e o peso deste Conselho em se manifestar contra a aprovação da PEC 33 reputamos como da maior importância para garantirmos o direito e a igualdade de milhões de jovens e adolescentes que estão em situação de desigualdade.** Não será com punição excessiva, com prisão que nós resolveremos o problema da violência. Afinal esse modelo o conhecemos há pelo menos 500 anos, que se bate, mata, prende como resposta de controle à

2087 violência e nós sabemos não tem resolvido. Nós precisamos pensar é de um outro olhar sobre a
 2088 questão. Então, parabeno aqui o conselheiro Pedro pela manifestação por escrito e solicito a todos
 2089 que manifestem-se a favor dessa manifestação.

2090

2091 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público)** – Chegou
 2092 uma notícia aqui pelo Correio Brasileiro que eles adiaram a votação. E, provavelmente, essa PEC
 2093 não vai ser votada agora. Esse tema que divide muito as opiniões. É a chamada questão política.
 2094 Ontem, naquela fala do representante da OAB ficou uma coisa bem interessante sobre o que é
 2095 racismo. Não, injúria real não é racismo, mas o Congresso pode dizer o que é racismo aquilo que é
 2096 injúria real. Pode tipificar como racismo aquela conduta. Essa é uma decisão de natureza política. O
 2097 que é racismo para o sistema judicial brasileiro pode ser dito. Não está fechada essa discussão.
 2098 Quem diz que é injúria real é a legislação. Na mesma forma, é esse debate. É um debate que divide
 2099 opiniões. Aqui há uma escolha política que vai considerar uma série de elementos. Por exemplo, se
 2100 você olhar o mapa da maioria penal na Europa países como Itália, Alemanha tratando suas
 2101 crianças e são democracias consolidadas. Então, não há de ser considerado isso um retrocesso em
 2102 relação a políticas de defesa das crianças, talvez não seja, agora, que é uma decisão política cada
 2103 país escolhe o seu caminho. Agora, absolutamente você não pode dizer que isso é um retrocesso,
 2104 especialmente, se você for, digamos assim, diminuir de 18 para 16 anos quando aqui os
 2105 adolescentes já votam, têm os seus direitos etc. Então, até que ponto essa discussão podemos fazer
 2106 agora neste momento tão tumultuado? É algo que tem alguns argumentos. As convenções
 2107 internacionais não proíbem o Brasil de fazer isso. Mas, é uma escolha que o Brasil pode fazer. Essas
 2108 convenções de direitos humanos não proíbem de fazer isso. Boa parte do sistema de direitos
 2109 humanos está lá convivendo com países, Dinamarca, França, Alemanha, Escócia. Agora que essa é
 2110 uma questão de opção nossa. Nós podemos dizer que não queremos esse modelo para o Brasil. Nós
 2111 queremos que seja 18 anos por isso e isso. Então, eu contesto algumas bases do argumento, falar de
 2112 convenção internacional, essa coisa toda, que isso impediria, não impede. Se não impediria todos
 2113 esses países que são signatários dessas convenções também de direitos humanos. E eles estão lá
 2114 com as suas legislações. E até que ponto, por exemplo, uma forma de você, a redução da
 2115 maioria penal não pode ser também um elemento de proteção da própria infância e da
 2116 adolescência. Porque existe processo de cooptação de menores, complexos. Então, **o ambiente do**
 2117 **Congresso é algo que vai ser prioritário agora ou até o final de ano, já está fechando a pauta**
 2118 **do Congresso para este ano. E uma PEC tem uma primeira votação, tem a segunda votação,**
 2119 **volta, vai para outra Casa. Então, há realmente a urgência, para agora? Temos que aprovar**
 2120 **isso agora?**

2121

2122 **O Sr. Elder Costa Santos – Fórum Nacional de Juventude Negra – FONAJUNE** - Inicialmente
 2123 gostaria de parabenizar o companheiro Pedro que trouxe essa discussão. **No nosso entendimento,**
 2124 **essa PEC é mais uma tentativa do Congresso Nacional de criminalizar a população negra e**
 2125 **pobre do nosso país.** As crianças e adolescentes negros não têm os seus direitos garantidos e estão
 2126 correndo risco de serem penalizados justamente por isso. Então, é incompatível com a realidade
 2127 nacional a redução da maioria penal tendo em vista que o Brasil não cumpre suas obrigações
 2128 com o segmento para o qual estão querendo reduzir a maioria penal. E para nós isso não é
 2129 novidade porque no Século 19 houve uma redução da maioria penal porque era logo após o
 2130 contexto da abolição e as crianças negras eram alvo da redução da maioria penal. Para nós é
 2131 uma tentativa de prender as crianças e adolescentes e dar continuidade ao processo de extermínio
 2132 dos jovens. Eu conclamo, senhoras e senhores, a se posicionarem sim contrário a essa redução, até
 2133 porque é uma questão de coerência este Conselho vem se colocando durante dois anos contrário a
 2134 todas as políticas de segurança pública que prejudicam setores mais vulneráveis da sociedade. Acho
 2135 que não devemos fechar este mandato sem ter esse posicionamento.

2136

2137 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais –**
 2138 **Fenaprf)** – É coerência inclusive com a 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública. Nós não
 2139 devemos deliberar aqui totalmente contrários àquilo que a conferência priorizou.

2140

2141 **O Sr. Elder Costa Santos – Fórum Nacional de Juventude Negra – FONAJUNE** – Exatamente.
 2142 Então, para finalizar, **eu conclamo o conselho a se posicionar sim cabalmente contrário a essa**
 2143 **PEC 33.**

2144

2145 **O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Cíveis –**
 2146 **Cobracol)** – Eu só quero fazer aqui nosso apoio à ideia do companheiro Elder. Eu acho que o Brasil
 2147 ainda não está preparado para adotar essa política progressista. Sabemos que vamos chegar lá. Se
 2148 não cuidarmos da segurança pública, essa política terá que ser adotada. A partir da insegurança,
 2149 começa a ter essas ideias como criminalizar fosse melhorar a segurança pública. E nós sabemos que
 2150 não vai melhorar coisa alguma. Terão mais imbróglios, vão colocar crianças nas penitenciárias que
 2151 não têm o mínimo de cuidado para adultos, imaginem para crianças. Agora, sabemos que as
 2152 crianças vão ser presas mesmo porque elas estão cometendo delitos de adultos. E muitas
 2153 organizações criminosas estão absorvendo essas crianças para incluí-las no crime organizado, nós
 2154 sabemos disso e não é novidade. Agora, entendemos que o momento não é esse ainda. Nosso Brasil
 2155 que é a 6ª economia mundial, eu acho que é ainda a 33ª potência de ideias voltada à proteção da
 2156 vida humana. **Então, nós somos contrários. Eu já manifestei dando o meu voto** e apoiando a sua
 2157 brilhante exposição.

2158

2159 **O Sr. Everardo de Aguiar Lopes (Rede Desarma Brasil)** – Bem, eu já havia mostrado ao Pedro e
 2160 mostrado a alguns amigos sobre essa questão porque já tem manifestação de várias entidades da
 2161 sociedade civil com respeito a essa PEC. Mas, eu acho que o Conasp tem que se manifestar de
 2162 forma mais explícita por que o que está sendo colocado pra nós hoje? Eu acho muitas vezes
 2163 achamos que o Estado não tem nenhuma política de proteção. Eu acho que tem deficiência da
 2164 política de proteção sim do que diz respeito a crianças, adolescentes do Brasil. Qual é a política para
 2165 esse segmento? É uma política estratégica. Isso ninguém tem dúvida. Agora, temos outro problema
 2166 que é um Congresso extremamente conservador e que está aproveitando a crise da segurança
 2167 pública para bater no governo e nós sofremos com isso. Vejam, algumas questões muito práticas:
 2168 aqui na Câmara do DF, quinta-feira, foi aprovado um projeto legislativo dando porte de armas às
 2169 pessoas que trabalham nas instituições socioeducativas. Isso é uma loucura. A Câmara Distrital tem
 2170 uma política de oposição do governo então encontra um segmento fragilizado, então vamos bater.
 2171 Na quinta-feira de manhã, tivemos uma Audiência Pública na Câmara federal para o pessoal
 2172 vinculado à fábrica de armas, ao pessoal do Viva Brasil, o Bolsonaro e o Fraga, essas pessoas da
 2173 Comissão de Segurança que são totalmente contrárias a qualquer política de direito bateram na
 2174 Campanha do Desarmamento como se esta fosse a política de segurança do Estado, o que não é
 2175 verdade também. Então, ao nos posicionarmos com relação contrária, e aí mobilizar a sociedade
 2176 para que o Parlamento tome uma atitude contrária à PEC 33, precisamos dizer claramente como é
 2177 que está esse Congresso no que diz respeito ao reconhecimento às políticas de direito como você
 2178 falou ali. Essa tem um olhar diferente porque é uma decisão política. Eu concordo muito com o
 2179 Marcos, é uma decisão política sim, Se o governo não tiver aliados como nós, com esses segmentos
 2180 aqui, com essa capilaridade o governo vai ficar acuado porque existe uma crise sim. Não podemos
 2181 fechar os olhos a essa crise. Existe crise de insegurança, existe mortalidade grande, existem crianças
 2182 e adolescentes que cometem crimes, nós não podemos é ficar acuados com isso. Temos que ter
 2183 como argumentos, primeiro, que mobiliza a sociedade, segundo, que dê credibilidade a nós e
 2184 colocar quem é o nosso principal adversário agora que é esse Congresso que, infelizmente, é um
 2185 Congresso que tem feito dessas políticas fragmentadas a sua única ação de oposição ao governo. E
 2186 sofre a sociedade brasileira.

2187
 2188 **O Sr. Vicente Antonio Mariano Ferraz (Conselho Nacional de Secretários e Gestores**
 2189 **Municipais de Segurança) -** Eu quero repetir a fala de conselheiros aqui **para reforçar de que a**
 2190 **diminuição da maioridade penal, na prática, é um projeto que criminaliza a juventude, as**
 2191 **crianças, principalmente a juventude e crianças pobres e negras. Esse é o fato objetivo que**
 2192 **está por trás dessa questão.** Eu represento aqui neste Conselho o Conselho Nacional de Secretário
 2193 e Gestores Municipais de Segurança. Possivelmente entre os gestores de segurança tem aqueles que
 2194 defendem a diminuição da maioridade penal. Agora quem está aqui representando a instituição está
 2195 numa função política estabelecendo uma posição política. Então, respeitando aqueles que são
 2196 contrários, aqui a representação do CONSEIS não tem dúvida de ir de encontro a essa PEC. E acho
 2197 estranho o companheiro Marcos Costa ter dúvida sobre essa questão, com todo respeito. Porque às
 2198 vezes batemos muito nas questões do fortalecimento e o Conasp, são nessas questões que queremos
 2199 saber se o Conasp vai ser fortalecido para valer, colocando o dedo na ferida, entrando nas questões
 2200 de fundo, importantes, que envolvem a sociedade. É aí que temos de posicionar o Conasp. Por isso,
 2201 grande parte de países da Europa tem a maioridade penal aos 12, 14 e aos 16 anos. Isso não quer
 2202 dizer ou é referência para concordarmos. Acho ruim que países europeus tenham a maioridade
 2203 penal aos 12, 14 anos. E o nosso exemplo é mais grave porque grande parte desses países não teve o
 2204 caldo repressivo que temos na nossa história. Eu disse naquela conferência mais de 300 anos com a
 2205 cultura de capitão-do-mato que evidentemente está se fazendo um esforço para mudar, a transição
 2206 democrática talvez demore mais no setor de segurança pública, mas tem feito esforço para mudar.
 2207 De modo que eu quero reiterar aqui, independentemente de quando vai ser votado, se agora ou
 2208 daqui a 10 anos, o Conasp precisa deixar claro para a sociedade a sua posição, se no consensual,
 2209 majoritária, **porque a questão de crianças e adolescentes no Brasil é uma questão**
 2210 **fundamentalmente de políticas públicas, de oportunidades e não de diminuição de maioridade**
 2211 **penal.**
 2212
 2213 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil) –** Temos 5 pessoas
 2214 inscritas. É consenso que votemos agora porque senão vamos perder o quórum? Em regime de
 2215 votação: aqueles que aprovam fiquem do jeito que estão. **APROVADO POR MAIORIA, COM**
 2216 **UM VOTO CONTRA.**
 2217
 2218 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**
 2219 **Estaduais. ANASPRA) –** Eu desejo que conste em Ata que a Anaspra é contrária à redução da
 2220 maioridade penal.
 2221
 2222 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil) –** A moção foi
 2223 aprovada.
 2224
 2225 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio) –** Eu vou fazer o encaminhamento: primeiro, é
 2226 muito importante que essa moção seja vinculada em todos os nossos sites das nossas
 2227 entidades; segundo, a função do conselho é aconselhar o governo nas questões de segurança.
 2228 Isso tem que ir como um documento para o governo para que ele se posicione também
 2229 contrário a essa aprovação porque afinal de contas a maioria dos deputados que lá estão é do
 2230 governo.
 2231
 2232 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil) –** A ideia é
 2233 endereçar essa decisão aqui tomada ao Senado, ao Congresso e ao governo. Nós vamos escolher a
 2234 quem vai ser enviado.
 2235

2236 **O SR. JOSÉ ROBERTO NEVES (Sindicato dos Agentes Penitenciários Federais)** – Parece-me
 2237 que ainda não mudamos a pauta de amanhã. E tem um tema aqui que eu queria pedir o apoio para
 2238 aprovação de uma recomendação para não nos debruçarmos nesse tema amanhã. Eu gostaria de
 2239 fazer hoje ainda para garantia do quórum.

2240

2241 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil)** – Mas, já não tem
 2242 mais quórum. Prepara direitinho e amanhã vamos aprovar.

2243

2244 André – Eu vou ser bem breve até porque vou reiterar alguns argumentos que os colegas
 2245 apresentaram. Eu queria tentar contribuir um pouco para a compreensão do significado político
 2246 dessa PEC e de se colocar contra essa PEC. É claro que do ponto de vista formal, jurídico e em
 2247 contraste com as recomendações e tal, isso não representa nenhum avanço e nem retrocesso em si
 2248 porque as leis na teoria da política jurídica formalista, elas não têm conteúdo, não tem juízo de valor
 2249 e tal.

2250

2251 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil)** – Um momento, por
 2252 favor, nós estamos com quórum. Podemos votar a recomendação do José Neves. Vamos ouvir o
 2253 conselheiro e depois colocamos em votação.

2254

2255 André – O que ela representa em termos de retrocesso político tem dois pontos fundamentais que
 2256 não podemos desprezar e que dependem do nosso contexto e da realidade política brasileira e é
 2257 nisso que temos que focar para discutir esse assunto. Primeiro é que essa proposta se choca com um
 2258 campo de direitos em construção que foi um campo produzido através de lutas e processos de logo
 2259 prazo da democracia brasileira e essa vai contra esses campos de direitos que são os direitos de
 2260 defesa, de proteção de jovens e crianças brasileiros. Isso é um campo fundamental e esse campo foi
 2261 construído por setores mais progressistas, mais democráticos. Outro ponto que não podemos deixar
 2262 de dialogar aqui, que o nosso colega Everardo colocou, é que essa proposta emana dos setores mais
 2263 conservadores e retrógrados da sociedade brasileira. Não vou entrar no mérito da discussão, mas o
 2264 contexto é um contexto sim de retrocesso e de atraso na democracia brasileira porque é uma retórica
 2265 velha, gasta que ainda está muito presente no discurso reacionário no Brasil que confunde direitos e
 2266 privilégios. É como se qualquer garantia de direitos representasse no fim das contas um privilégio a
 2267 determinado setor da sociedade. E não é disso que se trata. Trata-se de defender vidas, de evitar
 2268 mortes, e de ter condições políticas para construir políticas públicas pautadas nessas agendas. Que
 2269 são políticas que ainda engatinham. A nossa posição política não terá necessariamente impacto no
 2270 resultado dessa votação, mas é indispensável que nós nos manifestemos contrário para que mesmo
 2271 tendo sido aprovada haja alguma resistência pública a esse respeito que vai representar atraso na
 2272 construção da democracia brasileira.

2273

2274 **O SR. MÁRCIO DA SILVEIRA MARINS (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays,**
 2275 **Travestis e Transexuais)** – Antes de passar para o Coronel Derner, todos concordam que
 2276 encerremos as inscrições agora desse tema? O Neves ainda tem a apresentação para fazer.

2277

2278 **O Sr. Cel Altair Derner Filho (Conselho Nacional de Comandantes-Gerais das Polícias**
 2279 **Militares e do Corpo de Bombeiros Militares)** – Eu gostaria de concordar com a análise que o
 2280 Marcos fez de que isso não é necessariamente retrocesso. Essa PEC faculta ao Ministério
 2281 Público, ele que é o maior defensor do ECA e dos direitos das crianças e dos adolescentes,
 2282 analisar os casos que poderão ser imputadas a redução penal. Então, penso que sim pode ser
 2283 um fator proteção. Alguém mesmo falou aqui que a maioria dos crimes cometidos não é por
 2284 menores. Então, vamos parar de generalizar as coisas. Penso que o tema atual está tão em voga
 2285 porque é uma demanda da sociedade atual, o ECA com todos os avanços que teve há 22 anos

infelizmente os resultados não conseguimos trazê-los para o lado bom, claro que por falta de aplicação do ECA, da aplicação pelo governo que estão ali preconizadas. Mas, é um tema atual sim, não vejo nada de retrogrado nisso e penso que pode ser um fator de proteção porque uma vez que é, segundo dizem, os crimes praticados pelos menores são exceções, então vamos sim tratar esses que são excepcionais dessa forma, com fiscalização do Ministério Público.

A Sra. Raquel Willadino Braga (Observatório de Favelas do Rio de Janeiro) - Eu me senti muito contemplada pela fala dos conselheiros que me antecederam, em especial do Elder e depois do Mariano, mas eu só queria trazer aqui um elemento que está no texto que precisa refletir um pouco mais, quando falamos de criminalização desse grupo, de que estamos e o que se traduz em termos letalidade de adolescente neste país. Temos acompanhado a evolução dos homicídios na adolescência com recorte específico e infelizmente a cada processo de atualização dos dados o quatro que constatamos é cada vez mais grave. Quando estamos fazendo **essa discussão sobre redução da maioridade penal e olhando para o adolescente como um potencial criminoso, estamos contribuindo fortemente para o acirramento dos índices de homicídios na adolescência e, em particular, dos adolescentes negros, pobres, moradores de favelas deste país. Acho importante reiterar esse registro.** A nossa reflexão tem que ser invertida, tem que ser na linha da valorização da vida e da promoção de direitos.

O Sr. Marcos Fábio Rezende Correia (Coletivo de Entidades Negras) – Eu estava olhando aqui no Código Penal de 1940, no seu Artigo 49: “O juiz atendendo a culpabilidade e os antecedentes, a conduta social, a personalidade do agente aos motivos e circunstâncias do crime, bem como o comportamento da vítima estabelecerá, conforme seja necessário, o suficiente para reprovação e prevenção do crime”. Por que estou colocando isso para discutir essa PEC? Porque é exatamente o que está posto nos dias atuais, ou seja, quando continuamos a discutir, trazemos de volta à baila essa questão do jovem ser tratado como um sujeito que pode ser penalizado por conta de determinado idade, nós sabemos do que estamos falando porque esse Código é uma consequência de uma reforma que penalizava somente negros. Então, não podemos esquecer que se um lado nós estamos aqui tratando em vários debates de como essa população negra é penalizada com essas ações, nós sabemos que quando nós diminuimos a maioridade penal e aí concordo com o Mariano e o Elder, sabemos quem vamos atingir. E essa população já é atingida o tempo todo. Basta vermos nos últimos dados não só no Mapa da Violência, do Ministério da Justiça, todos os dados mostram que a juventude branca, os homicídios com relação a ela, tem caído, enquanto a juventude negra de 2004 até 2012 aumentou 300%, no caso, por exemplo, da Bahia e a média do Brasil foi de 133%. Então, nós não podemos nos furtar a fazer as leituras das entrelinhas do que está colocado sob pena, e aí Marcos Costa eu concordo com você sobre muitas coisas, mas discordo disso, de nós não pensarmos que como nos países que outrora foram denominados de primeiro mundo ou desenvolvidos, que por uma série de elementos não são tão desenvolvidos como deveriam, porque sabemos o que acontece nesses países com relação aos imigrantes, a uma série de elementos que eles julgam absurdos no geral, mas que também eles não têm uma proporção de distorções históricas com os deles como os que temos aqui. Nós não podemos pegar a população da Finlândia, que 90% de brancos e dizer que na Finlândia faz isso. Porém, aqui no Brasil o histórico é que a população negra acaba sendo a maior penalizada quando o tema é esse.

O SR. MARCOS ANTÔNIO DA SILVA COSTA (CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO) – As suas considerações como a do André e a de Elder trouxeram argumentos que não aparecem normalmente porque são argumentos válidos politicamente. Eu disse que essas questões de convenções, de tudo mais, eu acho que não é argumento. Agora, pode ser um argumento sim a realidade que vivemos. **E aí é o que a Raquel disse no sentido de que eventualmente no contexto que estamos em que não há uma política que rebate os**

homicídios neste país, mudar o contexto geral dessa envergadura pode amplificar os homicídios, mas isso nunca aparece às vezes. Isso que foi falado agora no diálogo claro, concreto, a nossa preocupação é que na situação atual não é porque isso talvez seja materialmente ruim, talvez pode estar embutido assim: “Se amanhã o Brasil conseguir daqui a 50 anos chegar num nível que chegou esses países europeus talvez nós cheguemos nisso aqui”, não se fala assim. Por que não se fala assim: “Porque a briga política é pesada e que precisa ir realmente pelo embate e dizer: nós não aceitamos por isso e isso”. Mas, existem outras pautas que são pautas escondidas que são as pautas da realidade. Tanto que eu usei o exemplo do advogado da OAB quando ele diz que é injúria real. Não, aqui da lei é uma decisão política. Política pura, de escolha de qual é o caminho que teremos trilhar.

O Sr. Abelardo Camilo Bride (Associação dos Policiais Militares Estaduais do Brasil – AMEBRASIL) - Senhores, eu tenho uma posição um tanto quanto dúbia com relação a essa PEC. Vejo que todos se preocuparam quando falaram em reduzir a maioria penal de 18 pra 16. Eu não vejo preocupação deste Conselho e o que a Justiça, o Ministério Público, os governantes, os secretários de Educação, de Saúde, de Segurança Pública estão fazendo para que as crianças não cheguem ao crime. É uma minoria, onde é que eles estavam? E aquele menor que passou 30 vezes pela delegacia pelo mesmo crime, assalto à mão armada? Que providência foi tomada? Passa pela delegacia e é jogada na rua de volta. É fácil ser contra a PEC33, é fácil dizer que é contra a redução da maioria. O que nós vamos fazer para que essas crianças não cheguem lá? Depois que elas chegam lá é muito difícil reverter, não estamos fazendo nada para tirar essas crianças da lá.

O Sr. Luiz Carlos Nóbrega Nelson (Departamento de Polícia Federal) – Obrigado, é só uma colocação. Eu vejo a abordagem dessa PEC sob outro enfoque. **Eu só gostaria que não fosse abordado como política de segurança pública. Porque eu vejo como política de segurança pública aquilo que interage no sistema e tem reflexo na sociedade, seja reduzindo os índices de violência, seja melhorando o sistema. Na verdade essa redução de maioria é uma opção legislativa.** Temos um sistema que adotamos a teoria biológica, têm países que adotam a psicológica que valoram uma pessoa, sua capacidade de responder com base no seu grau de entendimento. No nosso não, 18 anos ele responde como maior nas penas do Código Penal, abaixo dos 18 anos estão regidos pelo ECA. Agora, a redução da maioria penal seja para 16, 14, seja aumento para 21 anos não vai ser uma política de segurança porque não vai reduzir os índices de violência. A diferença vai ser no tratamento, se aquele fato tido como reprovado vai se chamar crime, vão dar um nome, ou se aquele fato reprovado vai dar um nome chamado ato infracional do menor. Então, no fundo é uma discussão que tem reflexos sim porque a comunidade negra sobre, os pobres sofrem, quaisquer pessoas sofrem também porque terão um tratamento finalístico diferenciado, vai ser uma pena maior do Código Penal enquanto nos termos do ECA não é naturalmente uma pena, mas um tratamento socioeducativo diferenciado. Mas, ela não reduz índice de violência. Não é política que vai trazer mais segurança para a sociedade e tampouco aprimorar o sistema de segurança pública.

O Sr. Vicente Antonio Mariano Ferraz (Conselho Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Segurança) - De um ponto de vista, vou trabalhar com o ponto de vista seu que não é um tema mais voltado para segurança pública, mas a justificativa se chega ao Congresso Nacional essa PEC é segurança pública. Mas, esse equivoco não é aleatório. É que para os setores conservadores entendem que melhora a segurança pública diminuindo a maioria penal. É só pegar o perfil de quem defende isso no Congresso Nacional e não vai melhorar. Como disse o próprio Bride aqui. Quer dizer, a tua fala só reforça de que o setor conservador da Sociedade Brasileira que se expressa também no Congresso Nacional transforma a questão política pública, política social tudo em questão de segurança pública. Essa questão dá uma resposta imediata,

reativa à crise profunda do setor de segurança pública que não se reforma, que não tem perspectiva de fazer mudanças estruturais, sejam legislativas, sejam de ordem interna de formação, transforma tudo numa resposta de quanto mais dura a legislação penal, nós vamos melhorar a segurança pública, é um engodo, não vai melhorar, o que vai acontecer é que nós vamos ter 200, 300 mil adolescentes presos e a violência vai aumentar e nós criminalizamos e não é qualquer um preso, nós sabemos qual é o perfil daqueles que vão ser presos a partir da maioridade penal, 99.9% são os pobres e os negros.

O Sr. Luiz Carlos Nóbrega Nelson (Departamento de Polícia Federal) – Só para concluir e não de forma divergente, de forma alguma, eu acho pauta de segurança pública se você quer ter um efeito pragmático, segurança pública tem esse viés pragmático, é você se tivesse uma discussão no Congresso, eu acho que o erro vem de lá trazer isso como segurança pública, que seja uma opção, cada país tem a opção de escolher se é 18, 14 ou 16, mas pauta de segurança é você pegar o sistema que você está, analisar e ver: quais as formas de prevenir e quais as formas de ressocializar aquele que delinuiu, o maior, ou quais as formas de socioeducar melhor aquele tido como imputável, a criança ou o adolescente, que você tem um sistema que funcione, isso é sistema de segurança pública, é você trabalhar os sistemas policiais, os sistemas de ressocialização dos indivíduos, mas não uma tratativa que pega na verdade uma carona na segurança pública, porque não é pauta de segurança pública, a redução ou aumento da maioridade penal não vai reduzir a violência, vai ser dado um tratamento diferenciado, mas o fato social tido como reprovável permanece o mesmo.

O SR. MÁRCIO DA SILVEIRA MARINS (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais) – Temos uma solicitação do conselheiro José Neves sobre um ponto que estava na pauta de amanhã que é sobre o sistema prisional, uma recomendação que ele já enviou aos e-mails de todos.

O SR. JOSÉ ROBERTO NEVES (Sindicato dos Agentes Penitenciários Federais) – Bom, pessoal, eu preciso da atenção de vocês, inclusive o Marcos Rezende foi um dos que propuseram aqui a mudança da pauta, e tem um item dessa pauta que acabamos sendo prejudicados, portanto, eu concordando com a inversão da pauta de amanhã, eu gostaria de propor uma resolução na tentativa de tentar contemplar as angústias que nós tínhamos em relação a esse tema proposto. **O tema vem basicamente ao encontro das últimas manifestações do Ministério da Justiça em relação ao sistema prisional e que a partir dessa manifestação vários segmentos ocuparam um espaço muito interessante na mídia sobre as condições do sistema prisional e fizeram com que o Ministério da Justiça criasse um grupo de trabalho para investigação em relação a essa questão. Comissão semelhante foi instaurada na Comissão de Segurança Pública na Câmara dos Deputados para fazer esse mesmo debate.** De forma que entendemos que este Conselho também debate o sistema prisional tendo aqui uma Câmara Temática permanente que discute que nós realizamos aqui uma audiência pública para o aprofundamento desse debate e a partir dela aprovamos algumas recomendações. Então, então hoje nós discutimos muito prestígio ou desprestígio deste Conselho frente ao Ministério e eu vejo a não participação deste Conselho nessa questão ela agrava esse sentimento de desprestígio. Para não ocupar muito o tempo dos senhores, eu vou pedir para o colega colocar essa recomendação e **peço o apoio de vocês, e essa recomendação** até por conta do tema merecia um debate maior, mas o tempo não vai permitir, mas é no sentido de solicitar ao Ministério da Justiça que permita a participação deste Conselho efetivamente acompanhando esse grupo de trabalho para que possamos a partir disso trazer algum substrato aqui para este Conselho. Vamos lá: **“A Plenária do Conselho Nacional de Segurança Pública – CONASP/MJ, em sua 20ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 6 e 7 de dezembro, no uso de suas competências legais e regimentais, conferidas pelo artigo 12 do Decreto Federal 7.413/2010 e pelo artigo 46 do Regimento Interno deste Conselho, e: Considerando as recentes**

declarações de vossa excelência sobre o sistema prisional brasileiro, reconhecendo seus problemas; Considerando que será criado, no âmbito do Ministério da Justiça, um grupo de trabalho para investigar as causas dos problemas no sistema prisional; Considerando que este conselho tem a função de debater sobre temas da segurança, tendo inclusive como uma de suas instancias uma câmara temática específica do sistema prisional; Considerando que este conselho realizou recentemente uma audiência pública sobre o sistema prisional, aprovando, a partir desta, recomendações destinadas a vossa excelência e aos governos estaduais, sobre o sistema prisional, pautadas na primeira CONSEG; PNDH-3; e discussões da audiência pública, e; Considerando o interesse institucional deste conselho; o acúmulo sobre o tema e sua possibilidade de contribuição **RESOLVE RECOMENDAR** ao Ministro da Justiça que permita a participação de representantes do Conselho Nacional de Segurança Pública (Conasp) junto ao grupo de trabalho do Ministério da Justiça, que vai investigar os problemas do sistema prisional”.

O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP) - Neves, por que você não faz uma decisão colegiada e diz que o Conasp manifesta interesse em participar?

O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Vice-Presidente) (Rede Desarma Brasil) – Estamos prontos para votação. **APROVADO.** Até amanhã às 9 horas. É isso.

07/12/2012

MANHÃ

O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil) - Mediador – Bom dia a todos e todas, vamos iniciar nossa reunião mesmo sem quórum. Mas nós estamos **com uma oportunidade rica de ter a devolutiva experiência de Pernambuco da nossa conselheira Célia Rique** e ela não queria falar, mas nós a convencemos, devido à importância que tudo foi feito. Antes de passar a palavra a Célia para fazer isso nós gostaríamos de corrigir o equívoco que cometemos ontem que foi da falta de apresentação do coronel Altair Derner pedimos desculpas em nome da presidência, ontem foi um dia um pouco atribulado. Então, coronel, nossas desculpas e está aberto, eu gostaria que tivesse a palavra para ouvirmos a sua voz.

O Sr. Cel Altair Derner Filho (Conselho Nacional de Comandantes-Gerais das Polícias Militares e do Corpo de Bombeiros Militares) – O CNCG, pelo menos não vai ser penalizado pelo decreto que manda ter a rotatividade nas entidades, eu estava conversando com o Bide, isso não vai nos atingir porque por estatuto que nós pretendemos alterar, já mandamos aos conselheiros, o mandato do presidente é por um ano, a diretoria que ele constitui com direito à reeleição, então no caso de haver uma reeleição é no máximo por dois anos essa diretoria executiva permanecerá participando do CONASP, o coronel Nazareno participou da reunião anterior e por questões de agenda ele não pôde continuar a participar desta e deixou o primeiro suplente, mas, enfim, eu me considero apresentado, ontem conversei com todo mundo, até porque também cheguei um pouco atrasado ontem, mas estamos aí para tocar a discussão e colaborar no que for solicitado.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil) - Estamos felizes com sua presença. Conselheira Célia.

A Sra. Célia Dantas Gentile Rique (Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares – GAJOP) – Bom dia a todos e todas. Primeira coisa que eu queria de comentar com todos os presentes é que ontem nós fechamos que nosso expediente da manhã seria ocupado com a função, **com a tarefa importantíssima que é o nosso balanço político das nossas realizações. Então, eu continuo afirmando que isso é que é importante para ser tratado**, mas, do ponto de vista dos nossos compromissos coletivos, nós discutimos o projeto da 1ª CONSEG e fizemos acordo a respeito da realização das consultas nos estados etc. De forma que cumprindo com esse acordo coletivo nós fizemos os nossos encaminhamentos e como já tinha falado anteriormente havia uma mobilização inicial da sociedade civil porque a Secretaria não nos dava resposta positiva desse engajamento de junho até outubro, de forma que ela veio a se engajar em outubro, **mas, resumidamente, o que eu queria falar para os senhores que o processo desencadeado realmente envolveu aquilo que a proposta diz respeito de pigmentos e envolveu desde o compromisso da mobilização com a realização, definição da metodologia, processo de discussão, todas as etapas, inclusive com os gastos** que aconteceram, o GAJOP teve que rachar com a Secretaria despesas de almoço e de vale-transporte do movimento popular. Bom, **o fato é que nós conseguimos essa integração e garantir aquilo que é o espírito desse projeto, a consulta é simplesmente uma etapa uma da conferência, ela não substitui a conferência e tem um papel fundamental de mobilizador**, faz quatro anos que nós não abrimos esse debate em torno de conferência, então retomar esse processo é uma tarefa bastante grande, desafiadora e nós já fizemos uma espécie de exercício, de ensaio bem-sucedido a respeito disso. Houve um envolvimento muito grande inclusive do movimento popular, com os representantes de trabalhadores da segurança para a condução desse trabalho, me parece que foi muito interessante, nós tivemos um diálogo e isso já oportunizou que há uma movimentação já se preparando para a constituição da comissão organizadora **quer dizer quando o CONASP chegar a Pernambuco para implantar, vai encontrar uma coisa bastante latente**. Nós fizemos uma programação e uma metodologia de trabalho absolutamente cumprindo roteiros do projeto preliminar. No que diz respeito àquilo que nós queremos saber, razão pela qual se faz a consulta, que é a resposta, a apreciação, a coisa mais difícil era fazer com que as pessoas não entendessem que a consulta é a respeito do modelo de como melhor fazer uma conferência e as pessoas já queriam substituir pelo processo de Conferência direta. Então, isso é uma coisa mais difícil para se esclarecer, porque é um movimento inteiramente novo, as pessoas não conhecem ainda esse processo democrático dessa consulta que antecede. Bom, o que gostaria de dizer do ponto de vista dos eixos temáticos houve uma discussão muito rica e se vocês quiserem ver de houve contribuições significativas de desdobramento e de uma necessidade de ampliação dos eixos para garantir certa coerência e melhor abordagem das questões que foram objetos da atenção. Quanto à metodologia, tiveram duas questões cruciais e que envolveram a questão do consenso, uma, é a questão do processo eletivo municipal, quer dizer, ninguém aceita não fazer conferência municipal, seja via consórcio de municípios, seja regiões administrativas, aquele critério dos municípios de índice de maior a violência, dentro dos 77 maiores do Brasil o pessoal nem entende aquela questão e rejeita vigorosamente, o consenso é geral, não admitem aquele tipo de coisa. A outra questão em relação a esta organização.

A Sra. Raquel Willanido Braga (Observatório de Favelas do Rio de Janeiro) – Quereria saber se teve demanda e de que as municipais fossem eletivas ou não, se a demanda é que tenha conferência em todos os municípios.

A Sra. Célia Dantas Gentile Rique (Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares – GAJOP) – Não que elas sejam eletivas em conjunto. Agora eles acordam que seja via consórcio que nós não vamos fazer isso nos 184 municípios de Pernambuco e tem estado como Minas que tem mais de 700. Pois, é então essas coisas são difíceis, é por consórcio, por região político-administrativa, tudo o pessoal aceita, mas que saia uma base de representação municipal.

2535 Pois é... (*intervenções fora do microfone*) Não, para estadual que isenta em um processo seletivo
 2536 para estadual.

2537

2538 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio)** - Fundamental essa sua devolutiva justamente
 2539 naquilo o que nós vínhamos pensando e fomos derrotados aqui. **A minha pergunta é se de alguma**
 2540 **forma isso pode nos ajudar a minimizar esse problema porque, certamente, isso vai se repetir**
 2541 **em outros municípios, você vai ver que as pessoas querem participar, querem votar** enfim. A
 2542 pergunta é se nós temos como já com essa regra aprovada resolver essa questão?

2543

2544 **A Sra. Célia Dantas Gentile Rique (Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações**
 2545 **Populares – GAJOP) – O** detalhamento foi feito. Nós tínhamos inicialmente quatro eixos
 2546 temáticos, eles se desdobraram, se ampliaram. E o interessante, por exemplo, no primeiro eixo quer
 2547 dizer, tudo o que diz respeito à gestão democrática e o controle social, todo aquele desdobramento
 2548 foi separado e foram produzidos mais dois, a questão do financiamento é um desdobramento de um
 2549 eixo como um assunto específico considerado de maior importância e não quer envolver com mais
 2550 nada ele precisa ser discutido de *per si*, isso já tem uma visão essas questões. Mas, se quiserem ler e
 2551 acompanhar, e tirar cópia, façam como quiser. E o interessante é que no final como a devolutiva era
 2552 a primeira questão a ser dentro da proposta metodológica, o Recife não tem um relatório do que foi
 2553 a conferência de Pernambuco apesar daquela enorme produção de um ano e meio nós produzimos a
 2554 conferência, a primeira conferência trabalhando um ano e meio. De forma que criamos um modelo
 2555 metodológico, tudo mais, mas após esse trabalho da Comissão Organizadora ficou a cargo da
 2556 Secretaria, porque inclusive o material foi gravado e tudo, pois não se tem esse relatório. **Mas tem**
 2557 **uma coisa muito interessante que eu acho que foi dado conhecimento, se colocou ao nível de**
 2558 **domínio público que até então era privado, reservado da administração que o compromisso**
 2559 **político com a conferência não é uma ação, não é um evento, é um compromisso político com a**
 2560 **sociedade e que não foi registrado**, não foi devolvido à sociedade o que se passou exatamente o
 2561 encaminhamento a respeito das decisões todas tomadas, ninguém conhece esse conjunto ainda de
 2562 decisões de Pernambuco. **Bom, o fato é que tem uma moção foi finalizada, uma moção em**
 2563 **defesa do encaminhamento para a instalação do Conselho que inclusive há uma rejeição**
 2564 **muito forte** de que as pessoas presentes, os participantes exigem que realmente o Conselho exista e
 2565 exerça a função do Conselho entre outras coisas é exatamente é instalar a conferência, isso acontece
 2566 com todos os conselhos de políticas públicas sua função e o pessoal não aceita, queria essa próxima
 2567 conferência resulte de um decreto, como foi o caso da primeira do governador, o pessoal está
 2568 assumindo isso. De forma que, pelo menos do ponto de vista da mobilização, nós voltamos a
 2569 exercer um papel pedagógico importantíssimo que é a retomada do diálogo a um conjunto da
 2570 sociedade a respeito do que é a construção de uma política de segurança pública, para mim é isso. E
 2571 outra, retomando a conversa de ontem, eu acho que fazer as conferências ou lutar por esse projeto é
 2572 lutar pelo encaminhamento e a concretização de conferências, eu acho que isso é um papel político
 2573 fundamental deste Conselho, **porque conferência não é uma questão simplesmente de uma**
 2574 **decisão administrativa deste conselho, conferência é uma conquista da sociedade**, se reporte a
 2575 Constituinte de 88, nós garantimos na nossa Constituição cidadã o artigo do direito da participação
 2576 da gestão pública através de canais políticos institucionais já está previsto consagrado na
 2577 Constituição, não é mais a administração pública não, nós somos simplesmente os facilitadores para
 2578 que as conferências se realizem. Cuidado para nós não invertermos exatamente a ordem das coisas.

2579

2580 **A Sra. Raquel Willanido Braga (Observatório de Favelas do Rio de Janeiro) –** Bom, primeiro
 2581 o queria parabenizar o GAJOP, eu acho que esse exercício que foi feito em Pernambuco foi
 2582 extremamente relevante para nossa construção, fico também muito feliz de ver que apesar dos
 2583 percalços que nós temos avaliado aqui ainda existe uma mobilização local lá muito significativa
 2584 nesse campo que é resultado de um processo que teve um envolvimento grande de muitos atores.

Então, mais uma vez, Pernambuco mostra a força da mobilização social, eu acho que isso é muito significativo. Acho que, e aí pensando no caso do Rio de Janeiro, nós temos quatro aqui, nós temos uma organização de Pernambuco, no Rio nós temos quatro organizações, que têm peso local e de alguma maneira nós travamos na hora em que o diálogo com a Secretaria não foi na forma que nós esperávamos, e aí Célia você tem toda razão, a conferência definitivamente não têm que depender disso, nós temos o exemplo das conferências de direitos humanos que foram tocadas durante muitos anos sem o governo, chamadas pela sociedade civil em diálogo com a Comissão de Direitos Humanos. Então, só dizer que eu tenho 100% de acordo com a tua avaliação, eu acho que a devolutiva que você traz aqui é muito importante nesse momento de pensar o horizonte de trabalho para o Conselho no próximo mandato e como é que nós tocamos esse processo de construção das conferências em um nível mais local. Em relação a esclarecimentos, **eu queria que você falasse um porque mais sobre o que apareceu no ponto de vista dos eixos, você disse que teve uma demanda de ampliação, não ficou claro para mim se o que houve foi uma qualificação mais precisa do conteúdo dos eixos propostos ou a solicitação de que nós tivéssemos novos eixos do desenho.**

A Sra. Célia Dantas Gentile Rique (Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares – GAJOP) – Olhe, a qualificação das temáticas exigia um desdobramento daqueles eixos para uma melhor organização da abordagem dos temas como foi, por exemplo, o eixo primeiro que tem um enunciado é enorme e ficou bastante claro que toda a parte relativa gestão democrática e controle social foi garantido em um eixo só, os demais desdobramentos que nós tínhamos no primeiro eixo, 21 vocês estão lembrados, eram 21, parecia um jornal de assuntos a serem tratados, então eles foram desmembrados em mais dois. Positivamente, teve esse tipo de conteúdo agora se vocês quiserem ver, a coisa que eu estou me lembrando da questão do financiamento que foi uma coisa muito bem posta e exigida que fosse trabalhada com o índice especial da política do sistema de segurança pública. Tem mais alguma coisa?

O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares Estaduais. ANASPRA) - Célia, por favor, em relação ao público participante, você teve como diagnosticar se foram participantes que fizeram parte da Conferência Nacional, da estadual ou é um público novo que está entrando agora? Em relação aos trabalhadores, houve alguma participação, ela foi oficial, eu digo, você procura no comando ele determina ou ela foi voluntária?

A Sra. Célia Dantas Gentile Rique (Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares – GAJOP) – Olha, é voluntária porque veja, eu identifico no que diz respeito a alguns gestores e à representação dos trabalhadores da segurança, sobretudo, o pessoal que estava compondo a Comissão Organizadora Estadual é o mesmo pessoal que endossou e apoiou. Do ponto de vista do movimento popular das entidades aí era muito misturado, tinha gente nova porque inclusive as nossas bases, a nossa dinâmica também se amplia, se renova. E o interessante é que nós não fizemos mobilização dirigida a municípios, nós não tínhamos como bancar isso, mas por conta desse trabalho de base nós tivemos muito dos municípios da região metropolitana presentes, isso é que foi interessante, foi uma mescla de gente que nunca tinha participado de conferência ou de política pública da segurança, outros que já tinham esse tipo de acúmulo, mas o que é interessante é que a sua grande maioria traz um acúmulo de experiência de ser participante, até de delegados de outras conferências de políticas públicas, isso é muito interessante porque enriquece a nossa experiência.

O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio) – Eu queria também parabenizar o GAJOP e dizer que nós temos realidades também bastante diferenciadas em nossos estados, nós estamos já há alguns anos em uma luta imensa lá no Rio de Janeiro para constituir um Conselho Estadual de

Segurança Pública, viemos no embalo da primeira conferência e até hoje efetivamente nós não conseguimos, temos essa dificuldade lá, mas achamos que este momento agora de articular a segunda conferência aí para além dos limites que temos com relação à Secretaria de Segurança, eu acho que é uma oportunidade ímpar para nós, efetivamente, conseguirmos mobilizar a sociedade, os trabalhadores, nós, de fato, conseguirmos implantar o Conselho no Rio de Janeiro, **a pergunta que eu gostaria de fazer, Célia, é tem como você nos manda por inscrito essas suas percepções, não precisa ser relatório completo, porque isso vai nos ajudar muito em nossos estados.**

A Sra. Célia Dantas Gentile Rique (Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares – GAJOP) – Pois não, posso fazer o relatório e vocês levarem cópia, eu teria de encaminhar para a Comissão Técnica, responsável de mobilização de conferências. Então, pessoal, quem é que está aqui da comissão?

O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares Estaduais. ANASPRA) – Eu acho que é Garcez, Raquel, eu, Almir, Eliana.

A Sra. Célia Dantas Gentile Rique (Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares – GAJOP) – Pois é, se você puderem passar para identificar em alguma daquelas fotos, a pessoa que era gerente da Secretaria, a gerência de participação social, foi ele o envolvido que tinha sido um dos nossos companheiros da equipe de coordenação passada, ele está na mesa fazendo a abertura. E foi muito diferente e diversificada essa participação, tinha uma representação multi, a pluralidade da representação que estava lá. Muitos, até crianças, grupo de crianças e adolescentes.

A Sra. Célia Dantas Gentile Rique (Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares – GAJOP) – É Ari Cunha, você conhece.

O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais – Fenaprf) - Gostaria também de parabenizar a Célia, foi um trabalho muito bonito esse que você está apresentando e inspira também a que cada um de nós reproduza em nossos estados, claro que temos dificuldades enormes como você também teve. Eu quero até conversar mais com você até para saber como posso também realizar essa consulta lá em Tocantins. Gostaria de registrar aqui parabéns por esse trabalho.

Sr. Elder Costa Santos (Fórum Nacional de Juventude Negra – FONAJune) – Bom dia, todos e todas, desculpa pelo atraso, conselheira Célia, queria parabenizar pela iniciativa, dizer que isso inspira a nós da Bahia a realizarmos. **A minha pergunta é o seguinte: perante o público foi possível perceber a presença de segmentos que são historicamente excluídos e que tem interesse em discutir essa questão, por exemplo, a juventude, população negra, como foi essa questão dos segmentos? E a segunda pergunta é: qual é a avaliação do público em relação aos encaminhamentos da Primeira Conferência?** Que não tem como discutirmos a segunda sem que o público se manifeste perante os encaminhamentos da primeira Conseq, o que eles avaliam como avanço e retrocessos?

A Sra. Célia Dantas Gentile Rique (Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares – GAJOP) – Bom, em relação a esse e vamos dizer mosaico diferenciado. plural nós temos, mas nós tivemos a mobilização que nós tivemos fôlego para fazer. Tinha representação de juventude em geral, a juventude negra, através mesmo como movimento negro tinha do Observatório Negro, agora não se teve uma amplitude que nós tivemos durante a conferência, nós

colocamos 1.500 representações da sociedade civil organizada na primeira conferência, tendo outras condições evidentemente e o tempo também que era reduzido, mas teve uma diversidade muito grande, inclusive como estava dizendo, nós não tínhamos condições de fazer a abordagem municipal, mas por conta das relações que nós estabelecemos a a partir das diversas articulações, nós tivemos representantes de municípios da região metropolitana. O que este senhor (foto) que é o gestor público, ele nos prometeu, estava na agenda durante apresentação que deveria ter sido apresentado este relatório, o relatório da 1ª Conseg todas as decisões tomadas que até hoje, eu pelo menos sei apenas de alguns pedaços, coisa fragmentada, ninguém conhece porque esse relatório não foi publicado e, de fatod eles disseram que iriam apresentar, que mandariam a cópia para todo mundo e também não apresentaram, de forma que eu acho também interessante, nós já conversarmos isso, **a conferência é um compromisso público e político do senhor governador que instalou a conferência, através de um decreto então a conclusão, até o relatório também é, então está faltando para a sociedade o cumprimento de um compromisso público e isso se tornou evidente durante essa ocasião.**

O Sr. José de Ribamar de Araújo e Silva (Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia – FNOP) – Bom dia a todos. Eu queria cumprimentar também a Célia, nunca é demais, e dizer que talvez nós tivéssemos aprendido com vocês porque nós fizemos um esforço muito grande de fazer com a instância da Secretaria de Segurança Pública do Maranhão, e lá no Maranhão tem uma singularidade nesses três anos mudou de governador para governadora de uma forma muito traumática e de secretário três vezes, e nós tivemos que cantar o bê-a-bá todinho até para dizer que a conferência é um dever do estado, é uma obrigação de estado e não avançamos muito, deveríamos ter ousado mais e espero fazermos isso nessa direção. **A minha pergunta é: que compromisso prático se estabeleceu a partir dessa devolutiva nesse intervalo que compreende até a conferência, seguramente isso foi muito mobilizador é que compromissos práticos se agendaram até para que essa cobrança?**

A Sra. Célia Dantas Gentile Rique (Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares – GAJOP) – Olha, já tem uma pequena agenda com um calendário, o começo de janeiro de retomada porque há uma mobilização e até compromisso dos representantes dos três setores de se prepararem enquanto comissão organizadora, quer dizer, quando nós instalarmos oficialmente a conferência em Pernambuco já contamos com a base mobilização de interessados em constituir as tarefas da Segunda Conseg, eu acho que isso é uma coisa fundamental. Outra coisa é a moção em torno da cobrança para que o Conselho seja realmente seja instalado. São duas decisões políticas muito importantes.

A Sra. Raquel Willanido Braga (Observatório de Favelas do Rio de Janeiro) – Célia, a intervenção do Elder me fez lembrar os dois pontos que tínhamos pensado em incluir no processo de consulta da última reunião, daí eu gostaria de saber se vocês fizeram lá, primeiro era justamente uma devolutiva nossa sobre o monitoramento das deliberações da Primeira Conferência Nacional e o segundo um certo balanço do que foi esse processo do mandato do CONASP e aí eu queria saber se vocês chegaram a fazer esse nível de diálogo ou se a consulta ficou focada mesmo no projeto da conferência.

A Sra. Célia Dantas Gentile Rique (Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares – GAJOP) – Ficou focada mesmo na discussão do projeto porque o tempo era muito pequeno não dava para fazer uma tarefa tão grande como vocês viram na apresentação nós fizemos dez encontros só depois da organização dos três segmentos, é muito encargo para uma entidade pequena, cheia de acúmulos, que todo mundo sabe. Então, de qualquer modo, eu acho que esse diálogo em torno da importância da conferência e da importância que tinha essa consulta

porque ela se afirma como um processo cada vez maior e melhor de democratização do processo de Conferência, nós não vamos simplesmente instalar a segunda CONSEG, nós estamos fazendo o envolvimento na discussão desse modelo e eu acho que isso ficou percebido porque já existe movimentos semelhantes em relação à educação, há toda uma mobilização para que se façam as discussões prévias do modelo e da conferência sobre igualdade racial. Bom, eu queria dizer aos meus novos que chegaram a pouco que eu comecei a fazer essa conversa simplesmente prestando contas, muito rapidamente, de um compromisso coletivo, é a única intenção, porque eu estou bastante ciente do nosso acordo de ontem, nós vamos ocupar nosso expediente de hoje de manhã com uma coisa importantíssima que é o nosso balanço político. Eu não estou ocupando espaço do nosso calendário não, era simplesmente passar conhecimento e prestar contas, eu sou membro de um coletivo, se eu faço acordos coletivos, eu obrigação de cumpri-los.

O Sr. Marcos Fábio Rezende Correia (Coletivo de Entidades Negras) – Bom dia a todos e todas, Célia, não precisa nem falar sobre isso porque você representa para nós o que você fez com certeza e de forma alguma ocupou tempo, mas nos deu a dimensão do trabalho que esse Conasp deveria fazer cotidianamente, que é atingir as bases, trazendo retorno e levar de volta as contribuições de segurança pública, parabéns nós nos sentimos orgulhosos pela competência do trabalho.

O Sr. Rildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos) – Então, nós também queríamos parabenizar a Célia e dizer que a Célia deu uma grande contribuição no sentido de ter construído para nós nas consultas públicas uma matriz. Matriz de um processo que a democracia ela foi de fato garantida nesse processo lá de Pernambuco e que houve a participação dos três segmentos e isso foi fundamental para que a segunda conferência ocorra e que traga de fato uma grande expectativa, ajustes em relação à primeira e um direcionamento político enquanto políticas públicas de segurança pública. Mas, eu queria dizer aos conselheiros que talvez em muitos estados que estão representados aqui neste Conselho e eu não sei como esta comissão vai atingir esses estados que têm aqui a representação no Conselho e que essa experiência da Célia pudesse nos servir de matriz, pelo menos essa é a proposta que o movimento nacional vai levar para seus filiados nos estados que não têm representação aqui, dessa consulta pública dessa segunda conferência. Então, nós só agradecemos essa contribuição da Célia.

A Sra. Célia Dantas Gentile Rique (Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares – GAJOP) – Eu agradeço as palavras de todos vocês, mas nós precisamos lembrar de uma coisa **que é anterior a tudo isso que foi a existência do projeto preliminar e todos nós concorremos com a elaboração desse projeto preliminar.** Não existiria essa consulta se não houvesse uma intenção de aperfeiçoamento desse processo e se não houvesse a força, determinação de montar e de fechar esse projeto preliminar. Eu acho que eu só vim mesmo cumprir parte de um acordo e comigo estiveram presentes várias pessoas. **Precisamos nos lembrar que um trabalho a ser, inclusive, relatado como um dos itens do nosso desempenho aqui no Conasp, pois é exatamente a elaboração desse projeto preliminar.**

O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares Estaduais - ANASPRA) – Bom, acho que eu sou o último inscrito e aí voltamos à pauta. Célia, primeiro agradecer e reconhecer a *mea culpa* como integrante da mesa, quando ontem você uma das primeiras falas suas, apresenta esse relatório e faltou-nos a sensibilidade de oportunizar, naquela ocasião, que você fizesse a demonstração desse trabalho. Se nós queremos o respeito do governo para com o Conselho, se nós não dermos o respeito a nós mesmos pelos trabalhos por nós reproduzidos, como exigir do governo que ele respeite o Conselho? Então, fica aqui a *meã culpa*

enquanto integrante da mesa de não ter tido a sensibilidade ontem naquele momento quando você apresenta o relatório e é fundamental se nós queremos cobrar do governo, se teremos ou não a conferência, quando aquilo que pactuamos de que haveria as consultas públicas nos estados ou se apresenta o relatório e nós não tivemos a sensibilidade de que, naquele momento, oportunizar essa apresentação. Você até o presente momento foi a que cumpriu o pactuado, evidentemente que houve todo um pré-projeto que foi trabalhado, aprovado pela plenária, mas, eu faço a *mea culpa* que se tivéssemos tido essa sensibilidade ontem, teríamos tido essa apresentação ontem, e se eu não dialogo com você hoje, agora pela manhã, para que você fizesse a apresentação este Pleno iria embora para casa sem conhecer o magnífico trabalho que você fez e, principalmente, você cumpriu aquilo que foi pactuado na plenária porque para nós é muito fácil cobrarmos um posicionamento devolutivo de decreto, devolutiva de conferência em nós mesmos não valorizamos neste ato o seu trabalho que foi em cumprimento aqui pactuado. Parabenizo pelo trabalho que foi desempenhado e eu não tenho dúvidas que isso aí será, sim, um balizador para as de mais conferências públicas que acontecerão, então, parabéns pelo seu engajamento porque você demonstrou, e eu me recordo muito bem que você contextualizou se seria importante, se teríamos tempo, você deixou muito claro de que talvez não houvesse tempo, disponibilidade, recursos, e com todas as dificuldades você demonstrou naquele período você foi a única que fez até o presente momento a consulta pública. Então, fica o registro do seu trabalho, da importância que tem para nós evidentemente o relatório pelo que você disse será disponibilizado e nos balizará muito. Muito obrigado.

A Sra. Célia Dantas Gentile Rique (Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares – GAJOP) – Só um lembrete, eu acho que o Rio Grande do Norte também fez no dia 26 de novembro, vocês estão lembrados? Geraldo Wanderlei já apresentou o esquema metodológico e seria bom se ele falasse a respeito disso também.

O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares Estaduais - ANASPRA) - Então, se ele chegar nós pedimos, eu me retrato. Acho que também deveríamos solicitar a ele que fizesse uma síntese porque é um acúmulo para aqueles que não fizeram, então se não houver nenhum mais inscrito, podemos passar à pauta. Algum problema? Gandra, por favor.

O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Civis – COBRAPOL) - Eu só queria cumprimentar a colega conselheira, eu acho que o exercício que ela fez demonstra a todos nós que é possível se houver vontade e empenho de cada um de nós, eu acho que se fôssemos assim, deixássemos de lado as questões do governo, que o governo não nos apoia. O que a colega Célia realizou com responsabilidade e denodo lá no seu estado, eu acho que é possível, sim, nós mobilizarmos, não só a equipe ficou incumbida de fazer essas mobilizações em seus respectivos estados, mas todos nós temos sim essa condição, até nós enquanto entidade classista, Marcos, eu acho que é importante nós começarmos a levar para nossas bases e para nossas entidades essas possibilidades de investir mesmo financeiramente para bancarmos esses encontros, nós conseguimos mobilizar as nossas categorias e as categorias, certamente, conseguiremos mobilizar as secretarias e quem sabe lá os movimentos sociais para que nós possamos junto realizar esse trabalho, eu acho que o trabalho da Célia merece todo nosso respeito, todo respeito da Confederação dos Policiais Civis, muito obrigado.

O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares Estaduais - ANASPRA) – Mais alguma ponderação? Por favor, então vamos retomar a pauta e se compactuar nós discutiremos agora o relatório, não é isso? Então, nós já deixamos claro que não tem nenhum modelo de relatório preestabelecido, a não ser uma sugestão da Eliana que trouxe a sua estrutura e aí nós temos que retomar ao diálogo de ontem quando foi proposto inclusive pelo

conselheiro Marcos Costa e referendado por alguns outros de que não se tratasse apenas meramente de um relatório cartesiano, ou seja, aquele que tivesse a sua conotação política para além daquele que for a quantas moções, quantas audiências, então, **o que nós precisamos agora discutir é esse relatório. Se ele será feito já de pronto, se será dado um novo passo a partir das diretrizes ou se inclusive eu conversei com alguns ontem, talvez em face da exiguidade de tempo e aí é uma proposta que vai ser aberta à discussão é de que as falas dos conselheiros em um determinado momento lincássemos como relatório da sua entidade e fazendo a sua avaliação porque isso fica registrado na ata pela estenotipista e aí ele faz avaliação**, ou então nós vamos ter que sistematizar através de alguém, não sei. Então, precisamos discutir agora é esse formato do relatório, então, tem só um esqueleto, gostaríamos de apresentar no mínimo para ver se há um consenso, se não há, se vai modificar ou não, porque se for superado nós vamos para outra fase, é a proposta de como vamos trabalhar isso aqui agora.

O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio) – Eu creio que não há uma tarefa muito fácil, **mas eu acho que se nós partirmos com o que já tem aí colocados, o roteiro**, alguma coisa que nos ajude, eu acho que é uma coisa importante, **isso é a primeira pontuação. A segunda eu acho que é fundamental que cada conselheiro ao fazer o seu balanço, avaliação do conselho, faça também da sua participação, enquanto entidade, enquanto membro do Conselho, tenha essa preocupação também de se colocar, como também avaliador de si mesmo. E terceiro é fundamental que desse processo nós tenhamos uma nota pública desse balanço, porque é fundamental que nós externize isso, ficar apenas entre nós talvez não seja tão produtivo, é importante que a sociedade saiba qual foi o balanço que cada um fez de si mesmo.**

A Sra. Raquel Willanido Braga (Observatório de Favelas do Rio de Janeiro) – Em relação a isso lembrar que a partir da proposta de estrutura que a Eliana enviou, tiveram contribuições da Célia e seria importante que fossem consolidadas, como proposta preliminar.

O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares Estaduais - ANASPRA) – Vamos olhar, se não tiver, nós abrimos o e-mail aqui e salva, porque a Célia mandou a *posteriori* à Eliane, nós estávamos reunidos na quarta-feira de manhã quando abri e-mail. Acho que você deve ter mandado na terça-feira a noite ou quarta-feira de manhã e nós já tínhamos aberto o da Eliane, nós acrescentamos as suas sugestões a esse para ver qual vai ser o formato.

O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público) – Eu creio que talvez nós pudéssemos **ir para uma decisão colegiada com o subtítulo Avaliação Biênio 2011/2012 e numa página você dizer o que tem que ser dito politicamente.**

A Sra. Raquel Willanido Braga (Observatório de Favelas do Rio de Janeiro) – Eu vejo dois movimentos possíveis aqui, eu acho que tem, de novo retomando, **uma dimensão técnica e política desse balanço para nós sairmos com uma nota de posicionamento público.** Talvez nós tenhamos condições aqui de circular um pouco a palavra e entender o que é consenso e o que poderia sair como um posicionamento para fora deste mandato num texto de uma página, isso é uma coisa. **Tem outra coisa que é um balanço mais minucioso do que este Conselho produziu e aí eu acho que precisaria passar e aí o próprio trabalho que o Heder realizou no âmbito da monografia dele tem uma contribuição importante que já tem todo um estudo, leitura das atas, enfim, para nós fazermos com mais seriedade o reconhecimento do que esse Conselho também conseguiu construir ao longo desses dois anos.** Eu acho que para hoje não há tempo hábil de realizar isso, mas se houvesse um grupo que se disponibilizasse a trabalhar em um prazo mais estendido fosse interessante ter um relatório de caráter mais técnico e que olhasse com mais

2885 cuidado ponto a ponto o que nós produzimos, o que nós formulamos, o que nós conseguimos
 2886 recomendar, o que nós conseguimos encaminhar e implementar.

2887

2888 **O Sr. Pedro Paulo Bicalho (Conselho Federal de Psicologia)** – É só uma sugestão, nós
 2889 precisamos agora de nos debruçar sobre o que nós fizemos, **acredito ser importante nesse mesmo**
 2890 **relatório que nós façamos encaminhamentos para a próxima gestão, eu** acho que essa pode ser
 2891 uma boa oportunidade, um bom fruto que o trabalho que nós vamos fazer hoje pode deixar para a
 2892 próxima gestão não exatamente pensar no registro do que não foi feito, mas do que nós pensamos
 2893 para fazer.

2894

2895 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio)** – Só para reforçar essa ideia da Raquel de ter um
 2896 grupo de trabalho que dê sustentação para esse diálogo que vai ocorrer aqui agregado à proposta do
 2897 Pedro que eu acho que é fundamental deixar esse legado para o próximo mandato, é só reforçar
 2898 isso.

2899

2900 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**
 2901 **Estaduais - ANASPRA)** – Nós colocamos na estrutura do relatório. Então, nós temos aqui duas
 2902 propostas, se não houver nenhuma outra, **a primeira é a do Conselheiro Marcos Costa de um**
 2903 **relatório de uma página de um posicionamento político e a outra de um relatório mais**
 2904 **estruturado de atividades envolvidas.** Eu saber em qual nós vamos trabalhar primeiro, porque são
 2905 duas propostas, se uma vencer a outra...

2906

2907 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio)** – Eu acho que a ideia é apresentar é o que já foi
 2908 feito pela Eliana e o (ininteligível).

2909

2910 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**
 2911 **Estaduais - ANASPRA)** – Ela apresentou a estrutura do relatório.

2912

2913 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio)** – Exato. Isso vai abrir um diálogo, um debate.
 2914 **Ao final do debate aquilo que for consensuado vira uma nota de uma página, e o**
 2915 **aprofundamento desses temas vira uma pauta para o grupo de trabalho aprofundar e**
 2916 **apresentar depois um trabalho mais minucioso, um não substitui o outro.**

2917

2918 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**
 2919 **Estaduais - ANASPRA)** – Porque eu havia entendido que essa estrutura que será apresentada ela
 2920 não tem ainda nada inscrito do ponto de vista de consolidação de dados, então, não vamos discutir a
 2921 estrutura e a proposta da Eliana com as sugestões da conselheira Célia. Almir, por favor, retoma a
 2922 Presidência que eu vou copiar para ele as sugestões da conselheira Célia e já vamos trabalhando
 2923 essa estrutura.

2924

2925 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público)** – O relatório
 2926 não está escrito. Se nós entrarmos na discussão de fundo, ela provavelmente para fazer uma página
 2927 vai levar muito tempo. Nós não temos muito tempo, nós só temos essa sessão desse biênio, se
 2928 quiser mandar uma mensagem do...

2929

2930 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil)** - E à tarde alguém
 2931 sai e fica sem quórum.

2932

2933 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público)** – Então,
 2934 discutir, por exemplo, uma página que tenha, digamos assim, potencial de impactar politicamente a

2935 Política Nacional de Segurança Pública vai ser difícil, então ir para esse relatório, com essas coisas
 2936 aí, não está nem escrito, acho melhor começar assim: qual é o recado? Qual é a nossa avaliação? Aí
 2937 é uma avaliação política do CONASP que nós queremos deixar, isso só isso já dar pano para manga
 2938 para muitas discussões aqui, não vai ser fácil construir uma página aqui do nada.

2939

2940 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais –**
 2941 **Fenaprf)** - Eu concordo também com o conselheiro Marcos Costa e até falando em nome da
 2942 Comissão que foi designada pela Plenária do Conselho na última reunião, na verdade, nós não
 2943 tivemos, não fomos instrumentalizados através de que nós solicitamos que foi uma reunião aqui
 2944 para trazermos já esse relatório, essa avaliação pronta, entretanto, nós temos uma monografia
 2945 realizada pelo conselheiro Heder que traz faz um breve histórico, relaciona documentos e traz um
 2946 relato de cada encontro, se não me falha, até o 16º Encontro do Conselho nesse período de dois anos
 2947 e que serve já de um primeiro passo. Eu acho que fica condensado em um documento um histórico
 2948 desses dois anos do conselho que vai ser muito útil aos conselheiros que vão chegar aqui, os novos
 2949 e nós não poderíamos perder, as é claro que debruçarmos sobre isso hoje aqui na Plenária nós não
 2950 vamos chegar ao final do dia e concluir esse documento, **então é o que eu solicito é que**
 2951 **novamente nós solicitamos que essa Comissão seja instrumentalizada para fazer esse**
 2952 **documento e hoje então nós trabalhamos nessa avaliação política que estava sugerida pelo**
 2953 **Conselheiro Marcos Costa.**

2954

2955 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil)** – Bom, vamos
 2956 tentar juntar as propostas para que depois nós possamos fazer o debate político aquela avaliação que
 2957 o Tião sugeriu, tentando sintetizar nisso o que Pedro falou, nesse relatório possa conter as
 2958 sinalizações, as coisas que foram construídas e daqui sair um documento hoje mais simples desse
 2959 debate político que nós vamos colocar em pauta. Então, como são convergentes todas as ideias aí
 2960 com relação ao relatório físico, esse analítico que deve ter o anexo que conterà por sugestão do que
 2961 foi apresentado aqui um trabalho da monografia do conselheiro Heder e que esse Plenário decida
 2962 novamente como proposta do Conselheiro Marcos Dias para que seja instrumentalizada aquela
 2963 Comissão que já foi aprovada por esta Plenária o tempo necessário para a produção desse relatório.
 2964 **A Comissão ficou Héder, Marcos Dias, Marcos Rezende, Célia Rique, Eliana e a Mesa**
 2965 **Diretora**, então produzir isso marcar um dia... Eliana... Então há consenso de nós aprovarmos isso?
 2966 Há consenso?

2967

2968 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio)** – Deus queira que ela possa, mas na
 2969 impossibilidade da Eliana não poder participar, eu queria sugerir o Pedro Bicalho.

2970

2971 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil)** - Estamos em
 2972 consenso com relação a isso?

2973

2974 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público)** - Pedro vai
 2975 independentemente de...

2976

2977 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio)** – Ótimo, minha intenção é que ele participe.

2978

2979 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil)** - Não há
 2980 impedimento de as pessoas estarem aqui e participar. Mais ele ou outra pessoa que quiser, não vai
 2981 substituir, e outras pessoas de Brasília puderem fazer essa contribuição. Há consenso para
 2982 aprovação desta proposta? Então, aqueles que aprovam permaneçam do jeito. Então, **FOI**
 2983 **APROVADO POR UNANIMIDADE.** Vamos abrir o debate político desses dois anos, está aberta
 2984 à Plenária, a Plenária agora é plena para fazer o uso da palavra, então começamos com Eder.

2985
 2986 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**
 2987 **Estaduais. ANASPRA) -** Evidentemente que eu não posso me valer até porque o foco e o objeto
 2988 era outro completamente diferente, mas eu tive a oportunidade de encerrar o meu trabalho
 2989 monográfico em Especialização de Justiça Federal e eu abordei o CONASP no seu primeiro ano de
 2990 mandato e a sua contribuição para a política nacional de segurança pública. É uma crítica a nós
 2991 mesmos e isso eu fiz o trabalho, algumas entrevistas com alguns conselheiros e fundamentalmente
 2992 atuei fazendo análise das atas, então eu fiz a leitura de todas as atas do primeiro ano de mandato,
 2993 comecei da nona ata até a décima quarta e as duas extraordinárias, e eu pude perceber, basta ler, que
 2994 em nove meses de mandato o CONASP eu não vou dizer que patinou porque na verdade não se
 2995 trata disso. Nós ficamos presos à alteração do decreto, é um tempo considerado se analisarmos que
 2996 um mandato de dois anos com reuniões bimestrais, nove meses nós ficamos discutindo o decreto,
 2997 decreto esse inclusive que proposto por nós as alterações, não foram ainda consolidadas, efetivadas,
 2998 enfim. **Nós pudemos perceber nesse estudo que as questões substantivas não foram aqui tão**
 2999 **bem tratadas, nós ficamos muito mais na questão da atividade meio de CONASP de**
 3000 **funcionamento de Secretaria-Executiva, mas esse é um pequeno diagnóstico de um estudo**
 3001 **acadêmico evidentemente sem qualquer viés e conotação política, mas o que causa à**
 3002 **ANASPRA hoje, por exemplo, espécie é que pelo menos e isso não foi objeto de meu estudo,**
 3003 **mas é que os documentos elaborados pelo CONASP eles muito pouco tiveram os seus efeitos**
 3004 **desejados. E aí nós percebemos que alguns desses documentos produzidos pelo Conselho**
 3005 **dizem respeito ao próprio Ministério da Justiça que não aquiesceu do posicionamento do**
 3006 **CONASP, isso merece uma reflexão.** Nós já entendendo, compreendendo bem essa questão do
 3007 pacto federativo, da independência dos Estados, a ANASPRA, por praticamente dois anos,
 3008 trabalhou internamente aqui para que fosse aprovada uma recomendação, uma moção com relação à
 3009 pena restritiva de liberdade para os policiais e bombeiros militares, foi aprovada pelo pleno e
 3010 também não surtiu efeito prático nenhum, mas o que não significa dizer que a ANASPRA se deu
 3011 por vencida porque retomaremos isso aqui se confirmados os eleitos aqui independentemente de
 3012 quem aqui esteja porque essa é uma bandeira da ANASPRA quando se discute na Sociedade Civil a
 3013 liberdade para diversos tipos de cometimento de crimes para nós é muito caro a prisão
 3014 administrativa por uma questão administrativa porque se quiser prender tem um Código Penal,
 3015 Código de Processo Penal, Código Penal comum então para prender não falta instrumento. A
 3016 ANASPRA não defende em momento algum a quebra da disciplina e da hierarquia, mas
 3017 entendemos que prisão administrativa não se aplica, não se fere mais aplicar porque fere a
 3018 cidadania, a dignidade da pessoa humana, ficar preso porque deixou de prestar uma continência e aí
 3019 nós temos ouvido e reiterado vezes não se aplica, então se não se aplica vamos acabar com a pena,
 3020 aí fala que não se aplica e aí vai no Estado do Ceará uma lei aprovada em 2003 que é outro tipo de
 3021 prisão, então a análise que a ANASPRA faz é de que nós produzimos muito sim, por incrível que
 3022 possa parecer basta debruçar nas atas e veremos, nós não podemos confundir as duas dimensões
 3023 entre aquilo que produzimos e aquilo que teve efeito prático, e nós sabemos como funciona as
 3024 questões das implementações das políticas públicas neste país, basta recordarmos aí que o direito a
 3025 memória à verdade está aí nos direitos humanos e levaram quantos anos até que alguém tivesse a
 3026 coragem de estabelecer essa pauta e ter uma comissão agora. Então, nós não pretendemos aqui dizer
 3027 que nós não produzimos nada, produzimos muito se o resultado esperado foi ou não aquele
 3028 alcançado, é outra dimensão que precisa ser analisada, mas, então, para eu concluir que os
 3029 conselheiros não percamos a dimensão de que a participação democrática, esse modelo de democracia
 3030 participativa, ele vai muito além da produção de qualquer documento, e aí eu digo com muita
 3031 tranquilidade sem qualquer resquício, o discurso, a possibilidade de diálogo que eu exerço aqui com
 3032 o CNCG que eu exerço aqui com a FENEME, que eu exerço aqui com a M Brasil eu não consigo
 3033 com o meu comandante na minha unidade. Então eu não posso perder essa dimensão de que a
 3034 democracia participativa permite que a todos nós aqui atores, a todos nós aqui conselheiros

possamos exercer na mesma condição de conselheiro o diálogo respeitando-nos, divergindo e convergindo, então essa dimensão não pode ser despercebida por todos nós porque um dos frutos da democracia participativa é o diálogo e se não existisse o Conselho por certo o Elder não estaria apresentando as suas demandas aos profissionais da Segurança Pública, eu não estaria apresentando, enfim, então para todo o viés político que precisa ser dado a produção do CONASP eu acho que o que vale ressaltar aqui é que nós não fomos tolhidos em nossas falas e isso tem um peso e isso está numa dimensão muito acima, se o resultado esperado não ocorreu é uma outra história, mas ninguém aqui teve cerceado o seu direito de expor, de contrapor, de dizer se sim ou não. Eu posso concluir? Isso é o básico do básico para a sociedade civil, mas não é o básico do básico para um praça de Polícia Militar, então a avaliação da ANASPRa neste momento dos resultados esperados não foram realmente todos, mas da participação eu não tenho como não referendar esse espaço de debate político como democrático. Então, eu concluo dizendo, com todos os percalços, e aí o Almir fez um comentário ontem e já por duas vezes nós participando dos Fóruns Interconselhos e eu afirmo com quem é aguerrido que o nosso Conselho está muito a frente de outros tantos conselhos que sequer são deliberativos, muitos são consultivos, não se reúnem, não deliberam, não encontram uma estrutura, nós precisamos melhorar muito, eu não tenho dúvida disso. Aí fica a questão eu devo me comparar aos outros ou ser referência para os outros, mas eu não posso perder essa dimensão de que nós conseguimos estabelecer ainda por mais prematuro que seja um canal de diálogo e de debate que eu acho que isso que é o importante e é preciso persistir. Muito obrigado.

O Sr. Nilton Edemar Pfeifer (Federação dos Profissionais de Papiloscopia e Identificação – Fenappi) – Primeiramente, eu gostaria de dizer a esse Conselho que eu talvez não teria autoridade para fazer uma avaliação completa do que aconteceu nesse período, nesse período que está sendo avaliado o Conselho, e logicamente a Conselheira Simone que participou desde o início ela teria mais propriedade em fazer tal avaliação. Apesar do pequeno tempo de convívio no CONASP, e onde eu estou procurando me qualificar observando o funcionamento e procurando me qualificar para debate, mas especificamente na área da perícia foram produzidos aqui nesse Conselho o mínimo três documentos que eu considero bastante importante onde efetivamente o resultado prático igual também citado pelo Conselheiro Heder não foi obtido resultado prático que eu acho que deveria haver um compromisso talvez um compromisso maior por parte do Ministério da Justiça e por parte da Secretaria Nacional de Segurança Pública, em especial da Presidente da mesa no encaminhamento desses documentos para que se produzissem resultados práticos. Mas, a Recomendação nº 4 solicita que o Secretário de Estado e Defesa Social de Alagoas reconsidere a decisão de nomear um profissional estranho aos quadros da perícia criminal na condução lá do cargo, acho que Superintendente do Estado, a Recomendação nº 6 versa sobre a modernização dos órgãos periciais e autonomia dos órgãos periciais, apesar de nós entendermos que essa autonomia já existe de fato que não há interferência ou ingerência da autoridade policial, ao menos que nós tenhamos conhecimento não existe essa interferência ou ingerência nos trabalhos técnicos periciais, mas vai estar sacramentado por escrito alguma coisa nesse sentido e recentemente foi feita uma nomeação da Comissão para estudar essa questão da autonomia pelo Ministério da Justiça onde tem um representante da área federal, das perícias, da área estadual e também da sociedade civil com participação inclusive com membros deste Conselho. E também a Recomendação nº 7 que promove a nomeação para cargo dos Dirigentes dos Estudos da identificação do profissional Papiloscopista, porque é um absurdo que neste país um órgão não possa ser gerenciado por integrantes da própria carreira, sendo que há interferências nocivas quando isso não acontece. Então, para complementar, eu espero que esse Conselho possa atuar mais incisivamente nessas recomendações porque pode haver o princípio da condicionalidade, algumas verbas vão ser liberadas no que depende do próprio Ministério da Justiça eu acho que nós poderíamos trabalhar para que esse resultado pudesse acontecer. Muito obrigado.

O Sr. Sílvio Garcez (Conselho de Dirigentes de Órgãos Periciais do Brasil) – Bom-dia a todos, na carona de que o Pfeifer disse, eu também não me sinto em condições de falar efetivamente acerca de todas as discussões por conta de não ter participado diretamente, se bem que no começo nós acompanhamos algumas coisas, Humberto Pontes seria realmente a pessoa que deveria falar, mas eu não posso deixar de citar algumas questões no âmbito da perícia forense, eu acho que Perito Criminal aqui na mesa o único Perito criminal sou eu atualmente hoje aqui, o companheiro Pfeifer é Papiloscopista também falou, mas eu gostaria de no gancho dele dizer o seguinte, essa Resolução nº 04 que solicitava a mudança do dirigente-geral de Perícias do Estado de Alagoas aconteceu. **E eu diria que o que o CONASP colocou foi preponderante para que o dirigente que não era um profissional de perícia fosse retirado e hoje lá existe um odontologista que é da área pericial que é o dirigente-geral. Isso é fruto diretamente de um trabalho do CONASP isso tem que ser registrado.** Eu participo diretamente dos trabalhos de Alagoas porque eu sou integrante da Força Nacional e sou responsável pela Perícia da Força existe uma equipe de Peritos que está lá, e houve sim por conta dessa moção que foi enviada para lá, o próprio Governador do Estado sentiu a necessidade de trocar por conta inclusive do que nós falamos aqui, houve peso sim do que foi falado do que foi solicitado. **Outra coisa importante que eu acho que foi fruto de discussões internas e, veja, eu quero deixar claro que eu estou falando no âmbito da Perícia, as questões relativas a outros segmentos eu também acho que nós não evoluímos, mas eu peço permissão para eu falar um pouquinho da Perícia e depois eu entro nessa outra questão, no dia 27 de novembro agora o Ministro de Estado da Justiça, por portaria, criou um grupo de trabalho que vai discutir a autonomia da Perícia no Brasil isso é um avanço e isso começou a partir de discussões que foram feitas aqui com os Peritos Federais, com os Peritos da ABC, com o Conselho de Dirigentes isso é fruto desse trabalho do CONASP** nós não podemos deixar de constatar fatos, eu estou simplesmente como Perito, ver e reportar, eu estou reportando o que eu estou vendo eu não estou entrando em análise política, isso de fato aconteceu, esse grupo de trabalho do qual Humberto Pontes e eu também faço parte e outros aqui também fazem parte vai ter um papel muito efetivo e preponderante para que se crie de fato uma independência efetiva da Perícia no Brasil, a autonomia da Perícia já acontece em vários estados o que precisa é que isso se institucionalize efetivamente e nós consigamos fazer com que a Perícia tenha autonomia que, agora puxando um pouquinho que brasa para minha sardinha, é só olhar o que aconteceu no Estado de São Paulo a Perícia paulista hoje é considerada uma das maiores Perícias da América Latina por ser uma Perícia autônoma, por ter uma dotação orçamentária própria e por ter conseguido desenvolver os trabalhos sem atuação direta ou indireta de quem quer que seja, ou seja, pessoas estranhas à questão pericial. Então, eu acho que existem duas questões bastante importantes que foram efetivamente produzidas e concretizadas a partir de atos e ações deste Conselho. A questão que hoje, vamos dizer assim está mais efetiva e se discute mais aqui, eu gostaria de dizer o seguinte como físico eu conversava até com o colega aqui ontem, eu acho que nós caminhamos, do caos nasce à ordem, as coisas estão caminhando, eu acho que o Conselho ele tem muito que evoluir, mas ele está caminhando tem que ter também paciência porque as coisas políticas elas tem, e eu não quero ensinar padre nosso para nenhum dos vigários que estão aqui, quem sou eu? Mas, nós precisamos também entender que esse espaço é um espaço que foi conquistado e que não pode ser perdido, nós temos que brigar, tem que lutar para que esse espaço se mantenha o mais independente possível e que quiçá um espaço que seja deliberativo de fato e de direito, era isso.

A Sra. Célia Dantas Gentile Rique (Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares – GAJOP) – Bom, me parece que a discussão que nós gostaríamos de ter exatamente para que tivéssemos um panorama do que foi realmente nosso desempenho político para que possamos ter os elementos numa visão mais prospectiva do que deve ser as nossas proposições para o próximo mandato, eu tenho impressão que uma coisa é o pano de fundo, as atividades que nós realizamos têm uma relação entre objetivos e missão, isso é um pano de fundo para que nós

possamos fazer uma análise. E dentro disso está agora me ocorrendo duas coisas, para **mim o início do nosso mandato foi marcado por uma luta no campo da afirmação da nossa institucionalidade**, o que aconteceu? Quais eram os encaminhamentos e em face de que realmente nós lutávamos? Isso é uma coisa. **Dentro desse espaço da institucionalidade estava muito claro enquanto defensores de uma política pública de segurança a nossa incidência no PPA e inclusive a Audiência Pública no Senado para dar visibilidade, publicização a respeito de tudo que não se encaminhava em termos da pretendida política de política pública da segurança.** A outra coisa que eu acho que é marcante do ponto de vista da nossa capacidade de organização do nosso trabalho numa perspectiva não só dos encaminhamentos técnicos, mas, sobretudo, **dos encaminhamentos políticos foi quando nós definimos as Câmaras Técnicas lutamos por elas, aí eu acho que teve realmente uma ruptura porque nós abandonamos aquele trabalho minucioso feito que exatamente explicitava nossas posições. E eu gostaria de registrar só como lembrança mesmo que a Comissão Técnica relativa ao orçamento conduzida pelo Inesc e pelo ISER foi apresentada em um dia num momento com este Plenário vazio praticamente.** Eu não tenho lembrança exatamente do que era que estava posto nessa Comissão técnica. Eu estou me reportando a isso porque era um dos pontos essenciais das nossas lutas, não existe política sem o orçamento e para cobertura de quê? Eu gostaria só de colocar como lembrete de pontos pelo menos para o ano de 2011 que nós nos debruçamos e fizemos as atividades e se analisava na perspectiva da relação entre atividade natureza dos trabalhos que realizamos aqui e o tempo gasto na distribuição desse trabalho, eu acho que essas coisas seriam destacadas, esses três aspectos. Obrigada.

O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais – Fenaprf) - Eu também não poderia deixar de lembrar aqui as decisões que o Conselho deliberou em relação à aposentadoria especial dos policiais e, de forma unânime, foi aprovada uma decisão colegiada, e também aqui sempre que falar em decisão colegiada eu vou lembrar que foi uma contribuição muito importante do conselheiro Marcos Costa e muito tem contribuído para este Conselho e um instrumento dinâmico, rápido e no mesmo dia nós entregamos aquele documento nas mãos do Ministro da Justiça e o Ministro, veja a importância do Conselho que às vezes nós não conseguimos entender, quando ele recebeu o documento das minhas mãos ele disse: “Isso daqui é muito bom” e eu disse: “Olha, Ministro, e foi aprovado de forma unânime”, “Excelente”, então nós vemos que ele tem esse compromisso em manter essa aposentadoria especial dos policiais e ele se sente fortalecido com esse instrumento quando vai dialogar com o Ministério do Planejamento, Casa Civil e o Gabinete da Presidência e depois também nós então tivemos tempo para preparar uma recomendação e essa recomendação também foi entregue. E aí serve também de um alerta para nós **que não basta você ter um documento aprovado aqui, você tem que pegar e sair a campo cobrando esse compromisso do Governo com aquilo que nós decidimos e também fica marcado aí que foi acho que até agora o único documento que nós tivemos uma resposta formal do Governo** negando, mas que já estabelece qual é o ânimo, o Governo foi transparente na vontade dele e isso já mostra o tipo de luta que os movimentos ligados aos trabalhadores e que vão buscar com certeza apoio da sociedade civil para defender esse regime diferenciado de aposentadoria que todos entendem que é correto e que é justo. Então, **eu acho que fica como ponto positivo aí como foi tratada a questão da aposentadoria dos policiais pelo Conselho Nacional de Segurança Pública e também os encaminhamentos que foram dados.**

O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Civis – COBRAPOL) – Minha participação agora é na mesma linha do conselheiro Marcos Dias e fazer um agradecimento público ao Ministro da Justiça que acatou de pronto e recebeu a nossa Comissão. E foi repassado para ele imediatamente em audiência para essa Comissão e como Marcos disse nós recebemos um retorno, infelizmente, um retorno completamente equivocado e eu acho que depois

até que poderia rediscutir porque nós temos que mostrar para eles os equívocos desse posicionamento. E o Conselho foi um papel importante nesse processo, se nós utilizarmos esse instrumento que nós temos aqui no pleno do Conselho para todos os conselhos que nós iremos dar para o Governo, quando começamos a exercitar o papel deste Conselho com esses instrumentos, por exemplo, como foi feito com a aposentadoria especial que já foi até tema da 1ª Conseg, nós vemos a importância que tem um Conselho para um Governo que quer dividir, pelo menos em tese, a responsabilidade das políticas, então nós estamos aqui cumprindo com a nossa responsabilidade de aconselhar e os instrumentos e meios que nós encontramos nós estamos tentando fazê-lo. É claro que foi corporativo, eu digo que sim porque atinge tão somente uma classe, uma categoria de trabalhadores da segurança pública, mas é importante, qual a importância então disso para a sociedade brasileira? Ora, se a partir do momento foi discutido com essa mesma sociedade brasileira pela Conseg Estaduais e que eles decidiram que deveria ser assim como uma política de segurança pública dotar os policiais desse instrumento de aposentadoria diferenciada é porque aconteceram vários estudos que chegaram a esse ponto de dizer que é bom sim. Aí o Ministério do Planejamento diz o seguinte: “Olha, infelizmente, senhor Ministro da Justiça não podemos atender por que o Governo quer que seja equânime a aposentadoria, que todos sejam tratados de formas iguais, os desiguais devem ser tratados de formas iguais, e aí vemos que alguma coisa está errada, ou nosso governo brasileiro está totalmente fragmentado e não tem rumo nenhum, o rumo dele é dado de acordo com as circunstâncias políticas e os acordos políticos para que se mantenha essa governança, ou nós entendemos que ele vai ter que dizer: “Olha, nós não queremos dividir isso com nenhum conselho, nós não queremos dividir com a sociedade civil”, e o governo passaria a administrar essa política de segurança pública com os técnicos, e com os seus partidos aliados, mas proporcionar para que nós possamos discutir e nós discutimos, aconselhamos, faz conferências, olha, pessoal, houve um gasto ao erário para se realizar a 1ª Conferência Nacional de forma muito grande e nós entendemos que aquele investimento que o Governo estava fazendo de fato iria resultar em uma Política Nacional de Segurança Pública, e nós não vimos isso, qual é a prioridade do Governo Federal hoje em relação à segurança pública e aos organismos de polícia? Eu acho que nenhum, eu acho que a prioridade é sim os jogos, os grandes eventos, nós vamos nos restringir a essa Copa, depois a Copa de Futebol e vai ter os policiais, não sei como que vai ter, se vai ter ainda as Forças Armadas ou se vão ser os organismos de segurança que vão participar, nós não entendemos para onde que o Conselho Nacional de Segurança poderá participar na ajuda desses grandes eventos, mas de maneira que, para encerrar, eu quero dizer que o Governo Federal e nós enquanto conselho, até porque houve uma resposta para nós, não para nós trabalhadores viu Marcos Resende, para o pleno do Conselho de algo que foi deliberado pelo pleno e dizer que como que o governo trata as cotas dos negros, por exemplo, que devem sim, como eu sou descendente de indígenas, de sermos tratados, porque nós somos desiguais, nós devemos ser tratados de forma desiguais, nós não devemos ir nós não devemos ir para a vala comum, tanto é que já foi aprovado, mas ao mesmo tempo que o governo nessa direção coerente para a polícia age de forma incoerente, senão vejamos, somos servidores públicos? Sim. Somos diferenciados? Eu faço essa pergunta, ou o policial é um servidor comum, não menosprezando as outras categorias dos servidores, não, eu sei, eu não estou tentando convencer, mas eu estou fazendo essa pergunta, estamos exercitando isso à reflexão de todos, porque nós temos que entender que o governo está agindo de duas maneiras, de duas formas politicamente para determinados segmentos eu ajo dessa forma, para o segmento polícia, ele não, ele tem que trabalhar com Alzheimer, com problema cardíaco pegando uma pistola .40 na cintura, ele tem que está totalmente entorpecido por drogas ilícitas e lícitas e tem que estar com uma pistola .40 na cintura e abordando pessoas, abordando crianças, etc. Será que é certo isso, meu Presidente? Então, eu deixo isso aqui nessa última reunião para que nós façamos essa reflexão, ao nosso Ministro da Justiça, fica, portanto o nosso profundo respeito por ele nos ter tratado com respeito enquanto entidade classista, Ministro da Justiça, enquanto ao Conselho nós temos algumas restrições e eu acho que deveria o Governo através no Ministério mesmo falando tudo aqui que nós

3235 já sabemos, mas eu creio que se nós fizemos um balanço do nosso Conselho de zero a 10, nós nos
 3236 esforçamos sim para que tivéssemos a nota 10, infelizmente, o nosso professor deu a nota zero para
 3237 os nossos trabalhos.

3238

3239 **O Sr. Marcos Fábio Rezende Correia (Coletivo de Entidades Negras)** – Eu acho que aqui nós
 3240 **temos vários elementos diferentes para tratarmos na nossa análise, tem um elemento que é o**
 3241 **elemento conjuntural, ou seja, qual a influencia deste Conselho nas políticas de segurança**
 3242 **pública do país, então isso é uma conjuntura nacional**, o que nós entendemos do tempo que nós
 3243 estamos aqui e das pautas que foram colocadas, tanto pela sociedade, pelo grupo que compõe este
 3244 conselho, que é a sociedade civil, o trabalhador, e gestores públicos é para o governo e também o
 3245 caminho oposto, as notícias que o governo trouxe até nós e as devolutivas que nós demos, por
 3246 exemplo, o governo trouxe até nós a questão das fronteiras, não foi isso? O governo também trouxe
 3247 algumas questões de orçamento, de como estavam configuradas as mudanças, então têm esses
 3248 elementos que é uma coisa, tem o outro elemento que nós temos que analisar, que é elemento acerca
 3249 das nossas lutas, das classes que nós representamos aí eu entendo o Gandra quando ele fala, e vários
 3250 setores que aqui estão, Garcez que é uma outra coisa, para a nossa classe foi importante por causa
 3251 de tais elementos que nós aprovamos, nós levamos em tal lugar, e nós conseguimos avançar por
 3252 causa disso, ou seja, nos ajudou nas nossas lutas de políticas de classe, então, este Conselho
 3253 independentemente da presença ou de uma movimentação maior do Ministério da Justiça com
 3254 relação a isso nos ajudou, porque nós aprovamos a moção deste Conselho, levamos, nós fizemos a
 3255 nossa luta política que a nossa fonte de batalha é nos estados e nos municípios e conseguimos uma
 3256 atenção ou um respeito por conta disso, e um outro elemento e também assim, as lutas dos
 3257 movimentos sociais, nós aprovamos uma moção, pode ser que lá na ponta nós tivermos uma
 3258 articulação política, ou um prestígio, ou que este CONASP ainda tenha um prestígio, porque
 3259 também tem isso, não é? Em determinado momento, você aprova uma moção aqui e ela é
 3260 reconhecida lá na ponta porque o entendimento lá na ponta é porque isso aqui tem prestígio, porque
 3261 a partir do momento em que lá na ponta o pessoal fala: “Ah, mas é do CONASP, não é do CNJ
 3262 não? Então, *deixa para lá*.” Com o passar do tempo pode virar isso também, enquanto achar que
 3263 aqui tem prestígio, tem esse prestígio lá do município ou do estado, mas quando o estado entender
 3264 que não tem prestígio, por exemplo, a Regina Miki e a Suelen mandaram para o estado da Bahia
 3265 umas ou três vezes um documento dizendo da importância da implantação do Conselho Estadual de
 3266 Segurança Pública, e duas ou três vezes o Secretário respondeu, mas nós já temos aqui, então ele
 3267 deu uma resposta dizendo: “Não precisa. Nós sabemos nos cuidar”, e os índices mostram na Bahia
 3268 que os homicídios aumentam assustadoramente, e não houve uma ação mais incisiva por parte do
 3269 Conselho com relação a isso, não houve uma tomada de decisão política, não digo do Conselho,
 3270 mas do próprio Ministério, porque o Conselho tomou, quando é que o Conselho tomou? Quando
 3271 aprovou um documento aqui em Plenária, falando do genocídio, da juventude negra, do extermínio
 3272 da juventude negra, das pautas que a segurança pública deveria adotar, inclusive colocando como
 3273 pauta principal do orçamento, ou do debate da segurança pública, tudo isso aconteceu aqui dentro
 3274 do Conselho, mas isso não foi colocado em prática na realidade da sociedade brasileira e as
 3275 respostas por não ter sido colocada na prática estão aí, os dados estatísticos estão aí com relação ao
 3276 extermínio dos jovens negros, então, esse sangue que está escorrendo, escorre de muitas mãos, de
 3277 mentes ou do nosso não fazer, não que nós aqui não tentemos, nós não tivéssemos feito esforço,
 3278 mas talvez uma ida da Secretária Nacional de Segurança Pública para conversar com nós, com o
 3279 governador, ou a ida do Ministro falando: “Olha, tem algo que é muito importante”, prestigiando
 3280 algo que aconteceu aqui chamando aqueles que tem esse debate e não precisava ser só aqueles dessa
 3281 área não, claro que tem que ser nossos policiais civis, os militares os técnicos papiloscopistas, os
 3282 policiais federais, ou seja, chamando o conjunto de força falando: “Vamos pensar em um plano?”
 3283 então talvez esse não lugar afete a todos nós que é a sociedade, então o que é que eu estou
 3284 colocando aqui que eu vou concluir, que depois eu vou falar de novo, como pontos que devem estar

nesse relatório, mas um ponto que tem é aquele nossos pontos para o futuro que foi, por exemplo, a Conferência, que ontem o Mariano lembrou bem, quando nós aqui sentamos, fizemos o grupo de discussão, aprovamos a pauta da próxima conferência, os temas, como eles se dão, tem uma contribuição nossa para o futuro, o que então eu estou colocando aqui é que tem vários elementos diferentes, tem um elemento que é nós com nós mesmos, hoje a relação com o movimento social com força de segurança pública tradicionais, os órgão de segurança pública são mais tranquilos, com certeza nós nos entendemos mais do que há dois anos, conversa, se entende, faz parcerias, entende que são pessoas, são seres humanos que têm suas alegrias, frustrações então isso é uma coisa, outra coisa é a ação política concreta, essas ações políticas concretas entre setores do Conselho ainda não conseguiu acontecer, ainda não houve nenhuma ação entre a sociedade civil e os trabalhadores concretamente, nós ainda não sentamos com o Gandra e fez uma ação política concreta, com o Marcos Dias, com o Berner, foi ninguém, ou com o Kleber, então, significa que nós ainda não conseguimos sintetizar essas nossas relações de Conselho em relação para a sociedade como um todo, enfim, eu acredito que nessa nossa análise temos que saber dividir os elementos para não ficar confusas as coisas, os papéis de quem, porque o Marcos Dias fez um documento que o Ministro achou lindo, legal, massa, mas aí quais são os papéis, o Conselho faz um documento ele acha lindo, mas e os papéis? Estão sendo cumpridos? Sob pena de nós não fazermos uma análise que recaia sobre nós uma série de cobranças, entendeu? Que não são justas também. Eu, pelo menos, aí eu não posso falar pelo conjunto, comecei esse biênio falando que nós deveríamos fazer um debate político do Conselho sendo colocadas as pautas, e mais pautas sobre burocracia do Conselho, eu não posso esquecer isso, eu não posso esquecer que eu passei e as atas são a prova disso, que eu passei três ou quatro reuniões dizendo: “Gente...” “Não, mas nós temos que discutir o decreto.” “Mas gente.” “Não, mas tem o decreto”. Nós discutimos cinco reuniões o decreto e o Ministro foi lá e mudou o Decreto todo, então concluindo, eu acho que cabe nós fazermos essas pontuações aí à mesa diretora, **estou fazendo a sugestão aqui, que é colocar o seguinte, qual o papel do Conselho na Segurança Pública: Qual o papel que nós desempenhamos dentro do Conselho? Qual o papel do Ministério e ao receber as notícias destes Conselhos, as resoluções desse Conselho? E quais os nossos papéis corporativos ou das nossas entidades dentro desse espaço? E qual foi o nosso legado para o futuro?** Porque eu acho que aí ajuda nós também não ficarmos colocando os pés pelas mãos e fazendo uma hora elogia outra hora morde, fica parecendo que é jogo de morde e assopra, quando na verdade todo mundo tem um pouco de razão aqui, ou muita razão quando está colocando, é isso.

O Sr. Márcio da Silveira Marins (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT) – Bom-dia a todas e todos, a princípio eu quero dizer que **concordo 100% com o que o Marcos colocou, não era muito diferente do que eu ia colocar, que era o papel político deste Conselho, eu creio que não dá para deixar de falar também na falta de importância que, pelo menos, eu e alguns conselheiros e conselheiras sentimos que era dada pela SENASP não vou colocar nomes diretamente,** eu creio que são palavras meio pesadas também, mas eu posso chamar de sucateamento, Suelen, não é nada contigo, **mas é sucateamento da Secretaria-Executiva que funcionava com oito pessoas, e hoje nós temos duas pessoas tendo que cobrir tanto trabalho isso já foi falado ontem, que também não acredito que seja fala de interesse de quem está na Secretaria-Executiva, é que ficaram sobrecarregadas e esse é o tipo de valor que estamos vendo que o Ministério da Justiça está dando para este Conselho, reforçando o que o Marcos estava falando, qual a importância que dão aos encaminhamentos, as recomendações, as moções por parte do Ministério da Justiça?** Uma coisa que esperávamos muito da BGLT, fui criticado dentro da BGLT porque todas as atas eu encaminho para a ABGLT e sou questionado por 257 organizações nas 27 unidades federativas, a galera ali cobra de uma maneira que vocês não têm noção, e só tivemos nesse biênio três pautas da ABGLT, por quê? Porque eu coloquei desta forma. Até estava entendendo o momento do Conselho, é um momento de

construção, é necessário discutir o decreto, mas chegou um ponto que não dava mais, mas aí creio que também nós aqui ainda **temos que fazer *mea culpa*, o pleno se perdeu, trabalhadores, gestores e sociedade civil, nós nos perdemos, eu também estou incluído nessa, até porque começamos a andar em círculos em algumas pautas e não conseguimos desenvolver**, chegou um período que eu cheguei a ficar desanimado, continuei cumprindo o papel aqui no Conselho desempenhando da maneira que tinha que fazer, dando retorno ao segmento que eu represento aqui, porque entendo que segurança pública em determinados momentos as questões específicas devem ser abordadas, mas devem ser tratadas de uma maneira horizontal, política de segurança pública é política de segurança pública, não é para A e nem para B, **mas acredito que nós não avançamos em algumas pautas que eram essenciais, principalmente nós a sociedade civil**, enfim, por falta de visão total do Conselho, visão geral deste Conselho aqui. Para finalizar, eu só queria falar seguinte, que nós temos que ter um posicionamento diferente as organizações que ficarem as que não ficarem e entidades, **nós temos que começar a olhar de forma diferente, não podemos passar mais um biênio rodeando decretos e outras questões que, de fato, não vão impactar na violência e discriminação aqui no nosso Brasil**, é isso.

O Sr. Pedro Paulo Bicalho (Conselho Federal de Psicologia) – Bom, eu acho que qualquer análise que nós possamos fazer sobre esse tempo do CONASP deva ser a partir de discussões macro e micro políticas, minhas observações são de quem está aqui há quatro reuniões, então cheguei aqui já mais no fim do que no começo do mandato, **e uma das questões que me chamou atenção quando eu cheguei aqui é a nossa própria existência enquanto fato político, eu cheguei aqui e estranhei de uma maneira muito positiva o fato de que na mesa diretora estava a ABGLT e um representante de praças, e isso eu acho que é um fato político na maior importância em um conselho que tem como discussão a segurança pública do ponto de vista nacional**, então que essas duas entidades, por exemplo, façam parte da mesa diretora, é, sim, um fato político construído por essas entidades que estão aqui, então **eu acho que somente esse encontro ele já seria uma potência**. Acho que fazendo uma análise macro nós vivemos hoje uma análise de conjuntura em que o conservadorismo tem ares de democracia, e acredito que isso produz ressonâncias em todas as áreas e inclusive em nós, e acho que, por conta disso, um dos nossos maiores desafios é não sermos reduzidos à condição de perfumaria, e acredito que muitas vezes nós assim nos sentimos, somos apenas uma instituição com ar democrático para tornar a segurança pública mais cheirosa, nesse sentido parecer perfumaria não é de fato uma boa percepção. **E acho que um dos pontos que faz nos sentirmos assim, é o fato que majoritariamente nós conhecemos os projetos da própria segurança pública nacional *a posteriori*, quando somos convidados para o lançamento de algo que já está desenhado parece que é para nós nos sentirmos felizes porque afinal de contas somos convidados para o lançamento, mas não somos chamados ou não nos são apresentados os projetos em sua construção**, acredito que essa deva ser a nossa grande dificuldade de participar da construção da segurança pública nacional e não exatamente conhecer o que foi construído para opinar, sendo que uma das nossas maiores percepções é que nossa opinião de fato não afeta. Então, eu acho que nesse sentido é um ponto para nós pensarmos e enfim mudarmos, principalmente para uma próxima gestão. Mas, nós temos **também um ponto de vista micropolítico que não é exatamente incidência dessa grande estrutura conservadora com a área democrática sobre nós, mas, principalmente, a partir das nossas relações, acho que essas relações são a potência do nosso Conselho e nós devemos apostar nisso**, não é à toa que nós estamos juntos e que nós podemos construir questões juntos, eu acredito que muitas vezes o CONASP não é só apenas essa reunião que acontece a cada dois meses, mas nós somos o CONASP durante o restante dos meses, o restante dos dias que compõe os meses, e eu posso dar um testemunho bem contundente pelo fato de que nós somos o único conselho profissional que faz parte do CONASP, e entendemos que o lugar dos conselhos profissionais é o lugar de lutar para ocupar esses lugares, nós não devemos ser convidados para estamos nos lugares

e sentimos muito pelo fato de que nesta eleição nós não tivemos os nossos pares lutando para estar aqui assim como nós estivemos. E uma das coisas que nos faz pensar também sobre esse avanço é que eu queria dar um exemplo bem próprio, acho que todos sabem eu sou oficial da reserva da Polícia Militar e sempre tive dificuldade nesse meu lugar hoje de pesquisador de uma interlocução maior com a própria polícia que foi a minha instituição, e a partir desse lugar no CONASP me foi muito mais fácil, eu sou professor hoje em duas universidades fora do país em cursos de doutorado de estudo de polícia, nós não temos no Brasil, um doutorado específico para policiais, mas na Irlanda do Norte e na Escócia onde eu sou professor uma vez ao semestre, lá tem e eu consegui por conta desse meu lugar institucional no CONASP que 20 policiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro passassem o mês de janeiro e fevereiro agora de 2013 nesses dois países junto com os policiais daqueles lugares. Isso só foi possível a partir daquela apresentação aqui sobre Segurança Pública de Grandes Eventos, a partir disso eu fui atrás daquelas pessoas, consegui fazer todos os convênios, no dia 3 de janeiro os policiais estão indo para lá para um convênio com policiais da Irlanda do Norte e da Escócia, pode ser uma pequena contribuição, mas essa contribuição só foi possível por conta desse lugar institucional, então existe toda essa discussão micropolítica que nós não podemos também perder de vista.

O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio) – Eu vou dizer bem pausadamente para que isso fique registrado na ata e de, alguma forma, sirva para ajudar o grupo de trabalho que vai fazer um detalhamento das nossas falas, enfim, primeiro eu tinha sugerido que nós fizéssemos uma avaliação da nossa participação enquanto entidades enquanto pessoas aqui dentro do CONASP. Nesse aspecto, eu queria dizer que nós temos uma satisfação, enquanto Viva Rio, de ter buscado em todos os momentos do CONASP seja no processo que criou o CONASP, seja da 1ª Conferência dar uma contribuição que fizesse com que esse conselho avançasse, participamos de todos os grupos que o Conselho instituiu, aqueles que fomos convidados como PPA, GT da Força Nacional, somos a entidade que teve aqui durante todas as reuniões, senão com a minha presença em todas elas como suplente da entidade, valorizando aquilo que aqui é discutido. Achamos que nós deixamos muito a desejar, enquanto Viva Rio e enquanto a minha participação, na relação do nosso estado, da devolutiva das coisas que aqui são estabelecidas, aprovadas, discutidas para o conjunto das entidades do nosso estado, então nesse aspecto eu queria fazer a *mea culpa*. **Quanto ao CONASP, nós percebemos claramente que, principalmente nesse último ano, nós vimos um esvaziamento, não só material, mas político do CONASP. Então, isso eu gostaria muito de registrar** porque não estou dizendo de onde vem, ou quem teve o propósito, mas sentimos isso efetivamente, **no esvaziamento institucional do CONASP, e talvez a prova mais clara disso seja a nossa Secretária-Executiva que ontem aqui foi colocado como um dos problemas que nós estamos vivendo.** Acho que a nossa produção documental foi muito boa, se nós fizemos **um balanço de todos os documentos que nós já provamos das moções, dos encaminhamentos e tal, foi muito boa, acho que não temos do que reclamar disso, por outro lado, achamos que, efetivamente, houve uma baixíssima resolução efetiva dessa documentação, ou seja, ela foi produzida, mas não surtiu na sua maioria nos casos efetivos. Acho que nós temos um baixíssimo diálogo com a sociedade,** esse Conselho não dialoga com a sociedade, eu acho que esse é um problema que nós temos que superar, **acho que nós utilizamos muito mal e muito pouco as mídias do nosso país,** nós não utilizamos mídia, portanto nós também não usamos os instrumentos de diálogo com a sociedade, **nós temos pouquíssima influência política no Governo,** nós não conseguimos influenciar o Governo, as nossas ações, as nossas decisões, a nossa documentação aqui é aprovada, acho que falta uma **estratégia política do Conselho como um todo, nós ficamos muito pautado pelos acontecimentos do cotidiano da conjuntura,** e não consegue ter uma estratégia mais definida enquanto Conselho, **acho que o Governo, que o Ministério da Justiça que é SENASP, de maneira geral, não utiliza da riqueza que esse Conselho tem,** e ontem quando eu falei para a secretária Regina que achava muito ruim, por exemplo nos casos que a aqui

nós tivemos, a Bahia, em São Paulo não ter havido esse aproveitamento da força política que o Conselho tem, principalmente, nos estados onde as coisas estão acontecendo, isso é péssimo, isso é muito ruim, e **queria propor** na linha que o Pedro colocou, as seguintes questões, primeiro, **criar instrumento de diálogo com a sociedade**, isso foi aprovado pela CONSEG inclusive no Rio de Janeiro, que nós criaríamos instrumentos de diálogos com a sociedade, boletim, informativo, alguma coisa que pudesse dialogar com a sociedade. **Segundo, pautar a mídia com as nossas posições aprovadas aqui no Conselho**, não é aquela história de que o fulano ou beltrano vai sair dizendo na mídia um monte de coisa, mas aquilo que estiver aprovado pelo Conselho que virou documentação do Conselho deveria sim ganhar espaço e ser pautado na mídia nacional. **Terceiro, elencar canais com capacidade de influenciar a política do governo a partir da deliberação do CONASP**. Todos nós temos as nossas redes de influência, as polícias têm, os delegados têm, as associações têm, a sociedade civil tem, as pessoas que fazem parte de partidos têm, então usar de todos os instrumentos que nós temos ao nosso redor, nas nossas mãos, para influenciar politicamente o Governo com as decisões que nós tivermos aqui dentro do CONASP. E, por fim, **planejar ações táticas e estratégicas para o CONASP de 2013**.

A Sra. Célia Dantas Gentile Rique (Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares – GAJOP) – Olha, a minha intervenção é muito pequena, eu achei muito interessante a abordagem do nosso companheiro Pedro. E eu acho que pegando um pouco a carona, a questão macropolítica que nós carregamos, quando nós chegamos aqui, foi que nós tínhamos que correr com o prejuízo, porque quando nós realizamos a 1ª Conferência, a primeira CONSEG em 2009, significava 20 anos de Constituição cidadã, e nós estávamos enfrentando um movimento retardatário na sociedade e em relação a essa questão da participação política da sociedade nos rumos e na decisão da segurança pública. De forma que isso, ele é representativo e tem a sua repercussão em relação a isso, ao que queira se afirmar. Porque são lutas em relação ao conservadorismo da sociedade, que marca esse tipo de proposta política. Agora, quando eu quis dizer que nós tínhamos inicialmente com todo o nosso, nós chegamos aqui com entusiasmo enorme, uma energia imensa e tentávamos afirmar institucionalmente, não era à toa que eu acho que nós passamos umas duas sessões, três, eu não me lembro bem, mas passamos bastante tempo no primeiro semestre de 2011 tentando afirmar a nossa constitucionalidade em relação a esse papel da luta democrática pela segurança pública. **Mas, o que eu quis dizer é que as Câmaras Temáticas, eu acho que elas são significativas, não porque ela ia garantir uma visão consensuada de tudo, era exatamente o contrário, porque ela seria o espaço de explicitação das diversas posições e das lutas que porventura nós pudéssemos tratar aqui, encaminhar aqui**. Inclusive também ver como cada temática dela e até o adensamento político pela contribuição das bases e das possibilidades de ir estabelecendo diálogos cada vez mais amplos etc., que eu acho **que quando nós abandonamos o nosso plano de trabalho, ele significou, não simplesmente um abandono, ele significou a luta surda, nem sempre explícita, que se tem aqui de ganhos quanto a esses rumos**. Quer dizer, houve um ganho político, porque eu passei desde então a atender questão de demanda, e teve grupos, os grupos ligados às corporações, aos gestores, etc., eu acho que se nós formos analisar as atividades versus tempos, foram eles, esse tipo de assunto que realmente pautaram nossa atenção. De forma que quando nós ficamos aqui, colocando expressando, melhor dizendo, manifestando que nós não temos de fato as propostas do CONASP, não tem aceitação, não tem cobertura do Ministério, eu acho que isso não é à toa, nós não temos relações com as nossas bases capazes de fazer, trazer isso enquanto incidência política, e é esse adensamento político que nos falta para ser capaz de provocar uma reação política de maior, que seja capaz de nos chamar para dentro do Ministério e do governo a atenção a respeito daquilo que nós estamos fazendo e propondo etc. Eu **acho que nós não temos um trabalho de repercussão**, e eu acho que teve uma luta que se travou aqui, mesmo que não seja uma luta explícita, uma luta, vamos dizer, surda, não

3484 era aberta, mas os encaminhamentos dados em torno, a partir mais ou menos do segundo semestre
3485 de 2011 elas representam.

3486

3487 **A Sra. Raquel Willanido Braga (Observatório de Favelas do Rio de Janeiro)** – Bom, eu
3488 elenquei também alguns pontos **que já foram tocados por outros conselheiros, mas acho**
3489 **importante reiterar para que constem no balanço.** No primeiro ano, eu acho que nós **tivemos**
3490 **um esforço muito significativo de tentar trazer pautas relevantes, discutir as prioridades da**
3491 **política, a questão do orçamento, como a Célia lembrou muito bem, conseguimos produzir**
3492 **ações coletivas de articulação nesse sentido.** E, naquele momento, nós tivemos, não só muita
3493 dificuldade de influenciar, mas de acesso a informações básicas. E aí o Pedro tem toda razão
3494 quando ele diz que na grande maioria das vezes, conseguimos sim chegar, discutir e ter aqui
3495 espaços de interlocução sobre as prioridades da política, que já **mas na maioria das vezes fomos**
3496 **chamados a posteriori com tudo pronto praticamente para validar o estava absolutamente**
3497 **resolvido. E em muitos momentos tivemos notícia de que essas pautas estavam sendo**
3498 **dialogadas em vários outros espaços, então, o Conselho realmente entrou no final da lista das**
3499 **interlocuções sobre as prioridades da política nacional de segurança pública.** Acho que, **apesar**
3500 **disso, tratamos de temas relevantes e conseguimos produzir documentação de muita**
3501 **qualidade, então eu acho que do ponto de vista das recomendações, no campo da formulação a**
3502 **nossa produção no pleno e em determinado momento em algumas Câmaras Técnicas, foi**
3503 **significativa.** Porém, **não conseguimos produzir desdobramentos concretos que garantissem a**
3504 **implementação efetiva das nossas Resoluções.** Aí eu acho que tem limite em dois sentidos, tem o
3505 limite do reconhecimento institucional e tem o limite do reconhecimento público, do
3506 reconhecimento social, que eu acho que fica muito claro agora quando nós fazemos a mobilização
3507 para o processo eleitoral, e são pouquíssimas as entidades para além das que estão aqui, que
3508 respondem. Isso diz da falta de reconhecimento ampliado da relevância dessa instância. E aí eu
3509 acho que isso de alguma maneira passa também por momentos de desmobilização nossa interna, e
3510 de momentos em que nós realmente nos perdemos. **Eu acho que tem aí uma combinação do**
3511 **esvaziamento progressivo deste Conselho, que aí tem uma dimensão que é também externa,**
3512 **mas tem o quanto esse pleno se perdeu em questões dedicando horas e horas de discussão a**
3513 **questões administrativas, circulando em torno dos mesmos temas, que não tinham nenhum**
3514 **impacto na sociedade.** Então, eu acho que isso é fundamental que nós reiteremos, que nós façamos
3515 uma autocrítica, nós começamos esse mandato falando sobre isso e terminou batendo cabeça no
3516 mesmo tipo de dinâmica. Então, eu acho que isso cabe destacar, e aí eu acho que o abandono das
3517 Câmaras Técnicas foi lamentável, porque embora nem todas as Câmaras tenham produzido,
3518 algumas das Câmaras sim tiveram movimento de produção mais consistente. Bom, queria também
3519 dizer que eu acho **que nós avançamos bastante nas aproximações entre segmentos,** eu tive a
3520 oportunidade neste mandato eu estou como suplente, mas tive a oportunidade de estar nesse debate
3521 desde da primeira reunião da ACOM, e aí lembrando assim, o campo de tensões que nós tínhamos
3522 no início dessa composição e o quanto nós fomos nos aproximando e nos compreendendo nesse
3523 processo, eu acho que isso é muito rico e merece destaque. Por outro lado, concordo com o Marcos
3524 de que isso é muito diferente de nós produzirmos ações políticas conjuntas. Eu acho que nós sim
3525 ganhamos em aproximação, mas nós ainda não conseguimos ter uma articulação interna, e aí não é
3526 só entre os segmentos, é inclusive intrasseguimento. Eu acho que em alguns momentos nós
3527 conseguimos se articular de forma mais orgânica, pautar agendas coletivas, mas em boa parte do
3528 tempo nós ficamos trabalhando de maneira muito reativa e isolada nos debates que nós travamos
3529 aqui no Conselho. **E para concluir, eu também queria, e aí como horizonte para o grupo que**
3530 **fica no próximo mandato, deixar aqui a provocação de que nós procuremos avançar nas**
3531 **construções deste Conselho para além das reuniões.** Eu acho que em alguns momentos nós
3532 produzimos muito bem, em alguns momentos nós produzimos muito mal aqui, mas eu acho que nós
3533 continuamos muito limitados a esse espaço. E o Conselho tem uma responsabilidade social que

precisa ser mais bem trabalhada. Nós não podemos apesar das discussões que nós temos feito aqui desde o início do ano, por exemplo, sobre a questão do extermínio da juventude negra, se limitar a belas recomendações, porque os nossos companheiros continuam morrendo lá na ponta. E nós não temos conseguido dialogar com as bases na medida em que nós precisamos fazer. Então, eu acho que se nós não avançarmos nisso, nós vamos perder legitimidade social, e mais do que isso, nós vamos começar a carregar a frustração que manifestamos aqui alguma vez e dizer que são reuniões e reuniões, formulações e formulações, mas nós não conseguimos ver a diferença concreta na vida das pessoas e é isso que nos move a estar aqui.

Sr. Elder Costa Santos (Fórum Nacional de Juventude Negra – FONAJUNE) – Bem, eu concordo com a maior parte do que foi dito. Na nossa avaliação é inegável reconhecer que é um grande avanço haver um espaço onde possamos fazer um diálogo com os diferentes atores da segurança pública, então isso é algo inédito em termos de Brasil. Também temos que fazer um elogio às posições avançadas, majoritariamente as posições que foram adotadas aqui no Conselho foram posições que apontam para o modelo de sociedade não racista, não machista, não homofóbica, e que valorize também os trabalhadores e toda a sociedade brasileira na discussão de segurança pública. Temos que elogiar também o grau de produção, não podemos dizer que o CONASP não formulou. Aqui tem essa pasta azul que demonstra que o grau de produção deste Conselho foi bastante elevado, mas isso não foi o suficiente, isso não foi satisfatório, porque realmente o decreto, a questão do decreto tirou o foco do conselho durante muito tempo. Tanto a questão do decreto, quanto as questões burocráticas que o Ministério da Justiça acabou colocando para o Conselho, e eu não acredito em coincidência e não acredito que não existe intenções por trás dessa situação. Parece-me que eu estava até comentando com o Geraldo e Marcos aqui, que o Ministério da Justiça tratou o CONASP como um filho bastardo, eu não quero ofender os filhos bastardos, mas eu não tive outra expressão para colocar. Então, o CONASP infelizmente não teve o mérito, não teve o prestígio que merecia perante o Ministério da Justiça, e por uma decisão política do Ministério, por uma decisão política do governo federal que recuou no caminho que estava indo, um caminho de ampliar a discussão sobre segurança pública e incluir todos os atores que a elas estão envolvidas. Eu acho que perceberam que é um perigo, perceberam que é, na verdade, um grande formigueiro, e começaram a recuar. **E essa questão do decreto e as burocracias que nós fomos vítimas aqui me parece que foi a estratégia utilizada para inviabilizar e enfraquecer o Conselho.** Um Conselho que se tornou, infelizmente, somente o pleno, porque as Câmaras Técnicas e temáticas sofreram um esvaziamento, apesar de sua contribuição, todas as Câmaras estão de parabéns, contribuíram muito, formularam muito. **Mas nós acabamos não tendo estrutura para reunir as Câmaras ou dar consequência às formulações da Câmara.** Então, as **Câmaras Técnicas passaram a praticamente não existir e a questão da efetividade dos encaminhamentos.** Alguns encaminhamentos que nós sabemos que têm alguns encaminhamentos que o Ministério dependia de outros entes da administração pública, mas vários encaminhamentos dependia apenas dele. E eu vou citar um aqui que diz respeito ao segmento ao qual eu represento, que foi a recomendação em relação ao extermínio da juventude negra, uma recomendação avançada, mais uma vez a juventude negra parabeniza o Conselho pela sua posição. No entanto, o Ministério da Justiça quando teve a oportunidade de colocar as propostas daquele documento em prática, não o fez, e a oportunidade foi agora no Plano de Juventude Viva, que o governo federal está desenvolvendo. Um plano que nós não podemos dizer que está sendo desenvolvido por conta do Ministério ou do CONASP, era algo que já iria acontecer, porque nós já temos mais de uma década aí colocando essa questão de extermínio da juventude negra. Mas tudo bem, acontece, o Ministério adere, participa, mas o Ministério, as contribuições que o Ministério apresentou ao plano não são as contribuições que a recomendação aponta, são contribuições tímidas do ponto de vista da recomendação. Entende? Então, nós somos um Conselho que formulamos, que aconselhamos, que apresentamos, e o Ministério quando tem a oportunidade de beber na fonte que o Conselho fornece,

dá as costas. Então, na última reunião que teve semana passada, eu, Raquel e Marcos estávamos lá, o representante do Ministério da Justiça apresentou: “Olha, as contribuições do Ministério da Justiça nessa questão de juventude negra são essas, essas...” E nós não conseguimos perceber a profundidade das propostas que nós formulamos aqui. Então, falar que a contribuição do Ministério ao Plano Juventude Viva é o projeto contra o auto de resistência que foi encaminhado, só isso? Não foi só isso que nós formulamos aqui em relação à juventude negra, formulamos várias coisas e o Ministério infelizmente deu as costas, e deu as costas por uma opção política. Muito obrigado.

O Sr. Hildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos) – Bom, eu acho que muitos companheiros aqui já falaram algumas coisas, e eu estava querendo pontuar apenas algumas observações em relação ao que eu escutei aqui do histórico. **E a reflexão é na questão da importância deste Conselho, então nós percebemos que a importância desse Conselho, do ponto de vista dos seus resultados e seus efeitos, pela narração aqui, inclusive de alguns conselheiros, houve, de fato, alguns resultados,** resultados esses produzidos pelo Conselho, que produziram alguns efeitos. Alguns efeitos que foram alcançados, do ponto de vista de algo do segmento dos trabalhadores, e outros efeitos não foram alcançados, por exemplo, como acabou de narrar aqui o companheiro Elder quando de uma formulação, de uma recomendação, isso não teve o efeito necessário e esperado. Mas, não deixa de ser importante o Conselho quando ele promove o debate sobre as suas recomendações. **A outra questão que eu acho que é fundamental analisarmos é com relação à incidência política desse Conselho,** e a incidência política desse Conselho no sistema de segurança pública, que no frigor dos ovos é o quê? É o objeto de estudo e debate político deste Conselho. Então qual é a incidência política neste Conselho? Quer dizer, qual é a importância da incidência política deste Conselho? Ora, se nós não em algumas falas conseguimos atingir o próprio gestor central de uma política de segurança pública nacional, isso mostra que há incidência política deste Conselho, ela, de **alguma maneira, está prejudicada e isso precisa haver uma calibragem, é preciso calibrar neste Conselho a sua incidência política no sentido de elevar-se à importância do qual ele, de fato, tem pela sua própria existência e natureza.** A outra questão ainda sobre a importância é a expectativa que a população, que a sociedade, que os segmentos têm desse Conselho. E eu percebo que as expectativas, muitas vezes, elas são muito confusas, porque ora se espera que este Conselho tenha de fato um papel eminentemente no controle de monitoramento no controle social, ora se tem a expectativa que este Conselho seja um captador das denúncias, dos problemas de segurança pública que existe no território. E ora ele pode ser tudo isso, mas a expectativa que as pessoas têm deste Conselho é que ele não seja um espaço que se debata apenas as questões de palácio, mas que se debata as questões de rua, que o problema está na rua, o problema está lá fora dos palácios, nos palácios, pode-se encontrar solução, mas os problemas não estão nos palácios, e nós não podemos ter um debate só de palácio. E aí na questão **ainda voltando mais para a questão do monitoramento, o abandono das Câmaras Técnicas, de fato, mitiga a importância desse Conselho, por** quê? Porque o que este Conselho tem a dizer, por exemplo, se alguém perguntar sobre a violência no Brasil hoje? O que dizemos sobre a violência no Brasil hoje, qual é o posicionamento neste Conselho com dados, análises, com, enfim, diagnósticos sobre a violência do Brasil hoje? E em relação aos conflitos, os conflitos de terra, com a questão indígena, os conflitos com os companheiros que lutam pela reforma agrária, os conflitos das comunidades tradicionais, os conflitos de grupos urbanos nos movimentos de moradia que geram e estão dentro do cenário da segurança pública, e são alvejados nas suas reivindicações e manifestações políticas por ações estatais, que continuam provocando a violação de direitos humanos. Então, o que este Conselho tem a dizer sobre os conflitos que existem no Brasil? A CPP denuncia que existem 320 lideranças sociais pelo interior do país sendo ameaçadas de morte. E os programas de proteção, eles são inócuos diante do quadro que existe. Semana passada, o índio da Tribo Mandocuré foi assassinado pela Polícia Federal, a questão dramática dos índios Guaranis Caiovaqui, acontece hoje no Mato Grosso do Sul, a questão das

comunidades indígenas que em conflito no Sul da Bahia, sendo que existem diversos líderes lá em situação de ameaça. Ou seja, e o que este Conselho tem a se posicionar em relação a isso? Outra questão ainda do campo do monitoramento é a própria ação estatal, quer dizer, qual é o produto do estado, e como nós avaliamos alguns produtos do estado, que inclusive é um dever do estado? E aí, no sentido, o Ministério da Justiça, ele tem algumas questões que nós precisamos analisar, por exemplo, o Pronasci, o que aconteceu com o Pronasci, qual é a continuidade desse programa, a questão do próprio SUSPE. Então o que é o SUSPE? Se falou do SUSPE, se apresentou o SUSPE, e o que significa ele? E o que está acontecendo, o que está andando em direção a de fato um Sistema Único de Segurança Pública? A questão do RENAERP, que é um órgão vinculado à SENASP, que é a rede de altos estudos sobre segurança pública, e em que momento se fez algum *link*, alguma articulação deste Conselho com esse outro órgão. E aí para ir encerrando no campo das perspectivas, pelo menos do movimento nacional de direitos humanos, nós compreendemos que este Conselho deve agir, deve se articular, e ele deve agir e se articular no campo das problemáticas sociais que existem hoje, e não só no campo do sistema de segurança do ponto de vista só jurídico legal, mas deve se articular também com essas questões aqui levantadas. **A nossa perspectiva é que este Conselho possa ter posições não só a partir de recomendações, mas que ele possa se articular na questão de conflitos de terra hoje no Brasil, que é um dos grandes problemas hoje na segurança pública.** Esse Conselho deve debater e deve ter articulação com a discussão sobre o desenvolvimento social que acaba criando um impacto e gerando processo de violência. O Conselho Nacional deve se articular com essa problemática dos cidadãos que estão com ameaça porque não podem lutar e reivindicar os seus direitos. E, por fim, **nós devemos pensar qual é o sistema de segurança pública que se afine com o estado democrático, com o estado** de direito, porque na visão do Movimento Nacional de Direitos Humanos, esse modelo de segurança pública que está aí não nos serve mais, ele não produz a segurança como um direito humano. E eu acho que essa é a perspectiva que nós temos é para este Conselho e achamos que esse Conselho tem um grande desafio. E para encerrar mesmo, achamos extremamente positivo esse espaço, em que de fato nós possamos dialogar e conhecer todos os segmentos, mas também sermos conhecidos pelos demais segmentos.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil) - Eu queria, eu sei que tem quatro, eu também gostaria de fazer a minha avaliação pela Rede Desarma Brasil, que nós estamos com o companheiro Everardo, mas temos vários companheiros aqui que vão precisar sair no horário a partir de 12h. Então, nós vamos ficar um pouco sem audiência, e vamos falar para poucos. (intervenções fora do microfone) O quorum está tendo agora. (intervenções fora do microfone) Não, a sugestão é que vamos para o almoço e volte todo mundo, se todo mundo voltar tem quorum, como está tendo aqui. (intervenções fora do microfone) Ribamar, vamos para o almoço e você volta o primeiro lá após o almoço. (intervenções fora do microfone) Não. Porque tem muita gente inscrita, todos nós fomos ouvidos e acho que devemos ouvir também todos. Vamos almoçar e voltarmos às 14h.

O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público) – Pessoal, então, assim, é uma questão só de ordem para reflexão durante o almoço, o seguinte, mais importante do que as manifestações que ainda existem conselheiros que estão querendo fazer as suas manifestações, é que nós consigamos votar alguma coisa, uma mensagem, ainda que seja simples, entendeu? Assim, por exemplo, nesse biênio o processo de segmentação do CONASP foi insuficiente, tem que ser coisa assim, coisas simples, entendeu? Mas com a carga política forte, porque senão nós não conseguimos passar a mensagem. (intervenções fora do microfone)

O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil) - Não só construir da insuficiência, eu acho que nós temos que ver o que Pedro falou, não só da insuficiência, mas da possibilidade de ser alcançada, senão fica uma coisa.

O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público) – É, e aí você pode dizer que pode melhorar, mas assim, é que isso seja assim, é suficiente ou insuficiente? Foi excelente? Esses conceitos são conceitos de votação e posição política, entendeu? Daí que também, eventualmente, eu estou ficando calado, porque eu acho que há um protagonismo aqui dos segmentos nessa avaliação. Eu estou aqui só mais observando e calado, mas assim, talvez o próprio segmento possa trazer alguma coisa, uma coisa simples que se faz ali no papel. (intervenções simultâneas)

O Sr. Almir Laureano dos Santos (vice-presidente) (Rede Desarma Brasil) – Sem dúvida. Marcos, você está fazendo isso o tempo todo, não se preocupe não porque nós entendemos sua mensagem. Eu acho que agora nós estamos, vamos almoçar. 14h aqui todos, obrigado pela manhã.

07/12/2012

TARDE

O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Vice-Presidente) (Rede Desarma Brasil) – Bom, vamos dar continuidade ao trabalho com o conselheiro Ribamar.

O Sr. José de Ribamar de Araújo e Silva (Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia – FNOP) – Bom, eu queria fazer uma avaliação que, de certa forma, é parcial porque estou há pouco menos de um ano no Conasp. Era antes a ouvidora do Pará que era a nossa coordenadora do Fórum Nacional de Ouvidores que nos representava. Mas, vou contar aqui com a ajuda do Geraldo também que pode me ajudar a avaliar na perspectiva do Fórum Nacional dos Ouvidores. Eu considero, a partir da experiência dos conselhos que eu tenho, ele vive um pouco uma crise de identidade própria desse período de maturação política. E, por isso, a minha avaliação é também muito prospectiva. Eu tenho duas coisas interessantes a registrar que eu vejo em outros conselhos e não vejo com a mesma intensidade aqui. Se eu estiver errado, me corrijam, porque não percebi. **Aqui, embora haja conflitos pontuais entre liderança não há aquela disputa de liderança que se pode perceber em outras instâncias de poder. Prova disso é que grande parte das recomendações e proposições por nós aprovadas, elas são ou por unanimidade ou por absoluta maioria.** Isso na linha do que o Élder tinha dito dá uma visão de **que temos avançado também na busca de um ponto consensual.** Um registro que já foi feito e eu queria reforçar que é importante, eu acho que, no tempo que estou aqui, **temos tido uma boa produtividade.** O volume das resoluções, das audiências públicas que desdobram **em resoluções tem boa produtividade no meu ponto de vista; agora baixa resolutividade.** Decidimos muito, mas não conseguimos fazer o círculo virtuoso dos encaminhamentos, que não dependem só de nós, mas muitas dependem só de nós também, ou seja, estamos atuando relativamente bem na formulação, mas no que diz respeito ao controle social, **não só porque também há um arrefecimento do governo, isso já foi registrado aqui, algumas coisas não avançam também porque não há interesse e decisão política de governo para avançar.** Mas, temos também perseguido pouco esse ideal do controle social, isso aqui foi falado em termos de orçamento, em termos de programas e projetos, nós tínhamos que ter uma visão maior de monitoramento de alguns programas e para isso precisamos ter mais capilaridade, e aqui estou fazendo uma autoavaliação, eu acho daqui e, normalmente, starto logo um informe da reunião para todos os ouvidores e me perguntam, como me pergunto quando eu vejo a Célia Rique apresentando a experiência da audiência lá em Pernambuco quando a ouvidoria local

efetivamente se engajou nisso porque se estamos aqui representando uma parcela, é preciso que repliquemos aquilo que para o segmento que aqui representamos e que ele dê capilaridade a todo esse debate que aqui fazemos. **Eu registro outra coisa importante que precisa ser melhorado, mas está num nível importante é que aqui pairam uma disputa legítima de interesses corporativos no melhor sentido da palavra. Não há interesse corporativo, como diria daquele corporativo pernicioso que prejudica a coletividade.** Embora haja tensões localizadas a esse respeito. Falta a nós também uma autocrítica a respeito de disciplina porque se o nosso tempo aqui é pouco, só temos dois dias, eu acho que tínhamos que ter um dia anterior, **a exemplo do que têm outros conselhos, para o funcionamento das Câmaras Temáticas.** Enquanto isso funcionou, eu acompanhei a Câmara Temática do Sistema Penitenciário, nós tivemos produção, debate, formulação, isso é uma coisa que precisa ser colocada em prática. Finalmente, aos ouvidores, eu acho, é uma autocrítica também, com igual importância que estamos discutindo a autonomia das perícias, nós tínhamos que discutir a autonomia das ouvidorias. Nós temos hoje 20 ouvidorias, estamos numa luta para chegar aos 27 estados. Isso que estou dizendo aqui tenho dito aos meus pares, o Geraldo é testemunha disso, **precisamos pautar aqui como pautamos lá a necessidade de: 1 - criar algumas condicionalidades, alguém já disse aqui nos repasses de recursos do Governo Federal. A própria Ouvidoria do Maranhão foi criada nessa perspectiva e agora nós estamos lá tentando fazer valer aqui aquilo...**

O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares Estaduais - ANASPRA) – Você me concede um aparte? Eu acho fundamental esse ponto que você colocou. Acreditemos ou não, **mas a Secretária-Geral da Presidência da República, através do Fórum Interconselhos, ele institucionalizou o Fórum Interconselhos. A cada 6 meses vão se reunir representantes de todos os conselhos, de âmbito nacional, para discutir o planejamento e o orçamento, e inclusive, a cada 6 meses que operar em Brasília e isso é fundamental,** estávamos esquecendo desse detalhe, **existirá uma política da Secretaria-Geral da Presidência da República e do Ministério do Planejamento para que os conselhos tomem ciência dos seus respectivos orçamentos para que possam monitorá-los e acompanhá-los.** Então, inclusive para abril do ano que vem haverá uma primeira atividade do Fórum Interconselhos que foi institucionalizado. Vale a pena quando você toca essa questão das Câmaras Técnicas e nós temos uma Câmara de Financiamento, ela tem que ser reestruturada, acompanhar o orçamento do Ministério da Justiça porque dentro do Fórum Interconselhos é que estará legitimado, estão criando uma ferramenta de monitoramento de todo planejamento e orçamento. **Você tocou num ponto fundamental que este conselho tem que se debruçar já no ano que vem porque nós temos a possibilidade efetiva de trabalhar dentro do planejamento e orçamento.** Obrigado.

O Sr. José de Ribamar de Araújo e Silva (Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia – FNOP) – Eu agradeço a sua colaboração e digo aos que ficam, eu sou daqueles que saem mesmo, porque também estou deixando a missão de ouvidor. É preciso dialogar de forma intersetorial com algumas outras políticas e conselhos. Inclusive fazendo a pedagogia de convencimento ao Governo Federal porque, por exemplo, é impossível tratar de Brasil sem Miséria sem atacar uma das mais graves mazelas que não é só a fome e a segurança alimentar, isso também, mas a insegurança pública. E eu costumo dizer que os problemas que não conseguimos resolver na segurança alimentar nutricional vira um problema de segurança pública, está aí o extermínio da população negra, a criminalização dos pobres como resultante desse fenômeno. Isso é um desdobramento prático para nós, **é dialogar de forma intersetorial com outras políticas da segurança alimentar e nutricional, da educação, com os próprios conselhos do Ministério da Justiça,** na oportunidade, a Câmara Temática fez um bom diálogo com o CMPCP, Conselho Nacional de Política Criminal, precisa investir e aprofundar esse debate, o Conselho Nacional da Política Racial, O Conselho da Juventude que está debruçado sobre o Programa Juventude Viva, na perspectiva de enfrentamento do extermínio negra. O

instrumento fundamental também defendido como diretriz do controle social da política e da atividade social precisa ser discutido e referendado na perspectiva de construir ouvidorias com autonomia porque alguns serviços só se prestam bem, como o da perícia, por exemplo, se for efetivamente prestado com autonomia. E esse debate não pode ser só um debate setorizado aos ouvidores. **E também aprofundar a perspectiva do monitoramento do orçamento, dos programas e dos projetos de forma articulada, sem que haja concorrência entre um e outro.** É a minha contribuição e avaliação. E só para finalizar, quem continuar aqui tem investir na 2ª Conferência Nacional de Segurança Pública a bem de todos nós que precisamos de uma política pública de qualidade.

O SR. GERALDO SOARES WANDERLEY (Pastoral Carcerária Nacional) – Bem, analisando a história desde o começo, desde a Conseg, e depois com a implantação do Conasp, eu acho que nós temos que considerar isso um grande avanço porque não tínhamos esse instrumento de controle, de discussão, de espaço, de estarmos juntos aqui, sociedade civil, trabalhadores, gestores, e esse tempo temos que considerá-lo bastante profícuo. E tentamos muito. Se não empregamos um tempão aqui na organização do Conselho, na questão das proposições, construindo as propostas, e depois vimos que isso ficou um pouco de lado porque outras demandas apareceram. Aquele entusiasmo que tínhamos no começo e as expectativas em função do que a 1ª Conseg gerou também isso tomou uma proporção, mas foi diminuída porque foi até fruto de amadurecimento, fomos percebendo que não podíamos dar conta de tudo aquilo, e aquilo se efetivar a partir de uma conferência quando têm outras políticas por aí que já têm 15 conferências e têm demandas da primeira. Eu acho que começamos a nos preocupar com os problemas da segurança pública e as respostas do governo foi quando nós começamos a exigir apresentação de planos, que o governo discutisse conosco, e o governo só apresentou, tudo já estava montado. Vieram as audiências públicas que também era uma tentativa de discutir os problemas de maneira mais profunda e tirar algumas deliberações. Fomos tentando e isso é importante. Mas, o problema é que chegamos a dizer que isso quase não deu em nada. Tivemos até a preocupação de transferir as reuniões do Conasp para os estados, depois desistimos. Na verdade, nós queríamos dar visibilidade ao Conselho, discutir os problemas com a população local. Então, vejam, que tudo que eu estou dizendo nós pontuamos nessa caminhada. Mas, fomos nos esgotando, evidentemente, porque o governo foi cada vez mais se encolhendo com relação ao Conselho. Bem, eu considero que produzimos bastante para o primeiro mandato, o que precisamos agora é realmente buscar uma maneira mais organizada, pensada. Eu sempre defendi que deveríamos ter começado com 15 dias de preparação deste Conselho, todo mundo fazendo um trabalho de aprofundamento do que realmente era o Conasp e das grandes problemáticas da segurança pública que não discutimos. Nós, pessoalmente, na questão penitenciária tivemos as apresentações do Ministério, através do Depen, duas apresentações, audiência pública que foi feita, recomendações, tivemos encontro com o Conselho Nacional de Política Criminal e com alguns órgãos do Governo Federal nessa perspectiva de criar um debate intersetorial, mas chegamos ao final meio sem perspectiva e nós não fomos bem-sucedidos. Então, **o que eu acho é que devemos continuar depois desse processo procurar fazer com que essa Conseg vá o mais possível para a rua, discuta os assuntos mais importantes da segurança pública, inclusive sobre o plano que fizemos aqui, trazendo os trabalhadores, a sociedade para pensar isso junto de modo bem mais unido e procurar fazer com que nós realmente consolide isso usando bastante a mídia, não usamos, voltando às nossas origens trabalhar junto com as nossas bases, não fizemos bem isso, por exemplo, eu termino e faço o release e mando para vários cantos, para a minha Pastoral Brasileira, às vezes não temos nem respostas. Então, devemos definir novas estratégias, mas considerar que, nesse período, avançamos.** Essa é a avaliação.

3831 **O SR. MARCOS ANTÔNIO DA SILVA COSTA (CONSELHO NACIONAL DO**
3832 **MINISTÉRIO PÚBLICO)** - Em relação a essa prestação de contas do que foi esse biênio, a
3833 existência do Conasp, ou até falei com o Éder, essa garantia desse espaço democrático é básico, isso
3834 foi conseguido na Conseg. Isso não é mérito mais do governo. **O mérito do governo é consolidar o**
3835 **controle social na área de segurança pública.** Esse é que é o espaço de controle social. A
3836 realidade deve ser enfrentada de forma dura. Ontem, na última reunião, houve uma ida ao Gabinete
3837 do ministro da Justiça, essa ida não foi capaz de fazer o ministro se movimentar para responder ao
3838 Conasp, isso é muito simbólico do significado do que o Conasp tem em relação do ministro da
3839 Justiça. Então, eu tenho sido muito crítico em relação à postura em relação ao Conasp porque a
3840 partir da minha experiência em conselhos dessa natureza de controle social, o controle social é
3841 exercido sobre o Governo, e apesar de ser paradoxal e contraditório o governo tem que querer esse
3842 controle social; ele tem que patrocinar um ambiente onde ele vai ser controlado, e quando o
3843 governo não participa, quando o governo não está num ambiente de controle social fica um diálogo
3844 entre os segmentos. Quem do Governo Federal está aqui agora neste momento para ouvir? Então, a
3845 participação do Governo efetivamente em todas as reuniões, isso é uma condição *sin qua non* para o
3846 funcionamento do controle social porque este é feito sobre o Governo, se o Governo não está aqui,
3847 o que adianta esse controle social? **Dai que e aí deve ser repensada a aceitação, por exemplo, da**
3848 **vice-presidência por um indicado da sociedade civil ou do segmento dos trabalhadores.** O
3849 Almir, por exemplo, não a pessoa Almir, mas quem está conduzindo as nossas reuniões nos últimos
3850 tempos é Almir. Não é para ser isso. Foi meio que uma armadilha. Se para fazer assim, tirar a
3851 presidência, então vamos passar a presidência definitivamente com um cargo comissionado na
3852 mesma estatura das demais secretarias do Ministério da Justiça, com dedicação exclusiva, que esse
3853 presidente tenha acesso diretamente ao Gabinete do Ministro, se é para ser assim, então, vamos
3854 fazer o jogo completo. Até por que nós estamos vinculados à Secretaria Nacional de Segurança
3855 Pública - Senasp? Se a Senasp você tem a Secretaria Antidrogas, você tem a Secretaria de Justiça, é
3856 algo que deve ser repensado então. **A realocação do Conasp dentro do Ministério da Justiça tem**
3857 **que estar estabelecido, um presidente com dedicação exclusiva que saiba que aquele local ele**
3858 **tem que brigar por ele perante o ministro é importante porque senão vai continuar essa**
3859 **mesma situação. Então, que houve avanços, mas do ponto de vista da sociedade civil ampla,**
3860 **que não está representada, qual é o reconhecimento do Conasp na imprensa? Que ator é esse?**
3861 **Nós não conseguimos também consolidar um sistema de conselhos estaduais e municipais, não**
3862 **conseguimos ser referência para esse sistema. E isso** depende de orçamento, depende de pessoas,
3863 de estrutura, não se sai do lugar com 2 servidores da Secretaria-Executiva. Não se sai do lugar se
3864 não puder trazer pessoas para cá movimentar. Então, daí que é importante que haja uma avaliação
3865 crítica do que foi esse biênio, do que significa a Política Nacional de Segurança Pública nesse
3866 biênio? Estamos bem? Estamos mal? O Governo está bem ou está mal? Essa avaliação tem que ser
3867 manifestada criticamente por esse ambiente, quem aqui está são os representantes, bem ou mal,
3868 foram eleitos dos segmentos da sociedade civil, dos segmentos dos profissionais da área de
3869 segurança pública e mais os indicados pelos gestores públicos. Então, é preciso justamente apontar
3870 quais foram as deficiências. Há uma deficiência nessa consolidação, tem que ser dito isso porque
3871 senão vai continuar a mesma coisa, não sai do lugar, continuamos tendo dois anos, 50 mil
3872 homicídios por ano, 100 mil homicídios, desses quantos são negros? Mais de 80 por cento. Você
3873 chega lá para os seus representantes e dizem assim: “Você está lá no Conasp, modificou alguma
3874 coisa? Que Conasp é esse?” As nossas deliberações, se você olhar no portal, elas nem são
3875 divulgadas adequadamente. Ninguém não está nem aí para o Conasp. O Conasp não é um ambiente
3876 importante no debate hoje. As pessoas que estão no Conasp, esse ambiente é um ambiente
3877 importante? Muito importante. As relações interinstitucionais aqui estabelecidas, essa proximidade
3878 entre o movimento social e os profissionais segurança pública que foi estabelecida é importante? É
3879 de grande relevância. E aqui eu queria também atentar por uma coisa, eu acho importante que além
3880 do Conasp como entidade, quer dizer, nós somos uma coletividade e essa coletividade depende de

uma decisão coletiva para ser movimentada, mas, além disso, cada uma das instituições que aqui estão, cada uma deve atuar por fora do sistema do Conasp perante o ministro da Justiça porque Viva Rio é recebida pelo ministro, a Pastoral é recebida pelo ministro da Justiça para dizer justamente assim: “Ministro, não está funcionando”. Eu digo assim, a Pastoral, Viva Rio, outras entidades, são recebidos individualmente como atores relevantes, o que eu falo é que aqueles que têm acesso e muitos aqui têm acesso ao governo devem chegar perante a ele...

O Sr. Marcos Fábio Rezende Correia (Coletivo de Entidades Negras) – Eu quero saber onde estão esses muitos até para eu saber onde estou pisando. Porque eu sou uma parte que já fiz ofício algumas vezes e tudo e nunca fui recebido pelo ministro. Eu quero até entender meus parceiros que estão indo lá que não têm conversando entre os pares. Então, deixe-me explicar quais muitos são. E isso revela o tratamento diferenciado que existe entre o governo e algumas entidades. Mas, algumas entidades aqui têm acesso direto ao governo. Cobrapol tem acesso direto ao ministro da Justiça. PRF tem também. Gajop tem acesso, Gajop está no governo. O que estou falando é que algumas entidades aqui têm acesso. A Rede Desarma, por exemplo, tem acesso. Agora, o que estou falando é que além do Conasp agir coletivamente, as entidades que estão dentro do Conasp e que por acaso algumas dessas entidades têm acesso ao governo e ao ministro da Justiça deveriam chegar e ele dizer que não está funcionando o Conasp. Algumas, por exemplo, têm acesso aos sistemas partidários. Então, o importante é deixar claro para o Governo que não está funcionando. Seja coletivamente o Conasp, seja individualmente cada uma das entidades que aqui estão. Pastoral por exemplo tem acesso, a CNBB tem acesso.

O SR. VICENTE ANTONIO MARIANO FERRAZ (Conselho Nacional de Comandantes Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares) – Eu queria levantar uns 5 ou 6 pontos e fazer algumas propostas para o relatório da Comissão que vai avaliar os dois anos. O primeiro ponto que eu queria destacar é que de uma forma direta ou indireta, outros conselheiros já enfatizaram, porque o Conasp se é uma conquista da sociedade; se nós avaliarmos que a 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública foi a consolidação do Conasp com a referência de 40% da sociedade, 30% de gestores e 30% de trabalhadores. O Conselho Nacional de Segurança Pública nas gestões anteriores não só no período militar, mas mesmo em governos de transição era um papel em branco. Tinha lá uma composição, 100% de Governo e não tinha reuniões. Então, **mal ou bem isso aqui é uma conquista da sociedade, razão pela qual a maioria das entidades que está no processo eleitoral quer voltar para garantir essa conquista. O segundo ponto, nos 2 primeiros anos nosso aqui, eu acho que demos muita atenção a questões administrativas**, perdemos tempo, não que não seja relevante o debate do decreto, mas não precisa ter 8 ou 9 reuniões para discutir o decreto, perdemos tempo. Então nós não temos que olhar só para o olhar do Governo com relação ao Conasp, eu vou citar, mas também uma autocritica nossa porque aqui nós temos somando trabalhadores e sociedade civil e parte dos gestores temos a maioria absoluta do Conselho que defende posições que não têm vínculo governamental da qual eu me incluo, eu em todas as questões mais de fundo colocadas ou pelos trabalhadores ou pela sociedade civil eu voto pela consciência do tema. Então, eu acho que a questão, por exemplo, da desmilitarização, fim da prisão administrativa, aposentaria especial para policiais, não são só temas corporativos, também devem ser temas da sociedade que têm reflexo na sociedade, como outros temas trazidos pela sociedade civil, o genocídio da juventude negra no país, nós discutimos temas importantes. **Tivemos pautas relevantes para os segmentos, mas talvez essas pautas fossem mais relevantes para os nossos segmentos aqui em particular dos trabalhadores do que para a sociedade, então, nós temos que transmitir que o debate nosso aqui é importante para a sociedade.** Quando se discutiu a questão envolvendo a Polícia Federal e a Polícia Técnico-Científica tinha 8 delegados da Polícia Federal aqui, hoje não veio nenhum. Quer dizer, só venho quando o tema interessa à minha corporação? Eu acho que o Conasp tem três papéis estratégicos. O primeiro é ser um espaço

3931 institucional para dialogar com a sociedade sobre os grandes temas da segurança pública. Nós
 3932 discutimos alguns temas relevantes, mas não dialogamos com a sociedade civil. Temos que
 3933 repensar essas audiências públicas que fazemos porque são um fiasco. A última tinha 5
 3934 conselheiros. Não precisa ter audiência pública, chama o cara aqui e fala para os conselheiros. O
 3935 segundo papel do Conasp é contribuir para formular políticas públicas para a área de segurança
 3936 pública. Isso não fizemos e essa não tem dúvida, só formula políticas pública na área de segurança
 3937 pública se tiver abertura do governo de receber. E nesses dois anos tudo que saiu no ponto de vista
 3938 de política de segurança pública este Conselho foi informado, não foi convidado a formular. Então,
 3939 essa para mim do ponto de vista estratégico é a crítica maior que eu faço ao governo. A questão
 3940 também da Secretaria-Executiva é secundária. Às vezes ela ganha um tempo aqui de 3, 4 reuniões.
 3941 O importante é a falta aí do ponto de vista crítico é que este Conselho não foi reconhecido como
 3942 órgão que contribui para política pública. A Raquel disse que nós corremos o risco de perder a
 3943 legitimidade social. Será que temos legitimidade social? Quer dizer, não as entidades
 3944 individualmente, mas **o Conasp não construiu em dois anos legitimidade social. Esse é desafio**
 3945 **que não é do governo, é nosso de prestígio social, de prestígio político não se ganha, se**
 3946 **conquista.** Então, temos que pensar quais as maneiras de ganharmos legitimidade social e prestígio
 3947 político, independentemente, da leitura que o governo tem ou não deste Conselho. Bom, a **questão**
 3948 **de melhorar e reestruturar a Secretaria-Executiva é uma exigência porque ela já esteve**
 3949 **estruturada. Acho que aí concordo com a análise do conselheiro Marcos Costa de que a**
 3950 **eleição do vice-presidente do Conasp não é sinônimo de que agora não precisa mais da**
 3951 **presença do governo porque senão ficamos falando para nós mesmos. Então, essa questão**
 3952 **temos que retomar aqui e ver qual a importância, e aí não é nem um desmérito pessoal, acho**
 3953 **que está bem representado o vice-presidente, mas depois que teve a vice-presidência da**
 3954 **sociedade civil praticamente não teve mais a participação orgânica, permanente do governo**
 3955 **aqui.** Então, dá para a sociedade civil ou para os trabalhadores a presidência do Conasp porque aí
 3956 sabemos, não precisa vir, a presidência é da sociedade civil. Bom, feitas essas observações, eu
 3957 queria fazer 6 sugestões para o segundo mandato que eu como gestor não sei se vou estar aqui ou
 3958 não. Se for presidente do CONSEIS nós temos uma representação de municípios, não sendo
 3959 presidente do CONSEIS não terá nenhum sentido eu estar aqui. **A primeira questão: o Ministério**
 3960 **da Justiça, a nova gestão tem que dialogar e exigir do governo que tenha assessores direto do**
 3961 **ministro para acompanhar, junto ao Conasp, as etapas da 2ª Conferência.** Eu acho
 3962 fundamental, aí sim uma decisão colegiada cobrando quais são os representantes do **Ministro**
 3963 **da Justiça para discutir a 2ª Conferência. Reforçar o papel do Conasp como órgão de**
 3964 **assessoramento do Ministério da Justiça na formulação de políticas públicas.** Não tivemos em
 3965 dois anos. Nós queremos ser esse órgão que contribui para formular políticas públicas; **propor a**
 3966 **publicação do Anuário do Conasp com as principais deliberações destes dois colegiados, as**
 3967 **moções, recomendações e pareceres,** um livro com 15, 20 mil exemplares para as nossas entidades
 3968 sair entregando o que nós fizemos. Isso tem que sair uma decisão e brigarmos para que o governo
 3969 publique, isso aqui é um órgão vinculado ao Ministério da Justiça. Um anuário, temos condições de
 3970 cada setor recebendo 500, 1000 exemplares divulgar para a sociedade o que estamos fazendo aqui.
 3971 **Reestruturar a Secretaria-Executiva; propor duas reuniões no ano, pelo menos, com o**
 3972 **ministro da Justiça com pauta discutida em conjunto; rever audiências públicas, dar um**
 3973 **formato novo a elas; e propor para o governo que demandas nos estados onde participa o**
 3974 **Ministério da Justiça na área de Segurança Pública não só informar, mas nos colocar, inserir**
 3975 **nos estados no debate com os governadores.** Isso não aconteceu nenhuma vez, Foram citadas aqui
 3976 situações da Bahia, de São Paulo foi criado um grupo de inteligência no estado e no Ministério da
 3977 Justiça para discutir a crise na segurança pública, eu sou conselheiro de São Paulo, nem sei o que
 3978 foi discutido e qual é a pauta que foi colocada, eu vi pela imprensa. Essas são questões que
 3979 envolvem a nós todos. Por último, eu estou torcendo para que volte, senão todos, mas maioria das
 3980 entidades que estão hoje nestes 2 primeiros anos do Conasp, **eu acho que 2013, aí a Mesa Diretora**

tem uma papel importante é pauta única, a pauta única é a segunda conferência porque senão nós não vamos conseguir fazer a 2ª Conferência. E aí tem uma posição de cobrar do governo e uma equipe que acompanha, mas também iniciativas como teve a Célia de já botar a conferência na rua. Daquilo que nós discutimos de articular a Conferência na rua, só a Célia fez e o Geraldo fez lá uma pequena reunião. Se todos nós já tivéssemos colocado a conferência na rua, trazendo debates, nós encaminhávamos um relatório para o governo dizendo: a 2ª Conferência já começou. Então, os nossos debates no ano que vem têm que serem pautados pelos temas que nós escolhemos para a 2ª Conferência. E aí dá um amplo debate. A reforma das polícias, vamos discutir isso por completo, o inquérito policial, têm tantos temas, desmilitarização, mas dentro da lógica da 2ª Conferência. Se nós não priorizarmos, discutir em 2012 a 2ª Conferência, ela não vai acontecer. E mais, o governo vai dizer: “Passamos para vocês a responsabilidade de escolher os temas, de fazer o documento básico e vocês não deram conta”. Então, **formular o projeto básico para a conferência, fazer as reuniões nos estados não dependem de recursos do governo, não dependem da vontade do governo, com recursos seria melhor, mas precisamos recursos para fazer reunião?** Dá-se um jeito de fazer de uma forma ou de outra, fizemos reuniões e plenárias com ou sem Governo. Eu faço um apelo, sobretudo para as **entidades que ficarão nos próximos 2013/2014, de trazer para este plenário a questão da 2ª Conferência até março ou abril ter efetivamente um texto básico.** E acho que a principal contribuição das Câmaras Técnicas foi qualificar o conteúdo da 2ª Conferência. Agora as Câmaras Técnicas se não der para vir um dia antes, uma reunião discute conferência, a outra reunião é Câmara Técnica, ficamos dois dias aqui discutindo Câmara Técnica. Quem decide a lógica desse colegiado é este Colegiado. Se achamos que é importante ter Câmara Técnica, uma é ordinária e a outra é Câmara Técnica e informamos o governo. Quer dizer, não ter que ficar pedindo ao governo, eu, pessoalmente, tenho dificuldade de ficar 3 ou 4 dias aqui. Então, esta Conferência e a visibilidade, a legitimidade social, o prestígio político que vamos conquistar, não ganha, esperar que o governo dê de mão beijada o prestígio político, nós vamos passar mais 8 anos aqui, prestígio político conquista e a conquista do prestígio político deste Conasp se dá em dirigir e fazer uma 2ª Conferência mais qualificada do que a primeira. Esse é o nosso desafio. Se conseguirmos fazer isso com certeza a participação do Governo será outra e o reconhecimento da sociedade também será outra. Obrigado.

O Sr. José Roberto Neves (Sindicato dos Agentes Penitenciários Federais – Sindapef) – Bom, a experiência que quero compartilhar com vocês aqui é de um conselheiro que entrou aqui e viu tudo de novo. Eu tinha um pouco de preconceito com relação a conselhos, sobretudo, porque vimos de uma categoria que, normalmente, não é ouvida nesses conselhos. Mas, vimos aqui uma possibilidade interessante de fazermos de intervenções. Então, não estamos aqui esperando muito do governo e sabemos fundamentalmente que proposição deverá vir das nossas discussões ou das mobilizações de base. **Eu entendo que um conselho ligado a um órgão do governo que é o Ministério da Justiça e quando possibilita à sociedade civil e aos trabalhadores a participarem poderá ter duas vertentes: ou eu quero realmente fazer com que a sociedade e os trabalhadores participem das formulações das políticas de determinado setor, neste caso a segurança, ou eu quero apenas que essas entidades legitimem as ações e as intenções deste governo.** Nós percebemos aqui que tem um pouco de tudo. Existe a possibilidade, mas tem fundamentalmente aqui algumas coisas que vieram aqui para ter a nossa chancela, o que demonstra que também existe intenção que sejamos aqui meros assinadores de recomendação ou ratificadores de decisões do governo. Pessoalmente, eu tive uma experiência muito interessante. Eu disse a alguns colegas que eu provavelmente tenha sido o conselheiro que mais aprendeu nesses 2 anos, não evidentemente por que fui o conselheiro mais aplicado, mas talvez ser o conselheiro que chegou aqui com menos experiência e assumi uma estratégia de observar e muito. **Uma das experiências mais fortes que eu tive aqui foi a interlocução com a sociedade civil; de poder falar com a sociedade civil um pouco dos anseios da categoria que eu represento aqui dentro.** Eu tenho

certeza que isso foi o maior ganho para nós, dialogar com a sociedade civil e passar essas referências que temos dos trabalhadores do cárcere. A partir dessas experiências, nós implementamos boas ações dentro do estado de onde eu venho que é o Paraná. Dialogando com a sociedade civil e a chamando para discutir as questões do sistema penitenciário, não mais como opositores. Algumas questões do ponto de vista regimental e da estrutura também foram muito novas para mim. Aqui logo que cheguei fui para uma das Câmaras Técnicas, que é a do Sistema Prisional e tivemos muitas dificuldades no debate e aprendemos muita coisa. Aqui, depois desse debate e interlocução, eu aprendi a respeitar a opinião do outro, a Pastoral Carcerária que teoricamente seria a entidade que mais teria divergência conosco se tornou agora nesse próximo pleito eleitoral a minha primeira opção de voto, se não concordamos com tudo, sabemos que é com essas entidades que vão nos ajudar a pautar o sistema prisional. Eu digo isso pela importância que teve pessoalmente para nossa formação. Isso eu tento passar para as outras pessoas da nossa categoria, isso tem tido um reflexo dentro dos estados. **Agora, uma falta que eu vejo fundamental é que nossas ações e proposições não têm encaminhamento.** Nós temos as resoluções, as recomendações e elas não param por aí. E eu pergunto, qual é o expediente que temos para fazer uma diligência para uma recomendação se transforme efetivamente em ação no Ministério da Justiça, para quem nós, normalmente, dirigimos nossas recomendações. Nós fizemos o debate da 1ª Conseg e tiramos diretrizes importantes e eu penso que aqui não conseguimos sintonizar isso como prioridade das nossas ações. De qualquer forma, eu revelo para vocês aqui que o nosso segmento de trabalhadores nunca foi ouvido como aqui neste colegiado. Então, só por isso valeu estar a pena estar aqui. Acho que se não somos respeitados, eu concordo com o Mariano, temos que cobrar ações do governo, mas acho que as nossas ações políticas aqui é que vão nos dar essa garantia dessa legitimidade. Eu também penso assim e é por isso que tentamos fazer interlocução com a categoria das questões que aqui estão. Assim, me senti muitas vezes aqui rotulado das poucas vezes em que fiz intervenções, rotulado de corporativista, mas é porque a experiência que nós trazemos para contribuir no debate de segurança pública como um todo é a experiência que trazemos lá do nosso trabalho, nós não militamos nessas áreas sociais que vocês militam, eu acho que com o tempo, as pessoas que vierem a nos suceder, vamos buscar repassar essas experiências para que não comecem tão verdes como nós começamos. Houve um lance até tietagem. Quando eu cheguei aqui neste Conselho, eu vi entidades que eu só ouvia falar de nome. Todos aqui, a Viva Rio, o Conselho de Entidades Negras, a Pastoral que militava conosco, tantas entidades aqui que eu conhecia por ouvir falar. E hoje quando chegamos lá na nossa base e digo que debati com vocês isso para nós é muito importante, embora não estejamos ainda no grau no debate porque só são dois anos desta experiência, nós trazemos essa humilde experiência dos trabalhadores do cárcere para vir poder fazer esse debate, mas embora não estejamos na condição de fazer o debate no mesmo nível talvez, eu espero ter dado um pouco de contribuição e trazido aqui um pouco desses anseios. E para nós lá é muito importante. Para nós lá quando falamos que estávamos com vocês aqui para a nossa categoria é de fundamental importância. Para finalizar, vocês não sabem a diferença que faz para um agente penitenciário que está lá na base, no fundo do presídio, falar que estamos aqui debatendo no Conselho de Segurança. Se para nós conselheiros não damos essa importância, a nossa categoria espera muito de nós. E é por isso que agradeço esses dois anos que passamos juntos debatendo.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente) (Rede Desarma Brasil) –Bom, todos os conselheiros fizeram uso da palavra. A Rede Desarma Brasil gostaria também registrar, não a vice-presidência, mas a instituição que eu represento. Como foi sugerido por Tião que fizéssemos uma autoanálise, a Rede Desarma Brasil por coincidência está no lugar certo, fomos a instituição procurada pelo Ministério da Justiça por Alberto Kopttike para que pudesse dar uma capilarização a um anteprojeto da realização da Primeira Conferência Nacional de Segurança Pública dadas as instituições que fazem parte da Rede Desarma Brasil e como o Pedro disse, nós também buscamos espaço, não esperamos convite não. O Grande Oriente foi em busca do espaço, até chegamos a

brigar pacificamente porque num fórum foi aberta a audiência e fomos nos inscrever para falar, demos os nossos nomes, eu e o Clovis, quando chegou a nossa vez, encerrou-se o evento. Mas, daí nasceu uma grande amizade porque não tinha ódio na reivindicação, tinha o pedido de querer falar naquele congresso. Mas, percebemos naquele congresso um avanço muito grande como nós fazemos parte da sociedade civil, eu vi um gestor falando com coragem para o governo de tal maneira que colocava em risco o seu cargo que era o Secretário Nacional de Segurança Pública, Ricardo Balestreri. Aquilo nos encantou e todos da Rede Desarma Brasil fizemos um documento ao Ministério da Justiça dando apoio e aí foi construindo isso, foram chegando essas instituições que também não conhecíamos como o Neves disse e tivemos acesso a outras instituições valorosas neste País que para nós poderiam ser anônimas, mas para o trabalho da cidadania já estavam consolidadas. E aí fomos vendo o colorido dessa cidadania que eu percebo que a nossa política de segurança pública, a cidadania está em inanição. Eu acho que o Conasp hoje no Ministério é o espaço da cidadania em segurança pública. Não existe outro espaço, eu não estou vendo outro. Ainda vejo este espaço como a construção de cidadania porque o Conasp tinha prazo inclusive para dezembro de 2012. E como Tião, eu nunca faltei a uma reunião. Para vocês terem ideia, eu nunca vi um suplente meu tão feliz como é o grão-mestre lá da Paraíba porque ele não quer vir. Então, não consegui faltar a nenhuma reunião até hoje e me senti muito feliz nesse aprendizado também. Temos diferença na sociedade civil e isso nunca não foi escondido e essa clareza faz mostrar quem está realmente no exercício disso. Conviver com a adversidade é a maior dificuldade que eu percebo. Eu e Helder fomos ao Fórum de Interconselhos e o tema era “Convivência com a Adversidade”. É difícil, porque têm muitos paladinos, são tantos diferentes da sua ideia que ele não consegue suportar isso e esse exercício de conviver com os diferentes, isso nos dá oportunidade de pensar sobre todas essas coisas. Eu vou dizer da minha felicidade de se não estiver aqui na próxima gestão dizer que eu participei dessa condição. Que possamos, de certa forma, a Rede Desarma Brasil e o Grande Oriente do Brasil, nós perdemos uma grande **oportunidade também de pactuar com o governo quando a Secretária Nacional esteve aqui. Ela iniciou dizendo que este Conselho iniciasse uma pauta, É isso que precisamos fazer: a pactuar a política de que tanto falamos. Eu desejo para a próxima, como delegado, dê atenção às sinalizações que chegam e nós não percamos oportunidade.** Então, desejo sucesso a todas na próxima eleição, dia 18, que possamos fazer uma eleição no mesmo nível que já fizemos com aquela beleza da articulação, sem desrespeitar ninguém. É assim que eu penso. E foi um feliz aprendizado que eu tive neste Conselho. Vamos fazer o rodízio novamente passando para o conselheiro Gandra.

O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Civis – Cobracol) – Bom, eu gostaria primeiro por uma questão de esclarecimento o que nós vamos tratar depois do encerramento dessa rodada porque como eu disse eu tenho que me ausentar. Eu gostaria de um esclarecimento da Comissão Eleitoral porque nesse processo que se deu houve um pedido de impugnação de candidatura da nossa entidade. Eu gostaria de saber quem foi que pediu isso.

O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Segurança Pública) – Eu acho que podemos passar por email o nome da entidade, é legítimo o pedido.

O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Civis – Cobracol) – Então, pode passar por email, não tem problema. (*intervenções fora do microfone*). Era essa a questão que eu queria esclarecer. Eu me sinto contemplado na fala de todos, e como eu pretendo me ausentar eu vou me despedir de todos os senhores, vou pedir licença para eu possa me retirar e dizer que espero vê-los novamente em 2013 na 1ª Sessão de Nomeação, não sei se serei eu porque me parece que enquanto não for resolvida essa questão de repetir mandato poderemos até não estar aqui presente, mas eu quero dizer que vamos indicar um não policial para ser suplente,

sempre colocamos dois policiais, agora nós vamos indicar um não policial, uma pessoa que é envolvida na Segurança Pública e por sinal é político-partidário, é do Partido dos Trabalhadores, mas não tem nada a ver com o Governo, ele será independente até porque eu serei o seu coordenador e vamos estar juntos. Ele virá aqui colaborar com assuntos técnicos etc. Como nós não temos concorrentes, a nossa entidade já agradece desde já os votos que foram dispensados por todas as entidades votantes e aproveitar para dizer que temos dois votos, o voto da Cobrapol e o voto de uma Federação, as outras infelizmente não entenderam, não se candidataram, brigaram entre eles, ficaram ciúme, isso aí tem em todo canto mesmo, e impugnou justamente por conta dessa outra como se eu tivesse manipulado. Mas, cada entidade é autônoma, tem a sua vontade própria. Eu concedo um aparte.

O Sr. Marcos Fábio Rezende Correia (Coletivo de Entidades Negras) – Não, Gandra, você tem concorrente porque não é o fato de você não ter outra entidade que possa ocupar a cadeira de vocês que faz com que você possa vir a ser votado ou não. E com certeza os votos que vocês têm representam o respeito, o carinho e o trabalho que você desenvolveu frente à Cobrapol junto a este Conselho porque muitas vezes existem outras entidades de trabalhadores que não têm concorrentes, mas que acaba tendo uma votação pequena, inexpressiva o que demonstra a dificuldade de diálogo e de respeito entre as partes. Eu queria registrar isso que é importante para nós.

O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Civis – Cobracol) – É isso mesmo Marcos. É por isso que eu solicito que as entidades mesmo não tendo naquela lista, as entidades concorrentes, que vocês votem com consciência porque isso contribui para o Conselho Nacional. Eu acho que a nossa entidade é legitimada sim, mesmo ela estando só. Nós já concorremos da última vez as entidades dos policiais federais, tivemos a felicidade de estar aqui convivendo com os senhores, bem ou mal, aprendemos muita coisa e **o que eu quero deixar aqui consignado em Ata é que as coisas que eu levo para os nossos policiais em todos os rincões do País foi a possibilidade de conhecer entidades civis, entidades militantes dos direitos humanos, entidades que talvez nem entendessem, até algumas equivocadamente generalizando, então, eu vejo isso como um dos fatos positivos.** É poder conversar, esse relacionamento que tivemos, não enquanto conselheiros, mas enquanto pessoas tomando um cafezinho e sabendo que existem pessoas boas, a instituição policial é uma instituição boa, está capengando, todos nós sabemos, precisamos fazer uma reforma, mas as forças políticas a que nós dispusemos não foi possível ainda para que pudéssemos implementar isso. Eu acho que temos de pressionar o governo sim, a sociedade civil tem um papel muito mais importante do que nós entidade dos trabalhadores porque vocês são os formadores de opinião sim e apesar desse nosso Parlamento estar completamente viciado, os partidos políticos que lá estão perderam a sua identidade político-partidária, ninguém sabe qual é a sua bandeira, a ideologia, prevalece a ideologia do comodismo, da politicagem, isso é muito ruim e posso até dizer que é um fato preponderante para que o país continue da forma como está. O que está faltando é salário para o policial. O policial mora mal, ganha mal, o policial tem bico, e o governo não toma nenhuma medida. Se o governo não toma, eu conclamo a todas as entidades civis para nós nos juntarmos aos policiais militares e das entidades representantes dos policiais militares para que possamos sim já reivindicar a forma de tratamento adequado porque criticar é muito bom, é fácil criticar. Portanto, eu acho que o Conselho sim deveria tratar de temas que estão acontecendo no nosso dia a dia, interferir, pedir providências para que nós enquanto conselho, não sejamos taxados de cegos. Feliz Natal a todos. Eu vou levar daqui saudades de todos os amigos, caso eu não tenha que estar aqui, mas de vez em quando vou aparecer, todos têm meu telefone, se precisarem da nossa ajuda, se for possível, conte conosco, nós estamos em todos os estados do Brasil, em todos os municípios, com raríssimas exceções, quando não está a Polícia Civil, certamente, encontrará um posto da Polícia Militar e também um posto na estrada da Polícia Rodoviária. Contem conosco. Eu desejo que a

família de vocês seja muita abençoada neste Natal e que nossas entidades também possam estar aqui de volta. Toda entidade independente conte com o voto da Cobrapol. Um abraço.

O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais – Fenaprf) – Eu queria também ressaltar o apoio que tivemos e já agradecer antecipadamente e dizer que a Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais tem essa possibilidade essa facilidade de dialogar com todos os que estão representados aqui e com todos que se inscreveram nesse processo eleitoral. Nosso desejo é que todos que se inscreveram tivessem assento neste Conselho, por isso essa defesa desde o primeiro ano do Conasp se ampliassem os assentos neste colegiado. E também por isso que tencionamos bastante a questão desse decreto autocrático que não respeitou e não ouviu a vontade deste conselho. E eu acho que ainda por muito tempo nós vamos pressionar. É claro agora não permitindo mais dessas grandes questões nós precisamos tratar no próximo ano que tem que ter uma conexão, **concordo com o Benedito Mariano, uma ligação muito forte com os temas já elencados para a Segunda Conferência Nacional e por aqueles que não ficaram resolvidos na Primeira Conferência onde nós priorizamos princípios e diretrizes antagônicos.** Mas, eu quero também agradecer esses momentos que vocês nos ouviram e dizer que foi um aprendizado muito rico que eu levo tanto como experiência pessoal, como para a entidade que eu represento.

O Sr. Pedro Paulo Bicalho (Conselho Federal de Psicologia) – Seguindo na linha de pensar a próxima gestão, o que ficou para trás e que pode ser potencializado nos próximos anos, um **ponto importante que não tratamos é o diálogo com os demais conselhos nacionais.** Em momento algum nós não tivemos nenhum tipo de parceria com os outros conselhos e eu acredito que eles passam por situações parecidas com as quais nós vivemos. Eu acho que estarmos juntos potencializar uma forma. **Para o próximo mandato, o Conasp poderia ser protagonista de um Encontro Nacional de Conselhos Nacionais.** Acho que nós teríamos muito a discutir e acho que podemos ser protagonista desse encontro. **Outra questão que foi falado aqui sobre as nossas assessorias, é extremamente importante que tenhamos aqui uma assessoria para nos ajudar a acompanhar o modo pelo qual as diretrizes aprovadas na 1ª Conseg foram implementadas, não acredito que isso seja tarefa de conselheiros, acho que precisamos de uma assessoria para fazer isso também conosco. Outra questão é a assessoria parlamentar,** nós não temos a menor ideia aqui, a não ser pelas nossas entidades e pelas nossas redes pessoais, quais são os projetos envolvendo segurança pública que estão neste momento em andamento. Eu acredito que seja de extrema importância. **E outra coisa é uma assessoria de imprensa.** Nós precisamos ter um clipping do modo pelo qual a segurança pública está sendo pautada pela imprensa e, ao mesmo tempo, precisamos pautar também. Uma assessoria de imprensa que seja para receber o clipping e para produzir clipes, a partir das nossas exposições. Eu acredito que o Ministério da Justiça deva ter esse tipo de coisa. Seria só nos incluir, incluir o Conasp, não acredito que o Ministério da Justiça não receba esse tipo informação. Outra coisa importante é produzir a capilaridade das discussões de segurança pública nos estados. Parece que entra no campo da culpa. Se cada conselheiro fez ou não fez determinadas coisas no seu estado. Eu acho que isso não deva ser uma tarefa pessoal nossa. Nós aqui estamos sendo conselheiros no Conselho Nacional, acredito que este Conselho deva produzir é a capilaridade dos estados. O fomento na criação de conselhos estaduais de segurança pública seja extremamente importante para isso, para que isso não fique num registro pessoal nosso. **E acredito que as etapas preparatórias da Segunda Conseg possam ser um momento importante para isso, fomentar a construção de conselhos estaduais ou para tornar os que já existem efetivos de fato.** Eu acho que a pesquisa que foi apresentada aqui por nós pela UFRJ, numa das nossas reuniões, acredito que aquela pesquisa já nos dê certa ideia do funcionamento dos conselhos estaduais e que coloque para nós também essa tarefa de fomentar a participação e a criação desses conselhos para que de fato não seja uma tarefa pessoal e, sim, uma tarefa política.

O Sr. Márcio da Silveira Marins (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais) – Só para acompanhar, você falou em três assessorias: uma para acompanhamento dos princípios e diretrizes da Conferência, uma assessoria parlamentar e uma assessoria de comunicação.

A Sra. Raquel Willanido Braga (Observatório de Favelas do Rio de Janeiro) – Bom, eu pedi mais uma vez a palavra porque essa é a minha última reunião e não poderia sair daqui sem fazer alguns registros. Primeiro, eu me senti muito provocada pela fala do Almir quando ele retoma e faz a leitura de quem estava aqui no início do processo que gerou a reformulação do Conasp. Eu cheguei aqui representando uma Rede, tive a possibilidade de estar num mandato transitório. Quando fizemos a discussão sobre como entrar no primeiro processo eleitoral, o Observatório de Favelas fez a opção vir numa perspectiva de compartilhamento de cadeira, entendendo que seria importante ampliar a participação desse espaço e que esse formato de compartilhar viabilizava a que tivéssemos mais parceiros aqui dentro, e tínhamos uma afinidade de agenda, uma identidade política de origem das entidades, então foi muito tranquilo construir nessa direção. E viemos nessa perspectiva de compartilhamento diferente de outras organizações que fizeram rodízio. No meu caso, eu e a Eliana, procuramos trabalhar numa perspectiva de acompanhamento efetivamente em conjunto. Embora ela tivesse a titularidade durante todo o período e eu na suplência, eu acho que, de fato, conseguimos construir um trabalho das duas entidades. **E aí o registro que eu queria deixar aqui é que a opção do Observatório de Favelas de não disputar o processo eleitoral não tem nada a ver com este espaço não ter importância. Nós entendemos que é importante ter alternância,** então num primeiro momento nós poderíamos ver sozinhos, nós optamos por vir com outra entidade que estava chegando no processo. Agora, estamos fazendo um movimento de retirada que significa uma perspectiva de abandonar o diálogo com esta instância, muito pelo contrário, quando avaliamos e tomamos a decisão de não estar aqui neste processo eleitoral, nós estamos entendendo que a partir da articulação e da composição de entidades a partir da articulação posição de entidades que estão aqui hoje e que estão no processo eleitoral, nós estaremos representados e as agendas prioritárias também. Então, eu queria deixar aqui registrado a nossa convicção de que a despeito do resultado temos certeza de que entidades e redes que estão neste conselho e que permanecerão **continuarão trabalhando as agendas que nós entendemos que são centrais para esse campo e manifestar nossa disponibilidade de continuar contribuindo nessa construção, fazendo todas as interlocuções e dialogando com o Conasp para que este conselho seja cada vez mais forte.** Agradecer muito por esse período de convivência, dizer que foi um aprendizado muito rico e muito especialmente porque no campo da sociedade civil nós já nos conhecíamos e tínhamos muito diálogos, mas a possibilidade de estarmos mais perto de gestores e, em particular, dos trabalhadores que contribuíram muito para nosso aprendizado aqui institucional.

O Sr. Abelardo Camilo Bride (Associação dos Policiais Militares Estaduais do Brasil – AMEBRASIL) – Primeira vez na minha vida eu fui chamado de trabalhador em segurança pública. A expectativa no início da gestão é que nós policiais militares sofreríamos muito. E ele não foi tão grande assim não. Descobrimos que tem mais consenso do que dissenso na segurança pública. Temos algumas arestas que devem ser aparadas, principalmente, dentro de casa, oficiais de praças, coisa que nunca tinha acontecido de conversar, de jogar aberto, o contato estabeleceu e progrediu. Não é o ideal ainda, mas houve avanços, graças ao Conasp. Descobri aqui também que todas as polícias possuem as mesmas mazelas do que a Polícia Militar. A principal mazela que todos nós enfrentamos é que não somos donos dos nossos recursos e nem dos nossos orçamentos, nós não decidimos o que fazer e nem quando fazer. Engraçado que não se admite um não médico administrar um hospital. Pelo menos ele é o responsável técnico pelo hospital. Na segurança pública qualquer um pode ser secretário de Segurança Pública e nos dizer o que fazer, sem ser técnico. E aí

eles fazem como querem, do jeito que querem e vão embora. Os policiais ficam e ficam com todas aquelas mazelas para resolver. Eu estou completando 30 anos de PM e estou numa polícia 1/3 menor do que ela era quando entrei. Eu entrei numa polícia com quase 15 mil homens, em 1985, estamos chegando agora a quase 30 anos depois com 10 mil homens e mantendo estado de excelência. Significa, senhores, que a polícia do estado de Santa Catarina é uma polícia que trabalha e muito para estar segurando a onda de 1/3 do efetivo, não é fácil. Se o policial militar trabalhasse pelo salário não seríamos mais policiais militares. Estamos lá por acreditar que vamos dar conta. A quem culpar? Eu considero que os últimos 6 governadores do estado de Santa Catarina são tão culpados quanto o atual. Tudo que este governador fizer de bom ou de ruim para segurança pública não é no governo dele que teremos reflexos. O atual governador incluiu 2 mil policiais militares já de saída, mal cobriu os que foram embora. **Agora o que ele continuar fazendo agora, o outro vai sentir o reflexo. Nós estamos pagando um preço de trinta anos de descaso com a segurança pública neste país, eu espero que este Conselho na próxima gestão se atente para isso. Algumas questões que dizem que é corporativismo das polícias de todas elas, é simplesmente luta pela sobrevivência das instituições policiais.** Tanto que não perceberam aqui alguma rejeição de entrar no debate. Eu, particularmente, tenho uma rejeição muito grande pelo tema desmilitarização das políticas militares. Mas, não me furto dos debates e dizer que sim e por que não, quais são as mazelas e quais são os benefícios? Não nos furtamos de discutir unificação de Polícia Militar e Polícia Civil, vamos discutir abertamente o porquê fazer cada uma coisa dessas. Soluções, porque teve uma crise muda tudo em cima de crise só vai gerar uma nova crise e, infelizmente, nesses quase 30 anos de segurança pública eu vivo de espasmos a cada espasmo no estado há uma mudança de legislação, há uma tentativa de mudar o *status quo* e a coisa piora. Que fique para reflexão: a Emenda 45 do Judiciário que passou para o Tribunal do Juri os crimes dolosos contra a vida praticados por policiais militares foi um tiro no pé. As Redes poderiam fazer uma pesquisa quantos policiais militares foram condenados antes da Emenda 45 e quantos policiais militares foram condenados após a Emenda 45? Para finalizar, sempre que sair uma notícia de segurança pública vão na fonte. A última que saiu e fomos na fonte é que a ONU teria recomendado a extinção militar do Brasil quando estavam se referindo para acabar com as milícias do estado do Rio de Janeiro e dos outros estados. Volto a dizer daquele trauma que tenho: é muito fácil bater na PM. Tudo que dá errado neste país sai no noticiário a PM paga o pago. Nós estamos acostumados com isso. Mas, esperava que neste fórum aqui fosse mais qualificado e nós fôssemos bater em ninguém, fôssemos buscar a causa, a raiz do problema e resolvê-lo na raiz. Não estarei aqui no próximo mandato, tenham um bom mandato nos próximos dois anos, mas, seguidamente, estarei fazendo visita a este Conselho. Boa-tarde, feliz Natal e um ótimo Ano Novo. Eu espero todos na Santa e bela Catarina, que nosso estado, além do trabalho, vive do turismo, então, venham nos visitar.

O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares Estaduais – ANASPRA) – Eu queria fazer uso da palavra primeiro para dizer da satisfação de ter estado neste Conselho e como eu disse inicialmente extramuros poder dialogar com os gestores, com os demais trabalhadores na condição que dia a dia eu não possuo. Aí não sou eu, são os praças das polícias e corpos de bombeiros militares. É porque o sistema é assim, então eu não posso deixar de dizer que este espaço para nós é um espaço de construção. Tenho aqui o maior respeito por todos que o compõe, temos nossos posicionamentos ideológicos e filosóficos e dentro desse debate eu não vejo dificuldade nenhuma na convergência, divergência. Mas, eu faço uso aqui para registrar para mim foi de extrema relevância conviver com a Raquel, eu faço essa menção agora porque você já se despediu, os demais não sabemos, e porque, normalmente, nós que somos policiais, e nisso temos que reconhecer um pouco disso, mas não na sua totalidade, mas as abordagens são completamente diferentes na Zona Sul para aqueles menos favorecidos. Isso é inegável. E aí eu também tenho que atestar que isso não é um modelo forjado. Você não recebe instrução para ser assim. Eu nunca

recebi instrução, formação para ser agressivo, eu nunca recebi capacitação para desrespeitar direitos humanos. Existem duas dimensões que não devem ser desconsideradas, a primeira é que de fato há desrespeito, há violência, mas não se pode também dizer que a formação te conduz a isso. E eu seria injusto se afirmasse isso. Esse período que eu pude conviver eu consegui ter a exata dimensão do que é ter um grupo que representa ter uma rede, que representa os menos favorecidos e que isso nos causa reflexão. Isso nos faz conversar dentro da própria instituição, não só na instituição, mas na polícia a que pertença que é Minas Gerais, das necessidades que temos, porque o direito humano não pode ser cartesiano, não adianta eu ter uma formação na grade curricular direitos humanos, a dimensão ultrapassa isso, é eu internalizar direitos humanos, é eu saber o que significa direitos humanos, ler a Lei 4898 descobrir o tratamento, as convenções é muito pouco, então, não se pode exigir do profissional de segurança pública que respeite os direitos humanos quando ele não tem os seus respeitados e não dá para dizer que ele tem que absorver direitos humanos a partir de uma cartilha ou de um livro, ele tem que praticar direitos humanos. E aí eu consigo ter uma dimensão daquilo que você nos retrata, você, Raquel, eu não vou citar Elder e Marcos porque imagino que eles continuarão aqui, mas eu não poderia deixar de citá-la em razão da experiência que você nos trouxe. E não tenham dúvida, aprendi muito. Aprendi sim a entender, a ter visão crítica daquilo que ultrapassa a condição de trabalho. E isso foi possível porque pude dialogar com o Instituto Observatório, com a Rede, inclusive estou lendo o livro da Eliana, achei estarrecedor alguns depoimentos e aquilo não é ficção, é a realidade. Então, quem lê o livro da Eliana, que é uma tese de doutorado, e não se dá conta do que está ocorrendo, eu acho que de coração ele não tem nada. Então, eu quero agradecer a você a oportunidade que eu tive de conviver aqui no Conselho e assumir de público o compromisso de disseminar essas informações que eu pude ter com vocês do respeito que temos que ter e não só na Zona Sul. Eu também não posso deixar de agradecer ao coronel Bride que respeitadamente nos tratou aqui dentro, então se eu não tenho o respeito nos quartéis, nas discussões diárias, aqui dentro eu tive, isso é inegável, concordando ou discordando dos posicionamentos. Eu recorro de uma fala do conselheiro Bride quando tínhamos uma crise em Santa Catarina e nós aqui festejávamos a anistia a todos, e ele disse, está gravado e registrado em ata, que a solução daquele conflito surgira e nascera dentro deste Conselho. Então, fica aqui, coronel Bride, os respeitos da Anaspra por que no momento de crise, numa situação extremamente complicada em Santa Catarina, através do diálogo mantido aqui, buscou a solução e está pacificado. Eu acho que o senhor deve se lembrar muito bem quando eu disse: “O que precisa é colocar uma pá de cal para que dali não ressurgisse nenhuma insurgência para reivindicar históricos de movimentos”. Então, fica também os nossos respeitos, não tenham dúvida disso e, certamente, as divergências que tivemos aqui dentro foram no campo da institucionalidade porque o meu papel, da Anaspra, é representar os trabalhadores. Temos sim muitas coisas convergentes, algumas divergentes e outras que talvez ainda nem saibamos ainda. Leve os respeitos da Anaspra, cumpriu seu papel muito dignamente até porque representa os trabalhadores oficiais não poderia ser diferente. Aproveito para desejar a todos um feliz Natal e um próspero Ano Novo. Eu não sei quem a Anaspra vai indicar, se eleita for para estar aqui presente, mas tenho certeza que continuará nessa linha de respeito e da busca de diálogo. Obrigado.

O Sr. Marcos Fábio Rezende Correia (Coletivo de Entidades Negras) – Eu gostaria também de fazer essas considerações finais, agradecendo pela oportunidade que este Conselho deu de conhecer um pouco mais as nossas pautas que tratam da questão racial, ao combate à intolerância religiosa que foi o que discutimos muito aqui por parte do Coletivo de Entidades Negras e dizer que a nossa experiência é muito rica também. Nós não temos certeza do que virá a acontecer no processo eleitoral, então é claro que é bom fazer uma fala meio de despedida, mas que fique o registro para as entidades, inclusive quem tem um olhar mais duro, insensível a essas causas, ter um olhar muito cuidadoso. Quando eu falo isso eu estou falando muito da CNCG que foi sempre muito dura, sempre muito difícil entender as nossas pauta, porque tem um olhar às vezes corporativo com

relação aos temas, e isso nos incomoda muito porque o que estamos falando não é algo que vai ser bom para nós e ruim para os coronéis ou para o secretário de Segurança Pública ou para a elite da Polícia. O que estamos falando é o que vai ser bom para a segurança pública. Talvez a nossa forma de falar às vezes incomoda, porque de onde eu venho quando a pessoa não diz muito as coisas com verdade não se cria, assim do lugar que eu saí, do lugar que Elder saiu, se tiver muita dúvida ou muitos rodeios ou se for muito refinado na política não dura seis meses, não dura um ano. Então, por isso somos muito diretos, dizemos o precisa dizer e nós acabamos perdendo muito por isso porque muitas vezes esses espaços mais sofisticados da política e aqui é um espaço sofisticado de fazer política, as pessoas têm mais refinamento nos tratos, nas ações, então quando falamos de forma muito impactante a tendência é jogar mais duro conosco. Mas, percebo que apesar de alguns olhares, inicialmente, ter sido nesse campo, com o passar do tempo vários olhares mostraram que temos convergência, temos diálogos, aprendemos muito a respeitar vários setores deste Conasp. E deixamos a mensagem de que em um país onde a segurança pública não está conseguindo avançar e nós percebemos que apesar de todos os nossos esforços aumenta a intolerância religiosa, aumenta a homofobia, aumenta a violência contra a mulher, contra o idoso, contra a juventude negra mostra que nós, de fato, precisamos ter um olhar mais profundo sobre isso porque é claro eu também sou um profissional da educação. Eu sou um professor concursado do estado da Bahia. Então, eu posso falar aqui que o meu salário é horrível, eu estava até brincando com o Gandra quando ele disse: “Eu tenho 20 anos de corporação Marcos você queria que o meu salário fosse menos de não sei quanto”. Bom, eu tenho 15 também dando aula e o meu é um quarto do seu. Apesar de todas as minhas dificuldades, eu sei que todo mundo aqui, enquanto trabalhadores também, apesar de todas as dificuldades, e como gestores públicos também, o que nos move a continuar nessa área não pode ser basicamente o salário, isso é importante. As condições de trabalho são importantes, mas muito mais a nossa crença de que é válido construir um Brasil melhor a todos, que seja inclusivo e que evite esses tipos de violência contra nosso povo.

O Sr. Cel Altair Derner Filho (Conselho Nacional de Comandantes-Gerais das Polícias Militares e do Corpo de Bombeiros Militares) – Boa-tarde a todos. É só para fazer uma réplica ao Marcos e dizer da satisfação de participar aqui desta primeira reunião. Eu vim até preparado para outro tipo de reunião em relação à Polícia Militar, tipo não confronto, mas um debate mais um pouco acalorado no campo das ideias, e temos também uma posição de atuar um pouco mais prático nas questões. Afinal de contas, trabalhamos na ponta não pode ser muito discutida às vezes. Mas, enfim, dizer da satisfação que foi de ter participado desta primeira reunião aqui e concordo com o Briede, endosso as palavras deles, só para vocês terem ideia das mazelas que enfrentamos também e que temos que derrubar a cada dia, no final da semana que passou nós nos reunimos em Santa Catarina os secretários de Estado de Segurança Pública, todos os delegados-gerais de Polícias e os comandantes de Polícias e de Bombeiros de todo o Brasil. Foi uma reunião bastante ampliada. E determinado momento, cada conselho fez a sua reunião, e determinado momento nós promovemos uma reunião conjunta entre os delegados-gerais de Polícia e os comandantes-gerais. O doutor Eraldo não está aqui que é o secretário-Executivo do CONCP, fomos amadurecendo essa pauta, eu e ele, e conseguimos lá no período reunião fazer essa reunião, capitaneada pela secretária Regina Miki. E um dos comandantes-gerais pediu a palavra enaltecendo aquele ato, que era histórico, mas que era pela primeira vez que isso acontecia em 2012. Então, para ver as mazelas que todo dia vão nos derrubando, esses dogmas e algumas resistências dentro da segurança pública. E saiu dessa reunião que em março vai ser feita uma reunião conjunta, patrocinada pela Senasp, entre os delegados-gerais de Polícia e os Comandantes-Gerais para efetivamente continuar esse diálogo que institucionalmente começou nesse encontro a partir de Florianópolis no final da semana que passou. É uma amostra das mazelas.

O Sr. Kléber Luiz da Silva Ribeiro (Associação dos Delegados de Polícia do Brasil – ADEPOL) – Obrigado Almir. Eu poderia aqui endossar muitas das colocações, mas, notadamente, a do nosso amigo conselheiro Heder Oliveira que além dessas observações que foram feitas eu acho que nesses dois anos de convivência, o Conasp se prestou também como um espaço de discussão e dialética entre segmentos que ou não se entendiam ou não se comunicavam, principalmente, entre trabalhadores de segurança pública, gestores e sociedade civil organizada. Começamos a dar aqui um primeiro passo, ainda falta mais, o processo é longo, acho que teremos tempo, os que nos sucederão talvez consigam avançar mais nisso. E alguns pontos que se referem a questões mais ligadas ao corporativismo das instituições policiais puderam ser discutidos nesse período e ainda que não se tenha alcançado o consenso, de toda sorte foi importante trazer a lume algumas questões que talvez estejam herméticas porque a sociedade civil talvez não conheça de maneira mais profunda alguns temas que são ligados aos trabalhadores da segurança pública, às corporações, em síntese, eu acho que muito do que se ganhou nesse período está relacionado ao diálogo em razão da composição deste Conselho. Nós da Adepol Brasil gostaríamos de agradecer a todos os conselheiros pela forma respeitosa com que fomos tratados, acho que conseguimos estreitar importantes laços de relacionamento com os que aqui estão, pedimos desculpas se falhamos em algum momento, tentamos não polemizar e, acima de tudo, ter um trato pautado na urbanidade, no respeito com as opiniões contrárias que muitas vezes foram assim mesmo e temos esperança de que, apesar de todas as dificuldades, o próximo biênio possa ser também de grandes conquistas e de amadurecimento maior deste Conselho.

A SR^a. CÉLIA DANTAS GENTILE RIQUE (Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares) – O que eu gostaria de deixar para vocês é que nós, neste momento, sentimos uma carga de uma emoção de estarmos vivendo este momento para lhes dizer quer nós estejamos aqui no próximo mandato, quer não estejamos, eu desejo que acertemos cada vez mais porque todos nós distantes ou próximos deste Conselho precisamos lutar cada vez mais pela afirmação da segurança pública. Um abraço a todos, feliz Natal.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente) (Rede Desarma Brasil) – Antes de começarmos os informes, eu vou fazer aqui dois informes importantes. *(intervenções fora do microfone)* nós já aprovamos hoje de manhã, o documento, aquela comissão e a mesa diretora.

O SR. VICENTE ANTONIO MARIANO FERRAZ (Conselho Nacional de Comandantes Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares) – Produzir um documento que foi análise do dia todo e meia hora por isso no papel. Eu acho que a comissão Marcos, Raquel, Pedro elaboram e encaminham por email para nós.

O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares Estaduais -- ANASPRA) – A partir do registro das atas, temos que acertar com a Secretaria-Executiva...

O SR. MARCOS ANTÔNIO DA SILVA COSTA (CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO) - Pessoal, pegando um pouco uma conversa que eu tive com o Marcos Rezende ao final da manhã, se vamos ficar na dimensão da política, assim por fora, tudo bem, mas, claramente, nós não estamos aprovando nada aqui, esta comissão não vai ter oportunidade de aprovar qualquer coisa. Então, se for naquela lógica, Marcos Rezende, que você disse da política que é importante porque às vezes supera a formalidade, tudo bem, mas é para ficar claro que não estamos aqui dando nenhum recado, fruto de uma decisão desta composição. Esta composição se encerra agora, daqui a meia hora, acabou, não tem mais nada que essa composição possa fazer. Que fique claro que se falou muito e não decidiu nada.

O SR. VICENTE ANTONIO MARIANO FERRAZ (Conselho Nacional de Comandantes Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares) – Eu não quero polemizar, mas não é verdade que se falou muito e não encaminhou nada. **A decisão e acho que foi uma das melhores reuniões de reflexão nossa aqui, foi mais convergente grande parte das opiniões, é que a Mesa Diretora com mais algumas pessoas vão produzir um relatório que é reflexo desse debate político que nós fizemos. Então, se deliberou que essa comissão terá legitimidade de pegar as questões de fundo que cada um disse ou as principais e produzir um relatório, não precisa votar tudo, já está encaminhado e deliberado que essa comissão vai fazer isso, ter um relatório reflexivo com análise que diz respeito internamente ao Conselho, do seu papel, da sua relação com o governo, são vários pontos que foram levantados aqui que no meu entendimento essa comissão tem legitimidade para colher o que é consensual das reflexões e produzir um texto.**

O SR. MARCOS DIAS DOS SANTOS (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais) – Indo mais, esse relatório só vai ser produzido se houver da parte da Senasp, que é quem autoriza os recursos para essa comissão se reunir, porque a comissão terá que vir aqui, se reunir para produzir esse documento.

O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Vice-Presidente) (Rede Desarma Brasil) – Foi o que foi aprovado.

O SR. MARCOS DIAS DOS SANTOS (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais) – Se não for produzido nenhum relatório, a Mesa Diretora precisa fazer gestão junto à doutora Regina Miki porque se não for apresentado nenhum relatório é porque a comissão não foi instrumentalizada para produzir. E o que vai lá assinar esse relatório é uma comissão. Não é a palavra final, todos sabem disso, e quem quiser ainda dar uma contribuição maior e puder mandar por escrito para os membros da comissão isso vai ser recepcionado no relatório final.

O SR. MARCOS ANTÔNIO DA SILVA COSTA (CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO) – Pessoal, essa composição se encerra hoje, ainda que 90% sejam reeleitos e estejam aqui, uma ou outra pessoa vai mudar aqui. Então, acabou, só tem este momento, é o último momento que essa comissão pode decidir alguma coisa. Se não vai ficar para a próxima composição, mas é para ficar claro isso.

O Sr. Marcos Fábio Rezende Correia (Coletivo de Entidades Negras) – Olha só, eu acho que não existe a menor possibilidade de ficarmos no mundo dos sonhos achando vamos nos reunir. Nós não vamos nos reunir. Então, vamos parar com isso. Não existe a menor possibilidade de comissão nenhuma se reunir. Não existe gestão mais, acabou, pronto, é um fato. Então, **temos dois encaminhamentos aqui que podemos adotar: 1 – significa que a comissão que foi tirada, elaborar o documento, jogar na rede do Conasp, essa rede dá o ok e nós anexarmos nessa última ata, deixamos isso aprovado, não foi isso? Então, já está aprovado que a comissão vai fazer o relatório e quando formos aprovar, como é que vamos aprovar esta ata de hoje?**

SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Vice-Presidente) (Rede Desarma Brasil) – Na próxima reunião.

O Sr. Marcos Fábio Rezende Correia (Coletivo de Entidades Negras) – Sim, a outra composição é quem aprova a ata de hoje? Então, quer dizer que se tiver aqui 30 entidades diferentes, não, eu tenho dúvidas, eu quero esclarecimento. Quem aprova a ata de hoje?

(*intervenção fora do microfone*). Isso, então são as pessoas que fazem parte desta composição que vão ter aprovar a ata de hoje. Não existe outra composição para aprovar. Então, essa composição que vai aprovar a ata de hoje, que somos nós, aprovamos junto com esse relatório e nós faremos os adendos necessários, cada qual se sinta à vontade quando nós entregarmos o relatório para inserir o que quiser. O relatório é aprovado como apêndice ou como uma resolução da plenária.

O Sr. Márcio da Silveira Marins (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT) – Sim, Marcos, esta é a última reunião, mas não é o final da gestão. **É até o dia 31 de dezembro, visto que foi a data que fomos empossados. Então, mesmo que seja dessa forma, que seja antes de terminar este ano.**

O Sr. Marcos Fábio Rezende Correia (Coletivo de Entidades Negras) – Perfeito.

O SR. MARCOS DIAS DOS SANTOS (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais) – Eu queria trazer essa experiência, eu já participei de algumas comissões aqui, quanto maior a comissão pior, porque fica a responsabilidade para ninguém, recai sobre uma pessoa, no máximo duas, uma ou duas elaborarem esse relatório, por isso que é importante reunir essas pessoas da comissão aqui. Porque não vai da mesma forma que estamos falando aqui. Não tem como sistematizar isso.

O Sr. Marcos Fábio Rezende Correia (Coletivo de Entidades Negras) – Qual é a sugestão? Se quisermos nos reunirmos aqui, mas entidades que puderem pagar as passagens da comissão porque ficar querendo que a Senasp vá pagar as passagens é maluquice. Ou as nossas entidades que têm dinheiro que possam pagar, como a nossa não tem, então, quem tiver e quiser pagar para nós estamos à disposição para vir. Agora, também temos certeza absoluta que por mais que todo mundo aqui fale, a Senasp não vai pagar para virmos. A Regina já disse ontem que não vai pagar, vamos ser realistas.

O SR. MARCOS DIAS DOS SANTOS (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais) – Colaborando com essa proposta sua também, que essa transcrição da reunião de hoje seja disponibilizada para essa comissão.

SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Vice-Presidente) (Rede Desarma Brasil) – Uma semana estará disponibilizada, é o prazo.

O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP) – Pessoal, esse termo relatório fica meio desviando o que estávamos falando sobre avaliação. Não estamos querendo fazer avaliação, por quê? Ninguém aqui está querendo votar uma avaliação política desse biênio? Por que não se tenta? Por que não coloca 5 ou 6 itens, dizendo o seguinte: nós entendemos isso e isso. É uma avaliação será a marca desta composição. Se não for fazer agora, não for votada e aprovada, esta composição não vai deixar uma avaliação. Esse relatório grande, essa coisa toda, isso é o de menos. Então, é o seguinte: há aqui uma resistência a fazer essa avaliação. Tudo bem. Aparentemente há essa resistência. Porque aqui se falou uma série de coisas. Há consenso de uma série de coisas por que não coloca no papel e se vota agora? Para dizer assim: essa comissão entendeu isso.

O SR. VICENTE ANTONIO MARIANO FERRAZ (Conselho Nacional de Comandantes Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares) – Primeiro que não há resistência nenhuma. Segundo, eu acho que simplifica, desqualifica o debate que nós fizemos o dia inteiro para daqui a meia hora fazer dez pontinhos aqui e se manifestar. A nossa manifestação

política foi o dia todo hoje. Está registrada a manifestação política. É um relatório de avaliação que vai colher a avaliação político que nós fizemos. São 16h10. Se é para efetivamente trazer o debate que fizemos aqui para uma definição hoje, quem puder ficar até 22h ou até meia noite aqui preparando com quórum com 16 faremos isso hoje. Então, não adianta ficar vendo conspiração onde não existe. É o tempo, nós fizemos o debate o dia todo, são 16h30, daqui a meia hora acaba a reunião. E todo mundo vai para o aeroporto. Então, ou damos referência para a coordenação do Conasp, a Mesa Diretora colher pontos principais que cada um aqui falaram, e foi uma avaliação política o dia inteiro, não são três linhas de uma decisão colegiada que vai ser a avaliação política. Isso desqualifica o que nós fizemos o dia todo.

O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio) – Na linha do Mariano, só propor o seguinte: para não ficarmos na ilusão de que vai ter e depois e não aparece, é importante ter um prazo para isso, é uma semana.

O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares Estaduais -- ANASPRA) – Nós precisamos primeiro: receber a ata. Precisamos saber aqui da Secretaria qual o prazo. Aí vamos à metodologia. Vão todas receber e fazem as considerações e nós consolidamos e faremos isso ou nós fazemos a análise e enviamos a cada um?

O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio) – Heder, quem faz a proposta para ser submetida ao colegiado é a Mesa Diretora. Foi aprovado hoje de manhã.

O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares Estaduais -- ANASPRA) – É um debate. Mas, a forma, a metodologia não foi. Tudo bem. Olha o que ocorre, aí eu posso dizer que quando do decreto, não queria nem lembrar aqui, nós ficamos aguardando posicionamentos que nunca chegaram. Posso pontuar aqui, aliás, não vou nominar dos que chegaram. E aí quando você apresenta à plenária aqueles que tiverem o tempo oportuno para se manifestar e não se manifestaram derrubam tudo aquilo que foi apresentado aqui. Então, o que precisa ficar pactuado? Se for essa metodologia que concordemos ou não, prazo, prescrição, se não chegou, porque senão nós que vamos despende tempo...

SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Vice-Presidente) (Rede Desarma Brasil) – Héder, o conselheiro que quiser fazer as novas considerações: 10 dias. Se até 10 dias ninguém mandou, vai fazer a análise da ata, de tudo aqui. Temos 10 dias para mandar. Quem quiser manda.

O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio) – Para ficar claro: então, a Mesa Diretora mais a comissão a partir da análise da ata faz um texto conciliatório do que foi colocado na ata, sintetizado, submete com um prazo ao coletivo, e o coletivo tem ao final desse prazo devolutiva a fazer, se não fizer...

SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (Vice-Presidente) (Rede Desarma Brasil) – Está aprovado. Bom, temos aqui o convite do Comandante-Geral da Guarda Municipal Metropolitana de São Paulo e presidente de Conselho Nacional das Guardas Municipais, o inspetor regional Joel Malta de Sá, que está aqui presente, tem a honra de convidar todos os conselheiros para a solenidade de abertura do 22º Congresso Nacional das Guardas Municipais. O Congresso Nacional se realizará no dia 12 de dezembro de 2012, horário de abertura às 10 horas no Auditório Elis Regina, Parque Anhenbi.

O Sr. Joel Malta de Sá (Presidente do Conselho Nacional das Guardas Municipais) – O Ministro da Justiça faz o encerramento no dia 14, às 16 horas e a Secretária Regina faz a abertura no dia 12.

A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de Segurança Pública) – Eu vou ler o comunicado que ficou certo da Secretária assinar em conjunto com a comissão eleitoral. “A presidente do Conselho Nacional de Segurança Pública e o Coordenador da Comissão Eleitoral comunicam a todas entidades, redes e fóruns inscritas para eleição do Conasp biênio 2013/2014 que: 1. Considerando que quatro entidades que se fizeram presentes na Assembleia Eleitoral não tiveram seus votos computados pelo sistema sendo que uma delas apresentou impugnação, com pedido de extensão as demais; 2. Considerando que por equívoco uma entidade inscrita como eleitora e candidata foi inscrita no Sistema do Infoseg apenas como eleitora; 3. Considerando que outras entidades manifestaram dificuldades de concluir seu voto pelo Sistema da Rede Infoseg; 4. Considerando que o Sistema Eletrônico da Rede Infoseg deveria ter indicativos de conclusão efetiva dos votos ou outro mecanismo de confirmação e acompanhamento da votação, a Comissão Eleitoral delibera: Anular a Assembleia Eleitoral, tornando nulo o resultado provisório apresentando no dia 30 de novembro de 2012. Designar o dia 18 de dezembro de 2012 para nova assembleia eleitoral como início às 09 horas e término às 14 horas horário de Brasília-DF. Caso haja segundo turno, iniciar-se-á às 15h30 do mesmo dia. Solicitar a Rede Infoseg soluções e adequações do sistema a fim de garantir votação tranquila com confirmação do voto online ou por e-mail. Alterar o Edital nº 9, de 27 de setembro de 2012 no que tange à Assembleia Eleitoral, mantendo o mesmo colégio eleitoral com as entidades já homologadas. Garantir uns processos eleitorais democráticos, participativos e isonômicos é o nosso objetivo. Brasília, 7 de dezembro de 2012, Regina Miki e Benedito Mariano.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-presidente) (Rede Desarma Brasil) – Bom, a presidência deste trabalho se sente satisfeita pela presença de todos. Vamos ouvir um informe com o Élder.

O Sr. Elder Costa Santos (Fórum Nacional de Juventude Negra – Fonajune) – Bem, na semana passada a Secretaria Nacional de Juventude e a Secretaria-Geral da Presidência realizaram uma reunião com vários conselhos e vários representantes da sociedade civil para dar uma devolutiva da construção do Plano Nacional de Juventude Viva, que como sabemos é um plano voltado para prevenção de homicídios de jovens no Brasil, em especial de jovens negros e negras. Eu queria apresentar aos conselheiros o vídeo que foi elaborado. Seria interessante os conselheiros assistirem porque em que pese nossas dificuldades que já foram colocadas nós contribuimos de alguma forma para a construção deste plano. Eu gostaria que nós, inclusive, fizéssemos um pronunciamento favorável à implementação desse plano no Brasil, assim como nós fizemos de várias ações do Governo Federal no campo da segurança pública. Inclusive eu, Raquel e Marcos fizemos uma proposta de moção de apoio ao plano, inclusive convidando os estados a aderirem, porque tem uma boa parcela dos estados no desenvolvimento das ações do plano e nós queríamos apresentar o vídeo e, em seguida, apresentar a proposta de moção. *(apresentação do vídeo)*.

O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio) – Eu queria fazer o convite. A Viva Rio faz 19 anos agora no dia 17 de dezembro e nós vamos celebrar com um seminário internacional sobre a questão das drogas aqui no Brasil. Virão alguns especialistas de outros países, Portugal inclusive, e vai ser um debate aberto lá na Fiocruz, nos dias 17 e 18. No dia 17 certamente estaremos lá e 18 estaremos aqui.

O Sr. Rildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos) – Mais do que informe, na verdade, estava na pauta, então, **acho que vai entrar no campo de reivindicação que é a situação de São Paulo**, então, não vou perder tempo aqui falando, estava na pauta, que nós tínhamos que fazer um exercício, mas as questões que passam lá não é uma questão simples, não é uma questão menor, questão muito grande no que impacta o tema segurança pública e aí a solicitação que queríamos fazer é que esta Mesa Diretora independentemente do resultado do dia 18, **depois de tantas despedidas que se garanta para a primeira reunião do conselho a discussão do tema**, inclusive por que a maior parte das informações que se tem é via imprensa e a imprensa dá apenas o corte que ela quer no sentido de que muitas pessoas, entidades, inclusive este Conselho não têm as informações reais do que se passa e o que aconteceu, o Gandra falou porque alguém e fez uma pesquisa que morreram 137, os números que temos é que nesse período morreram mais de 1.500 pessoas, com 200 desaparecimentos forçados, ou seja, não é uma análise rasa que se possa fazer, houve a troca do Secretário de Segurança Pública que pretende impor uma nova visão do que estava tendo anteriormente, e eu acredito que ele terá muita dificuldade porque ele propõe unir as polícias Civil e Militar e disse que a pauta da Secretaria é direitos humanos, um discurso que nunca existiu naquele estado, então nós verificamos que ele terá grande dificuldade, está tentando chamar algumas reuniões com a sociedade civil para poder entender um pouco o processo, o que o Helder traz aqui como pauta e Fenajune tem trazido como pauta, é muito sério isso também em São Paulo, é muita séria a questão dos jovens, é muito sério a questão dos jovens que estão morrendo e é muita séria a questão dos jovens negros e dos jovens na periferia. Precisa de um debate. E nós tínhamos proposto de falar a este Conselho, não do ponto de vista só da sociedade civil, mas queríamos convidar o procurador federal da República que está acompanhando o caso e que ofertou algumas denúncias contra as medidas adotadas no governo para que vocês tenham um panorama do que significa. Na verdade, o que queríamos solicitar, mas o momento é muito complexo para isso, é uma reunião com o Conasp em São Paulo para que este Conselho de fato tivesse contato e isso entrou na nossa avaliação daquele campo das expectativas para que o Conasp pudesse se posicionar sobre essa situação. **Outra solicitação que queríamos fazer e agora pelo horário não sei se é possível é uma carta ao secretário de Segurança para que ele faça o empossamento do novo ouvidor de Polícia porque há um ano e meio está no cargo uma pessoa que não tem legitimidade para ser o ouvidor de Polícia hoje**, ou seja, são muitas questões que passam por essa problemática de São Paulo em que a imprensa muitas vezes resume por um problema de crime organizado que não é verdade isso, o problema é político, ele é muito mais sério do que se possa imaginar, essa onda de ataques e violência que ocorreu é resposta política e quem acabou pagando com isso milhares de pessoas inocentes, muitas pessoas inocentes morreram. Então, eu quero solicitar isso à mesa, deixar essas duas reivindicações.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-presidente) (Rede Desarma Brasil) – Quais são as duas reivindicações?

O Sr. Rildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos) – **Que seja feita uma carta ao secretário de Segurança Pública atual para que faça o empossamento do novo ouvidor de Polícia. A segunda é que na próxima reunião seja tratada a situação de São Paulo como ponto de pauta.**

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-presidente) (Rede Desarma Brasil) – Eu acho que não podemos pautar nada para a próxima reunião. Podemos deixar o registro.

O Sr. Rildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos) – Isso. Deixar um registro indicativo que ocorra isso e de preferência in loco para que o conselho possa ter contato.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-presidente) (Rede Desarma Brasil) – Eu sugiro ao conselheiro que já fizesse a minuta da carta que dá para aprovarmos agora, estamos com quórum.

O Sr. Kléber Luiz da Silva Ribeiro (Associação dos Delegados de Polícia do Brasil – ADEPOL) – Eu tenho um questionamento ao conselheiro Rildo. Como nós não temos conhecimento da realidade do estado de São Paulo, eu queria indagá-lo quem é o atual ouvidor e porque que ele não detém legitimidade e quem seria o indicado porque a aprovação é nesse sentido. Acho melhor nós conhecermos as razões.

O Sr. Rildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos) – A Ouvidoria de São Paulo criada já há 15 anos, inclusive quem poderia falar melhor sobre ela está aqui, tem um caráter de independência e de autonomia, ou seja, o ouvidor é indicado pelo governador, porém a partir de uma lista tríplice que é encaminhada ao Condep, que é o Conselho Estadual da Pessoa Humana, que por sua vez é um conselho autônomo, independente do Poder Executivo. Então, o Condep faz o seu debate e após isso faz a sua lista tríplice e indica para que o governador entre os três possa escolher um para essa ouvidoria independente e autônoma. O mandato do ouvidor que está agora como mandatário do Poder Executivo encerrou-se no dia 14 de junho de 2011 e, naquela oportunidade, o Condep indicou nova lista tríplice e na qual não constava esse ouvidor. E o governo do estado fez uma pressão dentro do próprio conselho para que esse ouvidor fosse reconduzido. O Conselho Estadual reagiu contra indicando outros três nomes que não o atual e o governo do estado criou um problema administrativo-jurídico e não indicou e o ouvidor ficou permanecendo no cargo sem nenhuma legitimidade. Novamente, o governo propôs um acordo para o Condep e que aquela lista tríplice fosse refeita, o conselho abriu um edital público, promoveu a inscrição, fez uma audiência pública com os candidatos e fez a sua eleição e indicou outros três ouvidores na qual o atual dito ouvidor também não estava na lista. E o governo não indica. Tanto isso que isso é verdade que o Fórum Nacional dos Ouvidores, meu amigo José Ribamar, foi acompanhar o processo pessoalmente em São Paulo e verificou que esse ouvidor atual não tem legitimidade, nem mesmo jurídica para estar no cargo e com tudo que aconteceu não houve nenhuma manifestação da Ouvidoria de Polícia. Com tudo que vocês viram nos jornais, esse ouvidor nada fez, não teve um posicionamento. Não sei se esclareci ao Kleber e se o Ribamar queria completar.

O Sr. José de Ribamar de Araújo e Silva (Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia – FNOP) – É muito simbólico a defesa do mandato e da ouvidoria autônoma de São Paulo porque ela é uma daquelas que no inspira no ideal de efetivo controle social da atividade policial. Poucas ouvidorias nas quais a do Rio Grande do Norte que ele acaba de deixar o mandato, o Maranhão eu estou deixando o mandato porque é uma delas que se inspira em São Paulo. Então, eu queria reiterar esse pedido e passar a palavra ao Mariano que foi o primeiro ouvidor e que pode acrescentar mais ao que estou dizendo para dizer que em matéria de ouvidoria errar em São Paulo é errar em todo Brasil porque a ouvidoria de São Paulo é uma daquelas que muito nos inspira naquilo que se quer construir de efetivo controle social da atividade social.

O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Segurança Pública) – A questão da ouvidoria é garantir a lista tríplice encaminhada pelo Condep que o governo não delibera sobre essa lista tríplice. Eu conheço o ouvidor que está no cargo, tenho relação de amizade com ele, o problema não é pessoal, o problema é político. Venceu o mandato há mais de um ano e meio e está indo para a segunda lista tríplice e o governo não se posiciona essa lista tríplice, então, se questiona sobre a legitimidade do ouvidor continuar na função. A regra da lei estadual é que o ouvidor pode ser reconduzido uma única vez desde que esteja na lista tríplice elaborada pelo Condep que é formada por 6 entidades de direitos humanos,

dois membros da OAB, um representante do Poder Judiciário e um representante do Poder Legislativo. Esse é o formato do Conselho Estadual da Defesa da Pessoa Humana aprovado na década de 90, se não me engano, em 1992. Então, acho que a carta lembrando da importância de respeitar a lista tríplice é fundamental. Teve uma situação dessa em Minas Gerais, o primeiro ouvidor de Minas e foi a partir da manifestação da sociedade que o governo recuou e indicou o ouvidor escolhido que infelizmente depois veio a falecer na função de ouvidor. Mas, foi uma luta para garantir que ele fosse empossado. Então, eu posso dizer com segurança que mesmo não tendo conhecimento detalhado da situação, companheiro Kleber, não cria constrangimento nenhum para o Conasp fazer essa carta ao governador porque vai na linha de respeitar a lista tríplice prevista em lei.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-presidente - Rede Desarma Brasil) - Para evitarmos a questão da aprovação, há condição de votarmos essa carta ao governador? Sim? É consenso? **Então aprovado.** Ele faz agora a carta. Elder, está pronta a moção? Está aprovada a Moção? Então, vamos ler.

Sr. Elder Costa Santos (Fórum Nacional de Juventude Negra – FONAJUNE) – “A Secretária-Geral da Presidência da República, a Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial e a Secretaria Nacional de Juventude. O Plenário do Conselho Nacional de Segurança Pública (CONASP), em sua 20ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 06 e 07 de dezembro de 2012, a partir dos debates, participações e encaminhamentos já realizados em torno da questão da violência contra os (as) jovens no Brasil, em especial contra os jovens negros (as), entende que as elevadas e crescentes taxas de homicídios nesse segmento, obriga a necessidade urgente de ampliar o desenvolvimento de ações por parte do Governo Federal capazes de mudar esse quadro. Portanto, decide apoiar o desenvolvimento do **Plano Juventude Viva** e recomendar aos estados federados que adiram a essa iniciativa a fim de nacionalizar o enfrentamento da violência contra esse expressivo segmento da sociedade brasileira. Além disso, manifesta a necessidade de aprofundamento desse debate a partir das propostas contidas na Recomendação 02 (em anexo) produzida pela Câmara Técnica de Combate à Discriminação e aprovada pelo Pleno em junho de 2011.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-presidente - Rede Desarma Brasil) – **Eu queria só fazer uma observação: a necessidade urgente de desenvolvimento de ações ou ampliar as ações? Não existe nenhuma ação feita? Aqui esteve gente apresentando aqui. Eu acho que ampliar porque tem alguma coisa sendo feito. Está aprovado.**

O Sr. Marcos Fábio Rezende Correia (Coletivo de Entidades Negras) – É o seguinte, tem alguns casos acontecendo na Bahia acerca de intolerância religiosa com terreiros de candomblé. A prefeitura de Salvador fez um mapeamento de terreiros e chegou à conclusão que Salvador tem 1.165 terreiros. Mas, desses 1.165, 468 não têm documentação. E nós temos um caso grave de regularização fundiária, não só no caso terreiros, mas até nos apartamentos da própria Urbis, que era o órgão da organização da cidade de Salvador, que urbanizou a cidade, fez apartamentos, mas não deu a documentação para seus mutuários e temos uma crise com relação a isso. Moral da história: esta semana está acontecendo em Salvador o seguinte: um terreiro de candomblé que tem 50 anos de existência e que virou uma briga entre alguém que se colocou como dono do terreno e a outra parte que não templo, mas outra pessoa física fez com que o juiz desse uma ordem para aquela outra pessoa física fosse despejada daquele espaço. Só que aquele espaço não é só um terreno de 800 metros. É um terreiro de candomblé que está lá há 50 anos, construído, com assentamentos e tal. Então, temos uma questão que queríamos contar com o apoio deste Pleno, até mesmo para refletir sobre isso, eu não sei se vocês vão concordar e aprovar uma moção porque é um debate complexo,

mas que poderíamos aqui no Conasp, eu posso fazer uma moção para ver se aprovamos junto com a ata? É acerca do seguinte que quando tiver conflito fundiário relativo a tipos religiosos independentemente de qual religião seja que se busque um meio que não o de demolição, um meio de diálogo, de desapropriação, de venda porque senão isso pode acontecer com qualquer templo, com os evangélicos, não vai acontecer com a igreja católica porque sabemos que é difícil. Mas, eu queria deixar isso para reflexão, e eu coloco essa moção na nossa lista para ver se vocês topam aprovar nesses dias porque conseguimos com o juiz a suspensão da ação até segunda-feira e estamos lutando com o governo do estado da Bahia para desapropriar o terreno e com o IPAC que é o Instituto de Patrimônio Artístico e Cultural o tombamento do terreiro, provavelmente vai acontecer isso, mas esse é um caso só, tenho mais 400 que pode acontecer a qualquer momento. Não podemos esquecer que em 2008 estávamos aqui e tivemos outro terreiro que foi parcialmente demolido, eu fiz até uma greve de fome durante 7 dias, mas que acabou fazendo com que o prefeito pedisse desculpas, reconstruísse o terreiro e fizesse um documento de que a Prefeitura de Salvador não pode e não vai mais destruir nenhum templo que esteja em terreiro público independentemente de qualquer religião. Mas, agora estamos falando de uma ação de partes, civil, e eu queria contar com o Pleno a respeito dessa moção.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-presidente - Rede Desarma Brasil) – Junto com o relatório, nós aprovaremos a moção. Bem, nós agradecemos a presença de todos e está encerrada a 20ª Reunião Ordinária do Conasp. Obrigado pela presença de todas e todos.